



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA**

**INSTITUTO DE LINGUAGENS E LITERATURAS – ILL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA – PPGLIN/UNILAB
MESTRADO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM**

VICTÓRIA MARIA OLIVEIRA DA SILVA

**A EXPRESSÃO DA MODALIDADE EPISTÊMICA E DA EVIDENCIALIDADE EM
TERMOS DE DEPOIMENTOS DE CASOS DE FEMINÍCIDIO**

Acarape/CE

2023

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA**
INSTITUTO DE LINGUAGENS E LITERATURAS – ILL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA – PPGLIN/UNILAB
MESTRADO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM

VICTÓRIA MARIA OLIVEIRA DA SILVA

**A EXPRESSÃO DA MODALIDADE EPISTÊMICA E DA EVIDENCIALIDADE EM
TERMOS DE DEPOIMENTOS DE CASOS DE FEMINÍCIDIO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) como requisito parcial para obtenção do título de mestra em Estudos da Linguagem.

Área de concentração: Estudos da Linguagem.

Linha de Pesquisa: Linguagem: diversidade e políticas linguísticas.

Orientadora: Profa. Dra. Izabel Larissa Lucena Silva

Acarape/CE

2023

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Silva, Victoria Maria Oliveira da. S578e

A expressão da modalidade epistêmica e da evidencialidade em termos de depoimentos de casos de feminicídio / Victoria Maria Oliveira da Silva. - Redenção, 2023.

115f: il.

Dissertação - Curso de Mestrado em Estudos da Linguagem, Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2023.

Orientador: Profa. Dra. Izabel Larissa Lucena Silva.

1. Língua portuguesa - Gramática. 2. Funcionalismo (Linguística). 3. Língua portuguesa - Brasil - Análise do discurso. 4. Feminicídio - Depoimento. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 410

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA**

**INSTITUTO DE LINGUAGENS E LITERATURAS – ILL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA – PPGLIN/UNILAB
MESTRADO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM**

**A EXPRESSÃO DA MODALIDADE EPISTÊMICA E DA EVIDENCIALIDADE EM
TERMOS DE DEPOIMENTOS DE CASOS DE FEMINÍCIDIO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) como requisito parcial para obtenção do título de mestra em Estudos da Linguagem.

Área de concentração: Estudos da Linguagem.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Izabel Larissa Lucena Silva (UNILAB/ PPGLin) – Orientadora

Profa. Dra. Nadja Paulino Pessoa Prata (UFC/ PPGL) – 1ª Examinadora

Profa. Dra. Mariza Angélica Paiva Brito (UNILAB/PPGLin) – 2º Examinadora

À minha avó Luiza (em memória).

Ao meu pai Rogério (em memória).

Agradecimentos

À Osun minha mãe, e todos os deuses por me cuidarem e guiarem meu caminhar.

À minha amada mãe Meiry por acreditar em mim, por nunca deixar eu desistir dos meus sonhos, por me amar incondicionalmente, por ser meu exemplo de força, por me empoderar e por ser meu amparo.

À minha Yalorixá Josy d'Osun pelo incentivo e por todo cuidado espiritual durante minha trajetória.

Ao meu amado esposo João Victor por não largar minha mão, por compartilhar desse sonho comigo, por me dar forças para não desistir, pela compreensão, pelo cuidado e pela companhia.

À criança que está em meu ventre Theo por me dar coragem de enfrentar meus maiores medos e me fazer acreditar que posso ir ainda mais longe por ele!

Às minhas melhores amigas Rosélia e Stefanya por me incentivarem a continuar, por ouvirem minhas angústias e compartilharem comigo os melhores momentos.

Ao meu amado amigo Nailton que independentemente da distância esteve disposto a me ajudar e me acolher com amor.

À minha amiga Karine Magalhães por ser minha companheira de vida acadêmica, por compartilhar comigo todos os aprendizados e construir juntas na graduação e no mestrado uma grande amizade.

À Profa. Dra. Izabel Larissa Lucena Silva por me guiar durante essa trajetória acadêmica, por acreditar na minha escrita, pela atenção, pela sensibilidade e pelo apoio.

Aos professores que compuseram as bancas de qualificação e defesa, pelas palavras enriquecedoras e pela valiosa contribuição neste trabalho.

Aos professores do Mestrado em Linguagens pelos ensinamentos, reflexões, críticas construtivas e paciência.

À CAPES, pelo apoio financeiro com a Bolsa de Mestrado.

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo descrever e analisar, a partir da perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), os aspectos referentes ao Nível Interpessoal, Representacional e Morfossintático da Evidencialidade e da Modalidade Epistêmica em Termos de depoimento de inquéritos policiais em casos de feminicídio. Metodologicamente, utilizamos dois inquéritos policiais de casos de feminicídio disponibilizados pela 3ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Fortaleza. Para a análise, utilizamos como critérios de investigação aspectos referentes ao Componente Contextual e aos Níveis Interpessoal, Representacional e Morfossintático do Componente Gramatical da GDF. Para a investigação dos dados quantitativos, utilizamos o programa *SPSS (versão 7.5 para Windows)*. A categoria contextual demonstra que, no caso dos parentes das vítimas, que depõem com o propósito de “fazer justiça”, as marcas evidenciais parecem prestar-se a fundamentar o discurso com informações pautadas em fatos presenciados ou amplamente compartilhados cujas fontes, por estarem explícitas, podem ser facilmente atestadas, confrontadas. No caso do depoimento dos familiares do acusado, a frequência menor de uso da Evidencialidade pode sugerir uma tentativa de descomprometimento. No Nível Interpessoal, verificamos que a Ilocução, na forma de sentença tipo declarativa, é a mais recorrente no *corpus*, podendo, ainda, verbos performativos serem correlacionados à EV. No Nível Representacional, constatamos que a Evidencialidade constitui o domínio funcional mais frequente no *corpus*, com predomínio da Reportatividade, que se sobrepõe em relação aos outros subtipos evidenciais, o que tem relação com a natureza composicional do gênero analisado, revelando grau baixo de efeito de verdade. No que se refere à Modalidade Epistêmica, observamos que o subtipo subjetivo se sobrepõe em relação ao subtipo objetivo, demonstrando que os depoentes tendem a revelar seu comprometimento com o conteúdo de suas proposições modalizadas. No Nível Morfossintático, os dados apontam que os evidenciais e os modalizadores epistêmicos tendem a ser expressos com mais frequência por meio de verbos factivos e cognitivos, na forma de uma Expressão Linguística e na posição medial, demonstrando uma tendência para o padrão não marcado da língua. Essas escolhas linguísticas parecem estar ligadas ao tipo de relação social, à natureza declarativa do gênero, ao grau de comprometimento dos depoentes diante das proposições relatadas.

Palavras-chave: Gramática Discursivo-Funcional. Evidencialidade. Modalidade Epistêmica. Termo de depoimento em casos de feminicídio. Efeitos de Verdade.

ABSTRACT

The present research aims to describe and analyze, from the perspective of Discursive-Functional Grammar (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), the aspects referring to the Interpersonal, Representational and Morphosyntactic Level of Evidentiality and Epistemic Modality in terms of testimony in police investigations in cases of femicide. Methodologically, we used two police investigations of feminicide cases made available by the 3rd Jury Court of the District of Fortaleza. For the analysis, we used as investigation criteria aspects relating to the Contextual Component and the Interpersonal, Representational and Morphosyntactic Levels of the Grammatical Component of the GDF. To investigate quantitative data, we used the SPSS program (*version 7.5 for Windows*). The contextual category demonstrates that, in the case of victims' relatives, who testify with the purpose of “doing justice”, the evidentiary marks seem to lend themselves to substantiating the discourse with information based on witnessed or widely shared facts whose sources, as they are explicit, can be easily attested and compared. In the case of the testimony of the accused's family members, the lower frequency of use of Evidentiality may suggest an attempt to disengage. At the Interpersonal Level, we found that Illocution, in the form of a declarative sentence, is the most recurrent in the *corpus*, and performative verbs can also be correlated with VE. At the Representational Level, we found that Evidentiality constitutes the most frequent functional domain in the *corpus*, with a predominance of Reportativity, which overlaps in relation to the other evidential subtypes, which is related to the compositional nature of the analyzed genre, revealing a low degree of effect of true. With regard to Epistemic Modality, we observed that the subjective subtype overlaps in relation to the objective subtype, demonstrating that deponents tend to reveal their commitment to the content of their modalized propositions. At the Morphosyntactic Level, the data indicate that evidentials and epistemic modalizers tend to be expressed more frequently through factive and cognitive verbs, in the form of a Linguistic Expression and in the medial position, demonstrating a tendency towards the unmarked pattern of the language. These linguistic choices seem to be linked to the type of social relationship, the declarative nature of the genre, and the degree of commitment of the interviewees towards the propositions reported.

Keywords: Discursive-Functional Grammar. Evidentiality. Epistemic Modality. Term of testimony in cases of femicide. Truth Effects.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Subtipos evidenciais segundo Hengeveld e Dall’Aglia-Hattner (2015)	43
Quadro 2 – A Evidencialidade na GDF.....	47
Quadro 3 – Distribuição dos subtipos modais na GDF.....	49
Quadro 4 – Ficha de análise das ocorrências	62
Quadro 5 – Graus dos efeitos de verdade na ME e na EV	96

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – A GDF na teoria de interação verbal	18
Figura 2 – Esquema geral da GDF	21
Figura 3 – Organização do Nível Interpessoal na GDF	23
Figura 4 – Organização do Nível Representacional na GDF	25
Figura 5 – Organização do Nível Morfossintático na GDF	28
Figura 6 – Ordenação dos constituintes no português	30
Figura 7 – Tipologias evidenciais da Língua Portuguesa de Dall’Aglio-Hattner (2001)	37
Figura 8 – Tipologias evidenciais da Língua Portuguesa de Vendrame (2005)	37
Figura 9 – Escala de Elucidação da verdade	76

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Relação entre Domínio semântico e Tipo de relação social	66
Tabela 2 – Relação entre o Domínio semântico e Ilocução	71
Tabela 3 – Domínio funcional da Modalidade Epistêmica e da Evidencialidade	75
Tabela 4 – Modalidade Epistêmica Objetiva e Subjetiva	79
Tabela 5 – Tipos e acessos evidenciais	81
Tabela 6 – Graus dos efeitos de verdade e Domínio Semântico	85
Tabela 7 – Relação entre Modalidade Epistêmica e Graus dos efeitos de verdade	88
Tabela 8 – Relação entre Evidencialidade e Graus dos efeitos de verdade	91
Tabela 9 – Meios de expressão da EV e da ME	98
Tabela 10 – Camada Morfossintática da EV e da ME	100
Tabela 11 – Posição do item na EV e na ME	103

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A: Ato Discursivo

C: conteúdo comunicado

Cl: oração

e: estado de coisas

ep: episódio

EV: evidencialidade

f: propriedade

GDF: Gramática Discursivo-Funcional

Le: expressão linguística

ME: modalidade epistêmica

p: conteúdo proposicional

p^I : posição inicial

p^{I+N} : posição inicial expandida para a direita

p^M : posição medial

p^{M-N} : posição medial expandida para a esquerda

p^{M+N} : posição medial expandida para a direita

p^F : posição final

p^{F-N} : posição final expandida para a esquerda

Pro: pronome

x: indivíduo

Xp: sintagma

Xw: palavra

Xs: morfemas, raízes

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL (GDF)	18
2.1 Arquitetura da GDF	20
2.2 Nível Interpessoal	22
2.3 Nível Representacional	24
2.4 Nível Morfossintático	28
2.5 Síntese do capítulo	31
3 EVIDENCIALIDADE E MODALIDADE EPISTÊMICA	33
3.1 Evidencialidade e Modalidade epistêmica na Linguística	35
3.2 Evidencialidade e Modalidade epistêmica na GDF	42
3.3 Síntese do capítulo	52
4 METODOLOGIA	54
4.1 Caracterização do <i>corpus</i> da pesquisa: gênero Termo de depoimento	54
4.2 Constituição e delimitação do <i>corpus</i> da pesquisa	57
4.3 Procedimentos de coleta e análise dos dados	58
4.4 Categorias de análise	58
4.4.1 Categoria do Componente Contextual	59
4.4.2 Categorias do Nível Interpessoal	59
4.4.3 Categorias do Nível Representacional	60
4.4.4 Categorias do Nível Morfossintático	61
4.5 Síntese do capítulo	63
5 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DA MODALIDADE EPISTÊMICA E DA EVIDENCIALIDADE EM TERMOS DE DEPOIMENTO EM CASOS DE FEMINICÍDIO	65
5.1 Análise e discussão dos resultados do Componente Contextual: inter-relação entre tipo de relação social e domínio funcional	65
5.2 Análise e discussão dos resultados do Nível Interpessoal: inter-relação entre tipo de Ilocução e Domínio funcional	71
5.3 Análise e discussão dos resultados do Nível Representacional	74
5.3.1 Domínios funcionais da Modalidade e da Evidencialidade	74
5.3.2 Modalidade Epistêmica Objetiva e Subjetiva	78

5.3.3 Tipos e Acessos Evidenciais	81
5.3.4 Graus dos Efeitos de Verdade	84
5.3.4.1 Inter-relação entre graus dos Efeitos de Verdade e Modalidade Epistêmica Objetiva e Subjetiva	88
5.3.4.2 Inter-relação entre graus dos Efeitos de Verdade e Evidencialidade	90
5.4 Análise e discussão dos resultados do Nível Morfossintático	97
5.4.1 Meios de Expressão	97
5.4.2 Camada Morfossintática	100
5.4.3 Posição do item modal ou evidencial	103
6 CONCLUSÃO	108
REFERÊNCIAS	112

1 INTRODUÇÃO

A evidencialidade é um domínio funcional ligado à indicação da fonte da informação ou ao modo de obtenção da informação veiculada em um enunciado. De acordo com os estudos linguísticos levantados ao longo da história, pode manifestar-se por meios lexicais, como é o caso do português, ou gramaticais, como é possível verificar na língua indígena Tariana (AIKHENVALD, 2004). Estudos como o de Casseb-Galvão (2001) e Gonçalves (2003) demonstram que a evidencialidade também pode ser expressa por meio de itens em processo de gramaticalização. A modalidade epistêmica, por outro lado, que se liga ao eixo do conhecimento (NEVES, 2006), diz respeito à atitude do falante, que marca, em seu enunciado, seu grau de envolvimento em relação ao conteúdo da verdade da proposição. Segundo Neves (2006), a modalidade epistêmica se relaciona, necessariamente, com a fonte da informação com a qual o falante se compromete. Nesse sentido, conhecer a base epistêmica de uma informação é tão importante quanto conhecer a própria informação.

Na perspectiva funcionalista, os estudos sobre a expressão da evidencialidade têm sido objeto de investigação de diversos pesquisadores da área. É possível perceber que as pesquisas que caracterizam a fonte da informação de um enunciado (DALL'AGLIO-HATTNER, 2015) revelam que a manifestação da expressão evidencial não é arbitrária, mas motivada por diversos fatores cognitivos, sociais, contextuais e discursivos. As investigações, ao longo do tempo, foram ampliando o estudo da evidencialidade a partir da inclusão da análise da modalidade epistêmica, isto porque ambas estão relacionadas às estratégias de (des)comprometimento do falante com o conteúdo apresentado na proposição. É importante esclarecer que a manifestação linguística dessas categorias em língua portuguesa é opcional, e que, portanto, nem todos os enunciados podem contê-las. Isso acontece porque cabe ao falante indicá-las ou não de acordo com a sua intenção comunicativa e sua relevância na interação verbal.

Palmer (1986) e Chafe (1986) são exemplos de autores que se debruçaram a analisar a evidencialidade e atestaram, em suas investigações, a necessidade de considerar a atitude do falante em relação à veracidade do seu enunciado, bem como o envolvimento do falante com a sua proposição e a credibilidade atribuída à fonte da informação, conteúdos expressos pela modalidade epistêmica. Dall'Aglio-Hattner (1996) considera, assim como Nuyts (1993), que a modalidade epistêmica é integrada à evidencialidade, declarando que esse tipo de modalidade tem relação com o conhecimento de mundo e as crenças do falante. Assim, a modalidade

epistêmica pode revelar, além de graus de comprometimento, o nível de conhecimento do falante acerca de um determinado conteúdo.

Na língua portuguesa, os estudos sobre a modalidade epistêmica e a evidencialidade têm ganhado espaço nas investigações linguísticas. São exemplos de trabalhos como esses, o de Santos (2008), que analisa a manifestação da evidencialidade e da modalidade epistêmica na fala e na escrita do português a partir dos pressupostos funcionalistas. No que diz respeito à categoria evidencialidade, a autora mostra que, na modalidade escrita da língua, especificamente nos artigos científicos, os autores não se comprometem como fonte da informação, visto que tal gênero textual requer fontes de maior prestígio - argumento de autoridade. Enquanto na modalidade falada, os falantes se colocam como fonte das informações baseando-se em seus conhecimentos prévios, manifestando um maior nível de comprometimento. Com relação à modalidade epistêmica, na língua escrita, a autora atestou que os modalizadores são bem mais frequentes no nível da predicação do que na proposição, enquanto na língua falada acontece o inverso.

Alves (2010) também se debruça sobre a temática, analisando esses dois domínios funcionais nos discursos políticos de Marina Silva e Heloísa Helena. Em sua investigação, a autora conclui que o uso de marcadores epistêmicos nesses discursos exprime dúvida, estratégia utilizada para não assumir a responsabilidade da veracidade das informações. Além disso, a autora aponta que as fontes usadas para revelar assuntos polêmicos são reportadas, revelando baixo comprometimento em discursos politizados. Podemos destacar também o trabalho de Wielgosz (2014), que utiliza como objeto de exploração sermões católicos na língua portuguesa. A investigação aponta que os pregadores enfatizam a sua certeza sobre o que pregam, e, para garantir credibilidade ao que asseveram, utilizam como fonte evidencial a Bíblia ou outras fontes que possuem grande respaldo social, como políticos, divindades etc. Com relação à modalidade epistêmica, observou-se que os textos bíblicos apresentam um alto grau de comprometimento e frequência de uso de marcas modais epistêmicas, devido ao caráter de persuasão do gênero.

No âmbito dos gêneros jurídicos, como é o caso de nossa pesquisa, podemos citar o estudo de Zoppi-Fontana e Fagundes (2012), que analisam a manifestação da evidencialidade e da modalidade epistêmica em um processo de ação penal referente ao crime de calúnia, injúria e difamação, com evidência de preconceito racial. Neste trabalho, observou-se que, no texto jurídico, não é possível analisar os marcadores evidenciais presentes nos testemunhos sem

verificar a modalização de veracidade atribuída a eles. Ademais, dada a natureza do delito, que é um crime de palavra, as autoras observaram que as marcas evidenciais constituem importantes meios linguísticos para a construção das provas testemunhais; todavia, a interpretação dessas marcas, seus valores de verdade, não é uniforme; pelo contrário, pode indicar posicionamentos discursivos antagônicos, pois a interpretação das estratégias evidenciais pode estar ligada, exclusivamente, à forma do enunciado evidencial (evidencialidade em sentido estrito) ou à credibilidade da fonte e às circunstâncias da enunciação (evidencialidade em sentido amplo).

Os trabalhos descritos anteriormente mostram que os estudos pioneiros acerca dos domínios da evidencialidade e da modalidade epistêmica não constituem pesquisas isoladas. A amplitude de investigações como as citadas revela a pertinência que uma categoria tem com relação a outra, ainda que façam parte de domínios semânticos diferentes. Nesse sentido, podemos assumir que há uma estreita inter-relação entre ambas, e que uma pode atuar como apoio para outra, a depender do gênero que estão inseridas, uma vez que são domínios cognitivos-conceituais que se interligam.

Portanto, tendo em vista o cenário de investigações descrito, a presente pesquisa, que segue os pressupostos funcionalistas, objetiva descrever e analisar, a partir da perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional (2008), os aspectos referentes aos níveis Interpessoal, Representacional e Morfossintático da evidencialidade e da modalidade epistêmica em Termos de depoimentos de inquérito policial em casos de feminicídio. Do ponto de vista jurídico, os marcadores evidenciais influenciam na validade das evidências expostas para a construção de provas, enquanto os modalizadores epistêmicos produzem efeitos de verdade¹ ao que é proferido (ZOPPI-FONTANA; FAGUNDES, 2012).

Em vista disso, tomamos como ponto de partida o seguinte problema de pesquisa: que aspectos interpessoais, representacionais e morfossintáticos caracterizam a manifestação da Evidencialidade e da Modalidade Epistêmica em Termos de depoimentos de inquérito policial em casos de feminicídio entre os anos de 2017 a 2021? Tal problemática parte da hipótese de

¹ “O efeito de verdade está mais para o ‘acreditar ser verdadeiro’ do que para o ‘ser verdadeiro’. Surge da subjetividade do sujeito em sua relação com o mundo, criando uma adesão ao que pode ser julgado como verdadeiro pelo fato de que é compartilhável com outras pessoas, e se inscreve nas normas de reconhecimento do mundo [...]. Baseia-se na *convicção*, e participa de um movimento que se prende a um *saber de opinião*”. (CHARAUDEAU, 2013, p.43)

que a marcação dessas estratégias textual-discursivas² é motivada por fatores cognitivos e contextuais originados na construção dos argumentos, como o grau de envolvimento/comprometimento dos depoentes, o valor de verdade explicitado pelo item linguístico no contexto discursivo e o grau de certeza que as testemunhas e os suspeitos/acusados imprimem em relação aos indivíduos, aos eventos, aos fatos e às proposições apresentados ou relatados em depoimento.

Nesse sentido, a escolha do presente objeto de pesquisa justifica-se, portanto, pela contribuição que esse estudo pode fornecer para uma compreensão acerca da função textual-discursiva das marcas de evidencialidade e modalidade epistêmica na sustentação das provas e evidências, uma vez que nem sempre nos crimes de feminicídio a prova “material” é suficiente para qualificar o acusado como autor, o que remete à apuração dos depoimentos das testemunhas em que essas marcas são analisadas e utilizadas para que as partes jurídicas cheguem a uma conclusão. Assim, nossa investigação sobre a evidencialidade e a modalidade epistêmica em textos jurídicos sobre casos de feminicídio constitui tema relevante não apenas para a ciência da linguagem, mas também para o campo Jurídico, uma vez que as marcas evidenciais e modais constroem efeitos de verdade e comprometimento com os relatos/fatos/acontecimentos apresentados pelas partes envolvidas no processo, contribuindo, desse modo, para uma compreensão dos posicionamentos discursivos (testemunhas e suspeitos/acusados) e dos valores de verdade instanciados no julgamento, além de contribuir na construção de provas para a constituição de um julgamento por parte do júri.

Ante o exposto, a seguir, apresentamos, no Capítulo II, o aporte teórico da Gramática Discursivo-Funcional (2008), que servirá de base para nossa investigação. No Capítulo III, descrevemos e explicamos as categorias Evidencialidade e Modalidade Epistêmica à luz de pesquisas da Linguística Descritiva e da perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional. No Capítulo IV, apresentamos a metodologia de nossa pesquisa, incluindo uma breve exposição acerca do gênero Termo de depoimento, para, em seguida, discutirmos nossas categorias de análise. No Capítulo V, analisamos e descrevemos os resultados de nossa investigação linguística, para, por fim, no Capítulo VI, expormos nossas conclusões, resultantes das generalizações às quais foi possível chegar com nossa investigação.

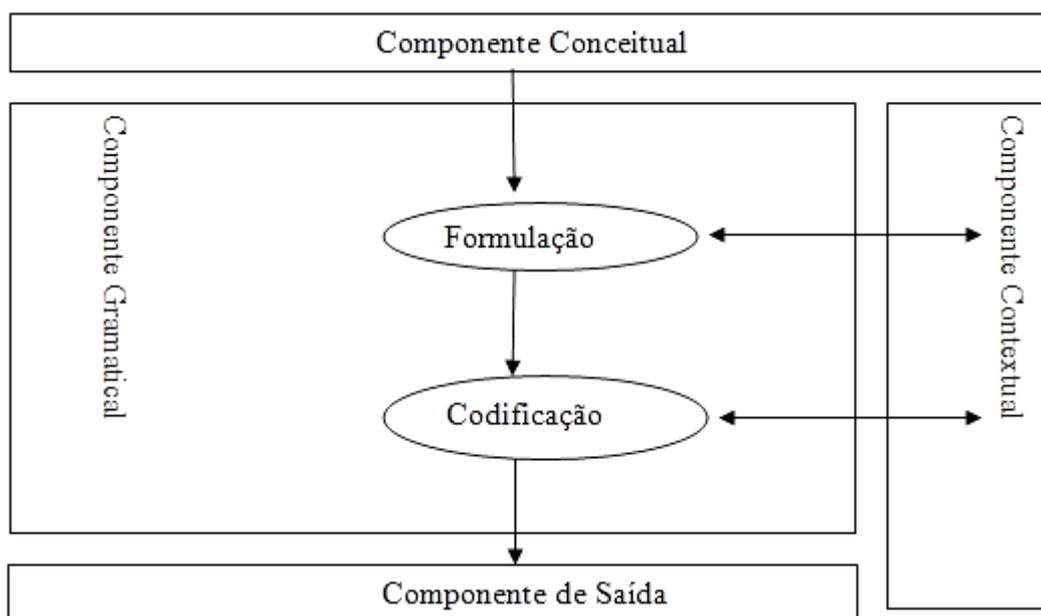
² Numa visão funcionalista de linguagem, considera-se que os itens da língua só podem resolver-se, como esclarece Neves (2006), no funcionamento textual-discursivo. Assim, o estudo da língua representa a explicitação do próprio funcionamento da linguagem em uso, o que consiste assumir a expressão linguística em termos de suas funções textual-discursivas.

2 GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL (GDF)

A Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008) é um modelo de organização gramatical das línguas que busca compreender como os fatores pragmáticos e as intenções comunicativas determinam a codificação da estrutura morfossintática. Sendo assim, a GDF constitui um modelo mais amplo de análise linguística comparado ao da Gramática Funcional (DIK, 1997), visto que representa uma proposta de explicitação gramatical de investigação *top-down*, que parte da intenção comunicativa do falante para a articulação da expressão linguística, adotando o ato discursivo como unidade de análise. Nesse sentido, podemos diferenciá-la dos outros modelos teóricos funcionalistas quanto aos seguintes aspectos: i) a organização da GDF é descendente; ii) a unidade de análise da GDF é o Ato Discursivo; iii) a arquitetura do modelo gramatical, embora modular e estratificada, correlaciona, sistematicamente, o Componente Gramatical ao Componente Conceitual (cognitivo), ao Componente Contextual (comunicativo) e ao Componente de Saída.

Na figura 1, abaixo, podemos observar como a Gramática Discursivo-Funcional (doravante GDF) insere o Componente Gramatical em um modelo de interação verbal. Como é possível observar, o Componente Gramatical relaciona-se com os não gramaticais, por meio de duas operações: a *Formulação* e a *Codificação*.

Figura 1: A GDF na teoria de interação verbal



Fonte: Traduzido e adaptado de HENGEVELD e MACKENZIE (2008, p. 06).

No esquema, a Formulação está ligada às representações semânticas e pragmáticas; e a operação de Codificação diz respeito à representação morfossintática e fonológica das motivações semânticas e pragmáticas (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008. p.12). Segundo a proposta de Hengeveld e Mackenzie (2008), essas operações não agem isoladamente, mas interagem com os componentes Conceitual, Contextual e de Saída no estabelecimento da configuração da expressão linguística. Pela figura 1, podemos verificar que há uma relação motiva entre as representações morfossintáticas da expressão linguística e as representações semânticas e pragmáticas, que derivam dos componentes cognitivo e contextual.

O *Componente Conceitual* reflete as representações cognitivas e conceituais que têm relação com o conhecimento de mundo dos falantes e que motivam a estrutura linguística. Para Hengeveld e Mackenzie (2008), este componente é a “força motriz” que está por trás do Componente Gramatical, haja vista que ele é responsável por desenvolver a intenção comunicativa do falante. A correlação entre esses dois componentes não é arbitrária, o responsável por essa ligação é a operação de Formulação, que converte as configurações conceituais em representações semânticas e pragmáticas.

O *Componente Contextual* está ligado à situação comunicativa que têm algum impacto na estrutura linguística, isto é, não é todo o contexto comunicativo que interessa, mas apenas as informações que têm relevância para a codificação das expressões linguísticas. De acordo com os autores, esse componente apresenta as informações imediatas, que são relevantes para a forma que os enunciados subsequentes assumem ao longo do discurso, e as informações de longo prazo, que são acionadas na interação e que são relevantes em termos de distinções para as operações de Formulação e de Codificação. Na proposta de Hengeveld e Mackenzie (2014) divide-se o contexto em estratos, em que cada um corresponde a um dos níveis do Componente Gramatical. Cada estrato pode conter um ou mais tipos de informação, decorrentes da situação ou do discurso. As informações situacionais interessam aos níveis ligados à operação de Formulação (níveis Interpessoal e Representacional), ao passo que as informações do discurso são relevantes tanto aos níveis referentes à operação de Formulação quanto aos níveis concernentes à operação de Codificação (níveis morfossintático e fonológico). Ainda segundo os autores, as informações situacionais indicam três distinções fundamentais: (i) as indicações dos participantes do evento comunicativo e as propriedades relevantes para a interações entre eles; (ii) as informações do local onde ocorre o evento; (iii) as indicações de tempo que situam o evento.

Connolly (2014) define o contexto como algo dinâmico, que se modifica à medida que o discurso progride. Este autor ressalta que o contexto é tudo aquilo que é relevante para a produção e a interpretação dos aspectos linguísticos. Para Connolly (2014), o contexto, na visão da GDF, define-se com base em três características fundamentais: (i) como propriedades relevantes do meio em que se encontram os participantes da interação; (ii) como construção subjetiva; (iii) como estrutura tomada em termos de hierarquia fundamental. Levando em conta essas propriedades, o autor divide o contexto em discursivo e situacional. O contexto discursivo é multimodal, podendo ser linguístico e não linguístico. O contexto situacional é definido como aquele que se refere ao ambiente em que os participantes estão inseridos, podendo ser físico e sociocultural. O contexto físico diz respeito às entidades animadas e inanimadas do discurso, o que inclui referência ao local e ao tempo. O contexto sociocultural é, por sua vez, concernente aos participantes do discurso e a relação entre eles, ao grau de formalidade do evento comunicativo, incluindo, também, o propósito do evento e o resultado decorrente da interação. Além dos contextos discursivo e situacional, o autor fala, ainda, do contexto mental, que existe na mente dos participantes, e do contexto extramental, que se refere aos aspectos do universo externo aos participantes do evento.

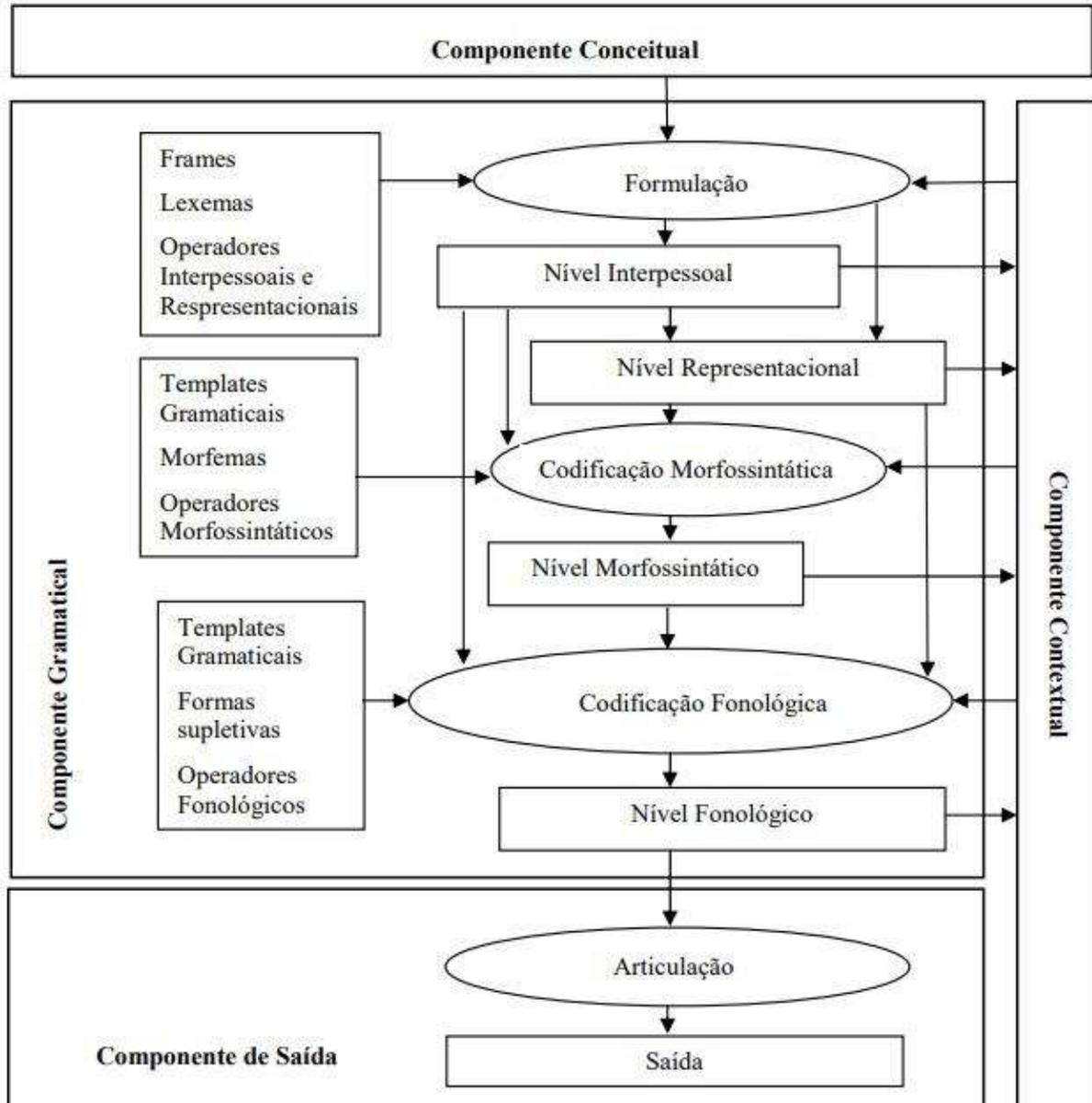
Com relação ao *Componente de Saída*, é este que converte a informação fornecida pelo componente gramatical em sinais gráficos ou acústicos.

Nas seções adiante, aprofundamos a discussão em relação às características do Componente Gramatical da GDF e sua organização em níveis e camadas, para, ao final desta parte, apresentar uma síntese que sumariza as principais ideias discutidas neste capítulo.

2.1 Arquitetura da GDF

Para compreendermos a organização da Gramática Discursivo-Funcional, apresentamos, a seguir, uma descrição minuciosa da estrutura do Componente Gramatical, detalhando como ele interage com os outros componentes não gramaticais:

Figura 2: Esquema geral da GDF



Fonte: Traduzido e adaptado de HENGEVELD e MACKENZIE (2008, p.13)

No esquema da Figura 2, podemos perceber uma organização hierárquica e interdependente dos elementos gramaticais, representando o modelo *top-down* da GDF. Ao centro, está o Componente Gramatical. Na parte superior, encontra-se o Componente Conceitual. À direita, o Componente Contextual; enquanto, na parte inferior, está o Componente de Saída. Nas elipses, estão as operações; nos quadrados, estão os primitivos utilizados nas operações; e, nos retângulos, estão os níveis que constituem o Componente Gramatical.

É importante compreendermos que os níveis descritos no Componente Gramatical da GDF não agem isoladamente, uma vez que interagem entre si para a produção de um enunciado.

No Componente Gramatical, encontram-se, respectivamente, hierarquicamente organizados, os níveis Interpessoal (correspondente às motivações pragmáticas), Representacional (correspondente às motivações semânticas), Morfossintático (correspondente à codificação da organização morfossintática da língua) e Fonológico (correspondente à codificação da organização fonológica da língua).

Com base nessa estrutura, Hengeveld e Mackenzie (2008) postulam que “a Pragmática governa a Semântica; a Pragmática e a Semântica governam a Morfossintaxe; e a Pragmática, a Semântica e a Morfossintaxe governam a Fonologia” (SILVA, 2013. p.36). Para compreendermos como funcionam esses níveis que integram a organização gramatical, suas características e as unidades que o compõem, apresentamos, a seguir, tópicos que os descrevem particularmente.

2.2 Nível Interpessoal

O Nível Interpessoal, ligado aos aspectos pragmáticos, diz respeito à interação entre Falante e Ouvinte, sobretudo no que se refere às funções comunicativas que a unidade linguística exerce no contexto interacional. Esse nível é dividido hierarquicamente em camadas, cuja mais alta é o *Move* (M), que é constituído por um ou mais *Atos Discursivos* (A). Os Atos se caracterizam por uma força ilocucionária - *Ilocução* (F) - que expressa a relação entre atos de fala (LUCENA-SILVA; NOGUEIRA, 2017), *Participantes* (P1 falante) (P2 ouvinte) e um *Conteúdo Comunicado* (C), que é o que o Falante pretende transmitir durante a comunicação com o Ouvinte. O Conteúdo comunicado pode ser dividido, ainda, em *Subato Atributivo* (T), quando se evoca uma propriedade ou uma relação, e *Subato Referencial* (R), quando se evoca um referente. Assim, a hierarquia das camadas pode ser representada da seguinte forma: Move (M1) > Ato Discursivo (A) > Ilocução (F) > Participantes (P1) (P2) > Conteúdo Comunicado (C) > SubatoAtributivo (T) > Subato Referencial (R) (CASSEB-GALVÃO, 2011).

Na Gramática Discursivo-Funcional, o Nível Interpessoal é representado hierarquicamente da seguinte maneira:

Figura 3: Organização do Nível Interpessoal

(π M _i : [Movimento
(π A _i : [Ato Discursivo
(π F _i : ILL (F _i): Σ (F _i))	Ilocução
(π P ₁ : ... (P ₁): Σ (P ₁)) _S	Falante
(π P ₂ : ... (P ₂): Σ (P ₂)) _A	Ouvinte
(π C _i : [Conteúdo Comunicado
(π T ₁ : [...] (T ₁): Σ (T ₁)) _Φ	Subato de atribuição
(π R ₁ : [...] (R ₁): Σ (R ₁)) _Φ	Subato de referência
] (C _i): Σ (C _i)) _Φ	Conteúdo Comunicado
] (A _i): Σ (A _i)) _Φ	Ato Discursivo
] (M _i): Σ (M _i))	Movimento

Fonte: Traduzido e adaptado de HENGEVELD e MACKENZIE (2008, p.49)

Como podemos observar na Figura 3, a camada mais alta é o Move (M). De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008), esta unidade pode manifestar-se como uma ação (ato ilocutório) ou em uma reação a alguma ação já feita (ato perlocutório). Como dissemos, o Move (no português, “movimento”) pode ser constituído por um ou mais Atos Discursivos. Na interação comunicativa, esta unidade é a menor que pode ser identificada. É importante destacar que esse é um dos pontos diferenciais entre a GDF e a Gramática Funcional (DIK, 1989;1997), pois, enquanto a GF estabelece a Oração como unidade básica de análise, porque toma a predicação como ponto de partida para a descrição da expressão linguística, a GDF considera o Ato Discursivo, ampliando o modelo de descrição gramatical da oração para o discurso (SOUZA, 2008). Essa ampliação foi crucial para as análises linguísticas na perspectiva da gramática funcional de orientação holandesa, uma vez que o Ato Discursivo é uma camada que permite o estudo de expressões que são menores que a oração, mas que possuem significado completo nos enunciados; além de possibilitar a investigação da relação entre duas ou mais orações

No que diz respeito à Ilocução, ela representa a intenção comunicativa do Falante no discurso. Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), essa camada por ser representada por meio de verbos performativos, ou seja, apenas uma unidade lexical, ou por “sentença-tipo” - uma unidade mais abstrata. Dentre as forças ilocucionárias das sentenças-tipo, podemos destacar a: declarativa, imperativa, interrogativa, optativa, proibitiva, exortativa, imprecativa, mirativa, admoestativa, suplicativa e comissiva (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008. p. 71–72). No caso do nosso *corpus*, devido à natureza do gênero em estudo, que constitui o registro feito por um escrivão de informações concedidas por um depoente que declara o que sabe em relação a

um determinado crime e suas circunstâncias, trataremos apenas da sentença-tipo *declarativa*. Vejamos o exemplo (1), retirado do *corpus*

(1) “O depoente percebeu que estava sem a carteira de dinheiro e sem o celular” (Inquérito 1, Termo de depoimento do irmão da vítima).

No exemplo (1) acima, há um Move que contém um Ato Discursivo com uma força ilocucionária Declarativa. O Participante P1 é especificado na situação como *depoente*, uma 3ª pessoa definida em razão do formato do gênero discursivo, e a ele é atribuído um Conteúdo Proposicional, no nível Representacional, que se manifesta na forma de uma oração finita ([que] estava sem a carteira de dinheiro e sem o celular) encaixada no verbo factivo *percebeu*, indicando, assim, uma inferência do depoente.

Com relação aos Participantes, eles podem variar entre Falante e Ouvinte, sendo caracterizados por P1 e P2, como já mencionamos. A GDF explica que, nesta camada, os participantes podem ser identificados através de vocativos e pronomes de primeira ou segunda pessoa do discurso. No Termo de Depoimento, vale ressaltar que P1 é sempre apresentado nos textos como uma terceira pessoa do discurso, uma vez que se trata de um gênero em que os relatos dos depoentes são documentados pelo Escrivão, que procura ser fidedigno ao conteúdo dos enunciados proferidos.

Finalmente, o Conteúdo Comunicado “contém a totalidade do que o Falante deseja evocar na sua comunicação com o Ouvinte” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2010. p.11). Essa camada está ligada aos marcadores evidenciais de Reportatividade. Vejamos o exemplo (2), retirado do *corpus*:

(2) Fulana ligou para a mãe de Fulano e ela **disse** que o mesmo tinha saído de casa por volta das 15h30 (Inquérito 1, Termo de depoimento do irmão da vítima).

Em (2), o Conteúdo Comunicado “o mesmo tinha saído por volta das 15h30” é encaixado no verbo de elocução e representa a fala reportada do depoente, indicado pelo pronome de terceira pessoa. Esse Conteúdo Comunicado contém um Subato Atributivo (T), expresso pela locução verbal *tinha saído*, e um Subato Referencial, evocado no nível Interpessoal, já que se trata de um nome próprio, que, por motivos éticos ligados à preservação dos nomes dos envolvidos nos crimes de feminicídio, foi substituído na exemplificação por “Fulano”.

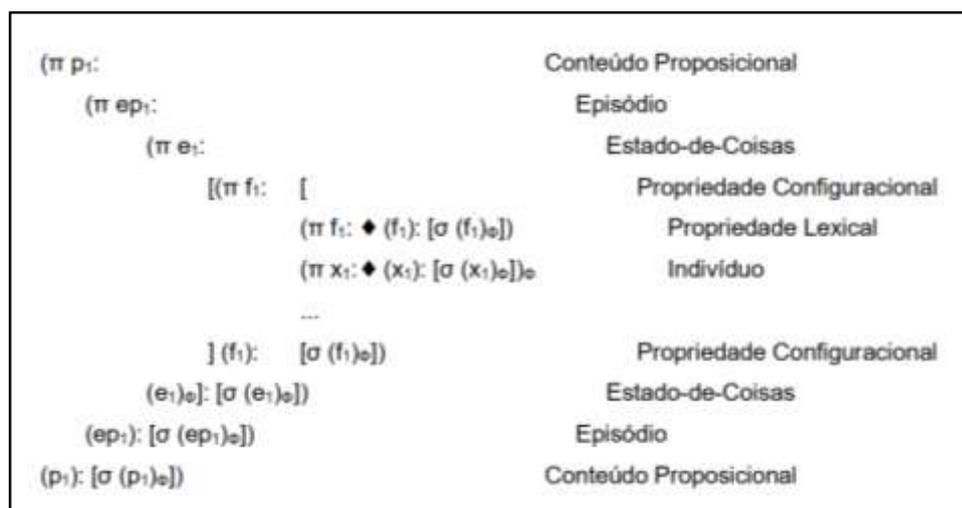
2.3 Nível Representacional

O Nível Representacional diz respeito aos aspectos semânticos que as unidades linguísticas designam. Neste nível do Componente Gramatical, as camadas, que representam categorias semânticas ontológicas, organizam-se, hierarquicamente, da seguinte forma: Conteúdo Proposicional (p) > Episódio (ep) > Estado de Coisas (e) > Propriedade (f) > Indivíduos (x).

A categoria (i) *Indivíduo* (x), entidade de primeira ordem, pode ser localizada no espaço e pode ser avaliada do ponto de vista de sua existência; o (ii) *Estado de coisas* (e), entidade de segunda ordem, pode ser localizada no espaço e no tempo; o (iii) *Conteúdo Proposicional* (p), entidade de terceira ordem, que é um construto mental, como crenças e desejos, pode ser avaliado em termos de seu valor de verdade; a categoria (iv) *Propriedade* (f), como entidade semântica, não tem uma existência independente, só podendo ser avaliada quando se aplica a outras entidades semânticas; e o (v) *Episódio* (ep) diz respeito a um conjunto de Estado de Coisas com continuidade de tempo, espaço e indivíduo.

A seguir, na Figura 4, podemos visualizar o esboço hierárquico do Nível Representacional da GDF:

Figura 4: Organização do Nível Representacional



Fonte: Traduzido e adaptado de HENGEVELD e MACKENZIE (2008, p.140).

Como podemos observar na Figura 4, a camada mais alta do Nível Representacional é a do Conteúdo Proposicional (p), que diz respeito aos construtos mentais, podendo designar crenças, conhecimentos e desejos (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008. p. 144). Para os autores, esses construtos podem ser de origem factual, quando se tratam de conhecimentos do

mundo real; ou não factual, quando dizem respeito a expectativas relacionadas a um mundo imaginário. Além disso, a GDF esclarece que o Conteúdo Proposicional pode ser classificado em termos de atitudes proposicionais, isto é, de certeza, dúvida, descrenças etc.; e/ou em termos da fonte e da origem do conhecimento, que é comum/compartilhado, de evidências sensoriais e de inferência. Em vista disso, essa camada está ligada tanto aos modalizadores epistêmicos quanto à Evidencialidade Inferência. Vejamos os exemplos (3) e (4) a seguir:

(3) **“Ele desconfiava que tinha acontecido algo com Fulana**, pois não conseguia falar com ninguém da família” (Inquérito 1, Termo de depoimento do irmão da vítima)

(4) **“Fulana tinha medo de apanhar e temia por suas filhas, mas que achava que ele não tinha coragem de fazer algo pior”** (Inquérito 1, Termo de depoimento da amiga da vítima)

Os exemplos acima ilustram a camada do Conteúdo Proposicional. Em (3), a proposição destacada manifesta um exemplo de Evidencialidade Inferida introduzida por meio do verbo de cognição *desconfiar* no pretérito imperfeito. Como base em uma evidência inferida, o depoente elabora um construto mental acerca de que algo havia acontece com a vítima, sua irmã. Já em (4), a depoente, com base em um conhecimento acessível confidenciado a ela pela vítima, sua amiga, expressa a suposta opinião subjetiva da vítima acerca da coragem de o acusado cometer algo pior com elas e as filhas dela, constituindo, neste caso, um exemplo de Modalidade Epistêmica Subjetiva. É interessante observar que, nesse exemplo, em razão da natureza do delito e do gênero, a depoente retransmite a opinião subjetiva da vítima, havendo, portanto, uma sobreposição entre o domínio semântico da Modalidade Epistêmica Subjetiva e a Evidencialidade Reportatividade.

Já a camada do Episódio (ep) diz respeito a “conjuntos de Estados de Coisas tematicamente coerentes, no sentido de que mostram unidade ou continuidade de Tempo (t), Localização (l), e Indivíduos (x)” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2010. p. 14). Os Estados de Coisas (e), por seu turno, dizem respeito a eventos ou estados que podem ser localizados no tempo e avaliados em termos de sua realidade. É importante destacar a distinção entre tempo absoluto (como *passado* e *futuro*) e tempo relativo (como *anterior* e *posterior*) na caracterização de estados de coisas e episódios. . Vejamos o exemplo (4), a seguir, retirado da GDF:

(4) *Ontem* Sheila saiu *antes* do jantar.³

No exemplo (4), os Hengeveld e Mackenzie (2008) explicam que o advérbio *ontem* atua como modificador de tempo absoluto, marcando temporalmente (no passado) os Estados de Coisas *Sheila saiu e jantar*. A união desses Estados de Coisas compõe um Episódio. Por outro lado, o advérbio *antes* atua como modificador de tempo relativo entre os dois Estados de Coisas *sair e jantar*, situando o evento *sair* como anterior ao evento *jantar*. Essa distinção entre tempo absoluto e tempo relativo é pertinente no que diz respeito à caracterização da Evidencialidade Dedução e a Evidencialidade Percepção de Evento. Hengeveld e Hattner (2015) explicam que a Dedução, por ter relação com a percepção de uma evidência no momento da fala, pode ser localizada em tempo absoluto. Por outro lado, a Percepção de Evento, que tem relação com a observação da ocorrência de um Estado de Coisas, pode ser localizada em tempo relativo.

Com relação à camada do Indivíduo (x), podemos afirmar que ela representa entidades concretas, que podem ser localizadas no espaço. Essa característica é importante no sentido de que dois ou mais Indivíduos não podem ocupar um mesmo lugar. No que diz respeito a categoria Propriedade (f), esta pode ser subdividida em *Propriedades Lexicais* (que constituem entidades lexicais que podem ser aplicadas a entidades de primeira ordem, ou seja, a indivíduos) e *Propriedades Configuracionais* (que constituem um conjunto de moldes de predicação importantes para uma determinada língua na construção de representações semânticas). Os exemplos (5) e (6), retirados dos autores, ilustram, respectivamente, a aplicação de uma entidade de zero ordem (Propriedade Lexical) a uma entidade de primeira ordem (Indivíduo) e a aplicação de uma Propriedade Configuracional na construção de uma predicação:

(5) Uma casa antiga e uma moderna⁴.

(6) Sheila está doente⁵.

Neste item, compreendemos como funcionam os níveis e camadas relacionados à operação de Formulação. A seguir, discutimos os níveis ligados à operação de Codificação,

³ *Sheila went out before dinner* (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 171).

⁴ *Una casa antigua y una moderna* (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 171).

⁵ *Sheila (x) is ill* (f) (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 181).

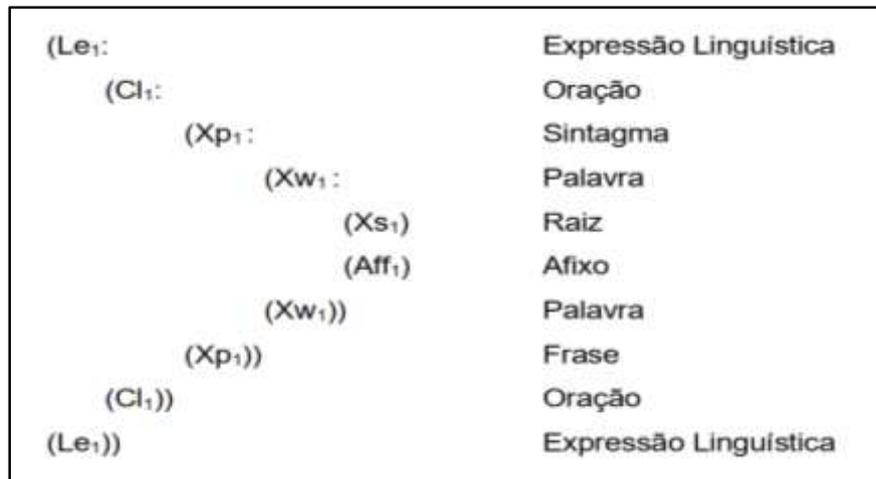
responsável pelas configurações dos aspectos representacionais e interpessoais em estruturas linguísticas.

2.4 Nível Morfossintático

O Nível Morfossintático é responsável pela codificação, isto é, é nele que as informações mais relevantes do Nível Interpessoal (pragmático) e Representacional (semântico) são codificadas em uma estrutura linguística. O Nível Fonológico, por sua vez, recebe as informações do Nível Morfossintático e as transforma em representações fonológicas. Hierarquicamente, e, de acordo com o modelo *top-down*, as camadas do Nível Morfossintático são organizadas da seguinte maneira: *Expressão linguística (Le1) > Oração (Cl1) > Sintagma (Xp1) > Palavra (Xw1) > Base (Xs1) > Afixo (Aff1)* (CASSEB-GALVÃO, 2011).

Vejamos, abaixo, na Figura 5, como as camadas mencionadas são distribuídas no Nível Morfossintático na Gramática Discursivo-Funcional (2008):

Figura 5: Organização do Nível Morfossintático na GDF



Fonte: Traduzido e adaptado de HENGEVELD e MACKENZIE (2008, p.219).

A partir da Figura 5, é possível perceber que, na GDF, não há uma distinção rígida entre os aspectos sintáticos e morfológicos. Os autores explicam que isto ocorre devido ao fato de que os princípios empregados na construção de palavras são os mesmos empregados em frases e orações.

Como descrito na figura 5, a camada mais alta do Nível Morfossintático é a Expressão Linguística (Le). A GDF define essa camada como um conjunto de uma ou mais unidades morfossintáticas, que pode ser formada por Orações, Frases ou Palavras (HENGEVELD; MACKENZIE, 2010. p.18). Vejamos o exemplo (7) a seguir:

(7) Quanto mais curto melhor.⁶

No exemplo acima, ilustramos uma Expressão Linguística (Le) composta pela união de dois Sintagmas Adjetivais interdependentes conectados, representando, assim, uma *Le* que não contém uma oração. Uma vez que a Expressão Linguística é instaurada na camada mais alta, a GDF possibilita a análise de expressões não oracionais; isto é, sem um núcleo verbal.

A camada da Oração (Cl) é definida por Hengeveld e Mackenzie (2008) pela junção de um ou mais Sintagmas e Palavras (gramaticais). Essa camada é considerada na GDF como uma categoria universal da estrutura linguística, sendo analisada a partir de critérios específicos de cada língua; como, por exemplo, a ordenação linear dos constituintes na oração, que, segundo os autores, pode ser definida a partir de duas perspectivas distintas: (i) organização hierárquica, não configuracional (portanto, opcional do elementos) e (ii) organização não hierárquica (portanto, argumental, ligada à valência verbal). Ademais, os autores consideram que as línguas dispõem de quatro posições absolutas: P^I , P^2 , P^M e P^F . Assim, as línguas podem apresentar variadas posições. Por exemplo, podem fazer uso da posição inicial (P^I) e de suas expansões à direita (P^{I+n}), da segunda posição (P^2) e de suas expansões à direita (P^{2+1} , P^{2+n}), da posição medial (P^M) e de suas expansões à direita (P^{M+1} , P^{M+n}), à esquerda (P^{M-1} , P^{M-n}) ou em ambas as direções (P^{M+1} , P^{M+n} , P^{M-1} , P^{M-n}) e da posição final (P^F) e de suas expansões à esquerda (P^{F-1} , P^{F-n}). Para os linguistas, a posição medial (P^M) é a menos saliente e tem relação com o Nível Representacional, porque reflete as funções semânticas dos constituintes oracionais envolvidos numa predicação, como Ativo, Inativo e Locativo; ao passo que a posição inicial (P^I) e a final (P^F) são as mais salientes e tem relação com a sobreposição de fatores do Nível Interpessoal em relação ao nível semântico, como a atribuição das funções pragmáticas Tópico, Foco e Contraste⁷.

Fontes e Pezatti (2011) explicam que vários fatores podem influenciar essa derivação na posição dos constituintes nas línguas, como, por exemplo, fatores interpessoais e representacionais. Assim, esclarecem os autores:

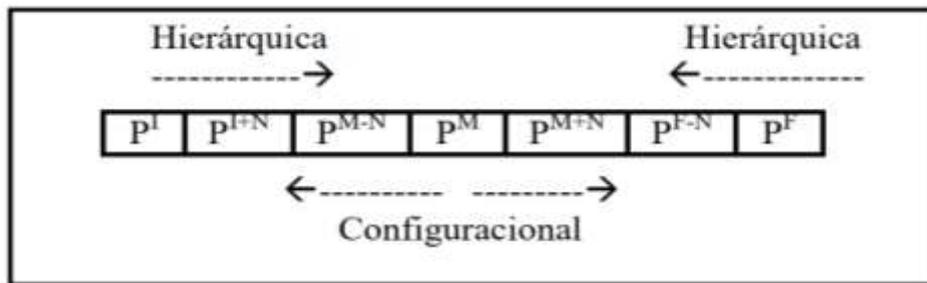
⁶ Je kürzer desto besser. (HENGEVELD; MACKENZIE, 2010. p.18)

⁷ A GDF considera três tipos de funções pragmáticas: (i) Tópico (atribuída a um Subato não-focal, cuja função é assinalar como o Conteúdo Comunicado se relaciona ao comentário construído gradualmente no Componente Contextual. Essa definição pressupõe a atribuição de Tópico à informação dada, havendo assim uma correlação *default* entre Tópico e informação dada), (ii) Foco (marca a estratégia do falante de selecionar uma nova informação para preencher uma lacuna na informação pragmática do próprio Falante ou do Ouvinte) e (iii) Contraste (assinala o desejo do falante em contrastar as diferenças entre Conteúdos Comunicados ou entre um Conteúdo Comunicado e informações disponíveis contextualmente). (FONTES; PEZATTI, 2011, p. 218)

(...) fatores relativos às funções pragmáticas e à referência associam-se ao Nível Interpessoal; os relacionados às funções semânticas e à designação, ao Representacional; e os relacionados às funções sintáticas e à complexidade estrutural do item linguístico, ao Morfossintático. Se, em uma língua, a ordenação de constituintes é direcionada por funções pragmáticas, a colocação desses constituintes deve preceder a de outros constituintes (FONTES; PEZATTI, 2011, p. 212).

Pezatti e Fontes (2010), com base na perspectiva da GDF, defendem que o PB é uma língua de predicado-medial, com três posições absolutas (P^I , P^M e P^F). Ademais, os autores argumentam que o PB faz uma separação nítida entre a ordenação hierárquica e a configuracional. A hierárquica assume uma força centrípeta e começa pelas margens da oração; e a configuracional assume uma força centrífuga e inicia pelo predicado, como representam os autores na Figura 6 abaixo:

Figura 6 – Ordenação dos constituintes no português



Fonte: Fontes e Pezatti (2011, p. 213)

Desse modo, a posição dos constituintes é uma categoria de estudo relevante para nossa pesquisa, uma vez que funcionada como critério de análise do trabalho com a Evidencialidade e a Modalidade Epistêmica.

Já o Sintagma (X_p), camada hierarquicamente inferior à Oração, contém um item lexical como núcleo, o qual é transmitido ao Nível Morfossintático a partir de um dos níveis mais altos - o Representacional ou o Interpessoal. De acordo com os autores, há vários tipos de Sintagmas, dentre eles podemos destacar: o Sintagma Verbal (V_p), o Sintagma Nominal (N_p), o Sintagma Adverbial (Adv_p), o Sintagma Adjetival (Adj_p) e o Sintagma Adposicional (Adp). É importante destacarmos que Hengeveld e Mackenzie (2008) explicam que a variedade de sintagmas depende de cada língua.

Por fim, com relação à Palavra (X_w), os autores explicam que, nas línguas polissintéticas, essa camada pode ser mais complexa, isto é, além de ser composta por Raízes (X_s) e Afixos (Aff), em determinadas línguas, a Palavra também pode encaixar-se em outras camadas mais altas do Nível Morfossintático, como Sintagmas e Orações.

É importante compreendermos, finalmente, que a ligação entre os Níveis da GDF acontece a partir de três tipos de alinhamento: i) *alinhamento interpessoal*: quando a organização morfossintática reflete as funções pragmáticas e referenciais; ii) *alinhamento representacional*: quando a organização morfossintática reflete as funções semânticas e suas designações; e iii) *alinhamento morfossintático*: quando a organização morfossintática contém sua própria estrutura com funções sintáticas. Este alinhamento será ilustrado em nossa pesquisa, uma vez que analisamos a ordenação dos constituintes das orações, que refletem a complexidade estrutural (SILVA, 2013).

No que diz respeito ao Nível Fonológico, que recebe as unidades morfossintáticas e as converte em manifestações fonológicas, não o discutiremos, haja vista que não é um nível relevante para nossa pesquisa, já que não faz parte do nosso escopo de investigação.

2.5 Síntese do capítulo

Neste capítulo, apresentamos os princípios e fundamentos do aporte teórico-metodológico da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008). Nesse modelo de organização, a análise da língua é feita com base na inter-relação entre a estrutura linguística e os fatores contextuais, discursivos e cognitivos, que, embora diferentes, estão correlacionados. Além disso, a GDF descreve a língua por meio de uma abordagem hierárquica de descrição gramatical, o chamado modelo e *top-down*, que organiza os fatores os componentes na seguinte ordem de relevância, sendo eles: i) Componente Conceitual (cognitivo); ii) Componente Contextual; iii) Componente Gramatical, e iv) Componente de Saída.

No caso do Componente Gramatical, que é o componente que nossa pesquisa está centrada, a GDF divide-o em Níveis e Camadas distribuídos hierarquicamente, em que os superiores condicionam os inferiores. Nesse sentido, Hengeveld e Mackenzie (2008) postulam que “a Pragmática governa a Semântica; a Pragmática e a Semântica governam a Morfossintaxe; e a Pragmática, a Semântica e a Morfossintaxe governam a Fonologia” (SILVA, 2013. p.36). Esses fatores são divididos em quatro Níveis independentes, respectivamente ordenados: o Nível Interpessoal, o Nível Representacional, Nível Morfossintático e o Nível Fonológico.

O Nível Interpessoal corresponde às motivações pragmáticas e diz respeito à forma como o falante representa suas intenções comunicativas em termos de expressão linguística.

Nele, estão as camadas do *Move* (M), que constitui a camada mais alta; o *Ato Discursivo* (A); a *Ilocução* (F), que contém *Participantes* (Falante P1, Ouvinte P2); e o *Conteúdo Comunicado* (C), com os *Subatos Atributivos* (T) e os *Subatos Referenciais* (R). O Nível Representacional diz respeito às motivações semânticas que os itens linguísticos designam. Nele, temos as camadas: Conteúdo Proposicional (p); Episódio (ep); Estado de Coisas (e); Propriedade Configuracional (f) e Indivíduo (x). Por fim, o Nível Morfossintático representa as configurações Interpessoais e Representacionais que são convertidas em uma estrutura morfossintática. Esse Nível tem as seguintes camadas: Expressão Linguística (Le); Oração (Cl); Sintagma (Xp) e Palavra (Xw). Quanto ao Nível Fonológico, não o descreveremos aqui, uma vez que não é relevante para nossa pesquisa.

Tendo em vista a descrição teórica apresentada, no capítulo seguinte discorreremos sobre os conceitos de Evidencialidade e Modalidade Epistêmica, tanto para a Linguística, em geral, quanto para a perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional (doravante GDF).

3 EVIDENCIALIDADE E MODALIDADE EPISTÊMICA

O fenômeno da Evidencialidade está presente em todo sistema linguístico. Isso porque os falantes revelam, a partir do uso das expressões evidenciais, o modo como as informações contidas nas situações comunicativas foi obtido. Assim, a Evidencialidade é vista como um domínio cognitivo-funcional inerente às línguas naturais. Isso significa dizer que, por trás da manifestação linguística, existe um componente não material que rege o funcionamento da Evidencialidade no plano linguístico. Além disso, do ponto de vista conceitual, a Evidencialidade tem, por um lado, uma relevância atrelada à organização conceptual humana (ou seja, ao modo como compreendemos o mundo e organizamos o mundo por meio da linguagem), e, por outro lado, tem uma relevância discursiva, pois usamos marcas evidenciais com algum propósito comunicativo/discursivo. Com relação aos estudos acerca da Modalidade, estes foram muito influenciados pela visão lógica de Aristóteles. Neves (2006) destaca que, apesar de existir a tentativa de separar Lógica e Linguística, os trabalhos linguísticos que buscam definir a Modalidade, em sua grande maioria, resgatam as noções de possibilidade e necessidade, uma referência à visão lógica que deu início ao reconhecimento da Modalidade enquanto categoria.

O domínio funcional da evidencialidade, por ser entendido do ponto de vista da cognição, pode indicar, além do modo de obtenção da informação, a fonte do conteúdo da proposição e o grau de comprometimento do falante em relação à informação veiculada. Assim, esse domínio é comum a todas as línguas naturais e pode ser expresso por meio de itens lexicais, gramaticais ou em processo de gramaticalização (SILVA, 2013). No caso da Modalidade, Lyons (1977) e Coracini (1991), assim definem:

“um meio usado pelo falante para expressar sua opinião ou atitude acerca de uma proposição que a sentença expressa ou a situação que a proposição descreve” (LYONS, 1977, p. 436);

“a expressão da subjetividade de um enunciador que assume com maior ou menor força o que enuncia, ora comprometendo-se, ora afastando-se, seguindo normas determinadas pela comunidade em que se insere.” (CORACINI, 1991, p. 113).

De acordo com Silva (2013), Jakobson foi o primeiro teórico a separar o domínio da Evidencialidade das modalidades linguísticas. A partir disso, a Evidencialidade apresentou concepções e delimitações diferentes para alguns teóricos. Há a concepção de Evidencialidade como “fonte da informação”, “fonte de justificativas” ou “fonte de evidências” (BYBEE, 1985a; ANDERSON, 1986; CRYSTAL, 1991; AIKHENVALD, 2004; apud SILVA, 2013),

bem como há a noção do domínio evidencial como a manifestação de “graus de certeza” (MITHUN, 1986; MAYER, 1990; apud SILVA, 2013).

Além dessas concepções, é interessante destacar que há autores que fazem uma distinção rigorosa da manifestação da Evidencialidade. Aikhenvald (2004), por exemplo, assim como outros teóricos como Bybee (1985) e Anderson (1986), defende o estatuto da Evidencialidade como um fenômeno de manifestação unicamente gramatical. Ou seja, a expressão da Evidencialidade seria marcada por meio de itens gramaticais e não lexicais. Entretanto, a autora chega a reconhecer estratégias evidenciais de expressão lexical, embora foque, em seus estudos, nas expressões gramaticais.

Por outro lado, tendo em vista que a Evidencialidade na língua portuguesa se manifesta primordialmente por meio de itens lexicais, o objetivo da presente pesquisa é analisar a manifestação linguística da Evidencialidade como estratégia textual-discursiva e não como item evidencial isolado; assim, assumimos o postulado de que a Evidencialidade, na língua portuguesa, não é codificada apenas por itens gramaticais, mas por itens lexicais e/ou em processo de gramaticalização (SILVA, 2013), o que tem relação com a fonte da informação e o modo de obtenção da informação, como, também, com efeitos ligados ao grau de comprometimento do falante com o conteúdo de seus enunciados, haja vista que a qualidade da fonte da informação e as circunstâncias pragmáticas envolvidas no uso das expressões evidenciais fornecem pistas para sua interpretação no discurso.

Essa divergência de conceituações também acontece nos estudos da Modalidade. Palmer (1986), por exemplo, pressupõe que a Modalidade deve ser definida a partir do critério da subjetividade, embora reconheça que essa característica falta a certos modalizadores, como deônticos e dinâmicos. Tal proposta corrobora com diversos outros linguistas e pesquisadores que se interessam pelo estudo da categoria. Em geral, essa visão de Modalidade tem relação com o fato de que a categoria representar a gramaticalização das atitudes do falante ou de sua opinião no que se refere a um determinado conteúdo proposicional. Levando em conta essa definição, o autor propõe três tipos de Modalidade: *epistêmica* (definida como um sistema modal que indica graus de comprometimento, dividindo-se em *sistema modal dos julgamentos* – que denotam dúvidas e suposições do falante – e *sistema modal das evidências* – que denotam proposições afirmadas com relativa segurança, porque estão abertas a justificativas evidenciais), *deôntica* (definida como um sistema modal que apresenta um elemento de vontade e envolve uma ação orientada por um agente) e *dinâmica* (definida como um sistema modal

relacionado a noções de capacidade e habilidade). É importante destacar que a nossa pesquisa será centrada apenas no tipo de Modalidade Epistêmica.

De acordo com Carrascossi (2011), a modalidade pode ser realizada de duas maneiras: i) *orientada para o falante*, quando está relacionada ao que o falante tem em mente, como crenças, julgamentos, conhecimentos internalizados etc., demonstrando a atitude do falante com relação ao seu discurso; e ii) *orientada para o ouvinte*, quando funciona como uma estratégia do falante para intermediar a comunicação, o que, de acordo com Carrascossi (2011), com base em Hoffnagel (1997) e em Miranda (2000), sinaliza para a função de defesa e “proteção de faces”.

Diante do cenário apresentado, pretendemos abordar neste capítulo as diferentes acepções e estudos linguísticos acerca da Evidencialidade e da Modalidade Epistêmica, sobretudo no que diz respeito à categorização de tais domínios na GDF.

3.1 Evidencialidade e Modalidade epistêmica na Linguística

Os estudos sobre a Evidencialidade na Linguística apresentam delimitações diversas ao longo do tempo. A tentativa dos pesquisadores em conceituar a categoria resultou em definições não consensuais. Tendo em vista isso, podemos apontar, de maneira ampla, ao menos, três perspectivas de delimitação da Evidencialidade fundamentadas pelos teóricos: i) a Evidencialidade como uma categoria de expressão gramatical; ii) a Evidencialidade como uma categoria semântica de expressão lexical; e iii) a Evidencialidade como uma categoria cognitivo-pragmática, não restringindo-a à sua codificação.

No que diz respeito à concepção da Evidencialidade como um fenômeno de manifestação gramatical, Willet (1988) é um dos autores de trabalhos pioneiros no âmbito da Evidencialidade, pesquisando as marcas evidenciais gramaticais em 38 línguas ameríndias. Nessa investigação, o autor classifica dois tipos de Evidencialidade: a *direta*, quando o falante é a própria fonte da informação; e a *indireta*, quando o falante sabe da informação por meio de outra fonte (Evidencialidade *relatada*) ou quando ele infere o conteúdo descrito na proposição por meio de evidências ou de conhecimento acumulado em seu componente conceptual (Evidencialidade *inferida*).

Ademais, o autor difere a Evidencialidade indireta relatada em: i) de segunda mão, quando o falante declara saber da informação através de uma testemunha do ocorrido; ii) de

terceira mão, quando o falante declara saber da informação por meio de um boato, sem uma testemunha específica; e iii) mito, quando o falante declara que a situação diz respeito a uma história pertencente ao senso comum. A Evidencialidade indireta inferida também é subdividida pelo autor em: i) inferência de resultado, quando o falante infere um conteúdo a partir de evidências disponíveis; e ii) inferência de raciocínio, quando o falante infere algo a partir de construtos mentais baseados na lógica e no seu conhecimento de mundo (WILLET, 1988 *apud* VENDRAME, 2010, p.17).

Aikhenvald (2004) corrobora com a ideia da Evidencialidade expressa por meios gramaticais. Ao analisar a categoria em mais de 500 línguas, a autora, assim como Willet (1988), não faz uma diferenciação entre a fonte da informação e o modo de obtenção da informação. Aikhenvald (2004) demonstra, ainda, que a Evidencialidade pode ser expressa por vários meios gramaticais, como afixos, clíticos, partículas ou verbos auxiliares. Em seu estudo, a autora agrupa as línguas com base no sistema evidencial que expressam. Assim, ela propõe distinções evidenciais como “evidências de primeira mão” (direta), “evidência não de primeira mão” (indireta), “evidência direta visual ou não visual”, “inferidas” e “reportadas” (AIKHENVALD, 2004).

Todavia, a autora assume que há línguas em que a expressão da Evidencialidade pode se dar por meios lexicais, assim como o inglês, que a autora define como “estratégia evidencial”, como podemos verificar na citação da autora apresentada a seguir:

“estratégias evidenciais são categorias e formas que adquirem sentidos secundários de alguma forma relacionados com a fonte da informação [...] elas são diferentes dos evidenciais propriamente ditos, cujo primeiro – e não raramente o único – sentido é a fonte da informação.” (AIKHENVALD, 2004, p. 105)⁸

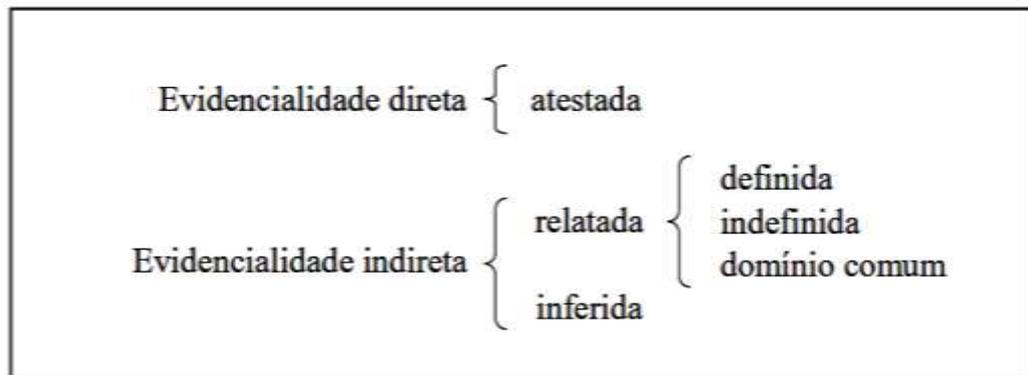
A segunda abordagem acerca do estudo da Evidencialidade a compreende como uma categoria semântica de expressão lexical. Sob esse ponto de vista, a categoria evidencial é vista como um domínio semântico de expressão lexical. Sobre isso, Vendrame (2010) afirma que “de um modo geral, toda língua de alguma forma tem meios de marcar a fonte da informação, mas nem toda língua tem Evidencialidade gramatical.” (VENDRAME, 2010, p.21).

A concepção de Evidencialidade como uma categoria de manifestação lexical abrange uma perspectiva mais ampla, uma vez que é encarada a partir do que ela representa, e não em

⁸ “Evidential strategies are categories and forms that acquire secondary meanings somehow related to the source of information [...] they are different from evidentials themselves, whose first – and not rarely the only – meaning is the source of information.” (AIKHENVALD, 2004, p. 105)

termos gramaticais. Chafe (1986) e Crystal (1991) são exemplos de autores que adotam a hipótese de que o fenômeno da Evidencialidade vai além da expressão das evidências, podendo manifestar também o grau de comprometimento do falante com relação ao conteúdo asseverado (SILVA, 2013, p.54). Baseados nessa perspectiva, também encontramos trabalhos como os de Casseb-Galvão (2001), Gonçalves (2003), Vendrame (2005) e Dall’Aglío-Hattner (2001, 2007), que analisam a categoria da Evidencialidade como uma categoria semântica sob um viés funcionalista. Na análise de Dall’Aglío-Hattner, por exemplo, temos distinções da Evidencialidade semelhantes às concebidas por Willet e Aikhenvald, como é possível verificar na Figura 7, retirada de Vendrame (2010):

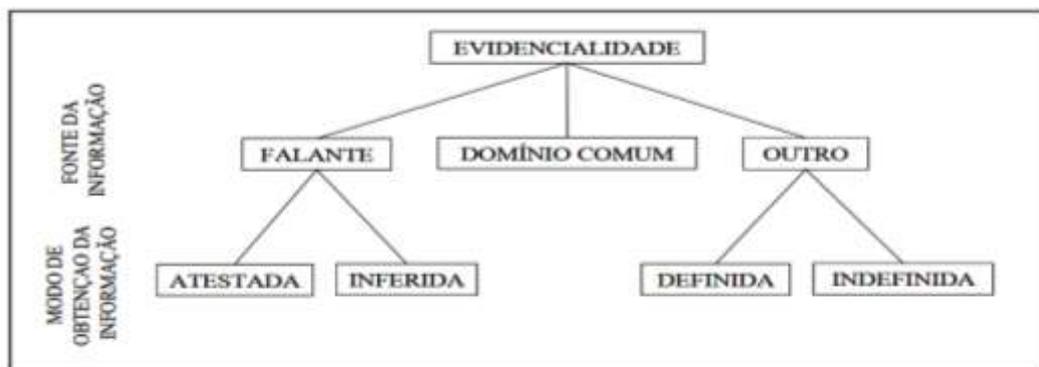
Figura 7: Tipologias evidenciais da Língua Portuguesa conforme Dall’Aglío-Hattner (2001)



Fonte: Vendrame (2010, p.24).

Em uma reformulação das subcategorias da Evidencialidade, Vendrame (2005) propõe uma adaptação da proposta de Dall’Aglío-Hattner (2001), alterando, especificamente, o parâmetro do domínio comum, conforme poderemos observar na Figura 8 abaixo:

Figura 8: Tipologias evidenciais da Língua Portuguesa de Vendrame (2005)



Fonte: VENDRAME (2010, p.25).

Nessa proposta, o domínio comum passa a constituir um tipo de fonte, e a fonte “outro” se subdivide em definida ou não definida. O domínio comum está relacionado a uma informação de conhecimento compartilhado. Já a fonte “outro” expressa um relato (reportado), que pode ter a fonte especificada (definida) ou não.

De todo modo, podemos concluir que, desde os primeiros estudos da Evidencialidade, as pesquisas revelam e assumem, no mínimo, dois subtipos de modo/fonte de obtenção da informação: evidência direta (ligada a evidências perceptuais) e indireta ((ligada a evidências inferidas ou evidências reportadas).

A terceira perspectiva de abordagem da Evidencialidade analisa a categoria a partir de um parâmetro cognitivo-pragmático, sem restringi-la a sua expressão gramatical e lexical. Para Silva (2013, p.54), essa é uma visão “conceptual-funcional” da Evidencialidade, que considera que a manifestação evidencial pode acontecer por meios gramaticais ou lexicais. Ademais, considerar esse ponto de vista significa assumir que a Evidencialidade pode pragmaticamente expressar o envolvimento e o comprometimento do falante com o conteúdo informado, assim como possibilitar que o ouvinte avalie, pela qualidade da fonte expressa e pelo modo de obtenção da informação, a verdade do que é dito na proposição.

Essa aceção é um dos pontos muito discutidos e questionados pelos teóricos, haja vista que a categoria da Modalidade Epistêmica é responsável pelo envolvimento do falante com a proposição. Assim, alguns pesquisadores reconhecem a Evidencialidade como um subtipo da Modalidade Epistêmica. Entretanto, nem todos os teóricos encaram as categorias sob o mesmo viés.

Na grande maioria dos estudos linguísticos, a Modalidade Epistêmica está situada no eixo do conhecimento do interlocutor e revela o grau de (in)certeza e (des)comprometimento do falante em relação ao conteúdo proposicional que é proferido, podendo indicar uma crença, uma opinião, um julgamento etc. (LYONS, 1977; PALMER, 1986; HENGEVELD, 1988,2004). Essa categoria, segundo Neves (2006), ainda apresenta os graus do possível relativos ao eixo do conhecimento, sendo eles: absolutamente possível > indiscutivelmente possível > bem possível > seria possível > pouco possível > muito pouco possível > quase impossível > seria quase impossível (NEVES, 2006).

Lyons (1977) subdivide a Modalidade Epistêmica em subjetiva e objetiva. A epistêmica objetiva diz respeito a um conhecimento comprovado ou aceito empiricamente; já a subjetiva

está ligada à opinião do falante em relação ao conteúdo proposicional que é proferido. Ancorado nessa distinção, Hengeveld (1988, 1989) postula que esses subtipos atuam em diferentes níveis do enunciado. Neste caso, a objetiva está situada no âmbito da predicação e expressa uma avaliação que o falante faz com relação à condição de realidade do que é manifestado na predicação. Já a subjetiva está situada no nível da proposição e expressa o comprometimento do falante alusivo ao valor de verdade do que é enunciado.

Em estudos mais recentes, Narrog (2012) propõe uma definição ainda mais consistente, que corrobora com os estudos funcionalistas acerca da Modalidade Epistêmica:

“[e]modalidade epistêmica refere-se ao conhecimento de mundo de alguém, tipicamente aquele do falante. Se a proposição está vinculada ao conhecimento dessa pessoa, ela é necessariamente verdadeira; se for compatível [com] seu conhecimento, possivelmente é verdade.” (NARROG, 2012, p.8 *apud* OLBERTZ; HATTNHER, 2018. p.134)

Essa definição se adequa à proposta adotada em nossa pesquisa. Entretanto, ela abrange a definição de Modalidade Epistêmica em sua totalidade, sem uma distinção explícita entre Modalidade Epistêmica subjetiva e objetiva, que é um de nossos interesses de análise. Isto ocorre devido ao fato de Narrog (2012, p.36), apesar de reconhecer a diferença entre os dois tipos dessa Modalidade, enxergar a distinção da epistêmica objetiva e subjetiva sob uma perspectiva de grau.

Olbertz e Hattnher (2018) compartilham da definição de Narrog (2012) para o estudo da Modalidade Epistêmica. Entretanto, partem dos pressupostos da Gramática Discursivo-Funcional (2008) e de Hengeveld (1988; 2017) para a análise distintiva das modalidades objetiva e subjetiva. É a partir disso que as autoras discutem a relação entre a Evidencialidade inferida e a modalidade epistêmica subjetiva. Isto é, as autoras explicam que há uma “sobreposição” das duas apontada por Olbertz (1998, p. 410-412), que assume em seu trabalho que a Modalidade Epistêmica subjetiva é igual a Inferência. Entretanto, no estudo mais recente, as autoras acreditam que elas são diferentes devido ao fato de que a Evidencialidade inferida tem como base o processo de raciocínio, tornando-se neutra com relação ao comprometimento com a veracidade do conteúdo (OLBERTZ; HATTNHER, 2018. p. 159).

Palmer (1986), Dik (1989) defendem a noção de Evidencialidade como parte do escopo da Modalidade Epistêmica, em que, sob esse ponto de vista, a fonte da informação e o modo de obtenção podem expressar, ainda que de forma não intencional ou velada, o julgamento do falante acerca do conteúdo informado. Hengeveld (1988; 1989) também corrobora com esse

pensamento, ao considerar a Evidencialidade um subtipo da modalidade epistemológica, o que vem a ser modificado em Hengeveld (2004), quando o autor passa a considerar a Evidencialidade como um tipo de domínio modal separado da Modalidade Epistêmica. Em Hengeveld e Dall’Aglío-Hattner (2015), essa proposta de Hengeveld (2004), que serve de base para a tipologia da GDF (2008), é revista, passando as duas categorias a funcionarem como domínios conceituais distintos. Na seção a seguir, discutiremos com mais profundidade essas propostas tipológicas no âmbito da Gramática Funcional e da Gramática Discursivo-Funcional.

Nuyts (1993) e Dall’Aglío-Hattner (1996) compartilham a ideia de que a Modalidade Epistêmica está contida na Evidencialidade. Os autores defendem que a Modalidade Epistêmica é a manifestação da avaliação do falante com base em suas crenças e conhecimentos prévios, podendo o falante revelar ou não a fonte de suas evidências. Dall’Aglío-Hattner (1996) assume, ainda, que tanto a Modalidade Epistêmica quanto a Evidencialidade são estratégias de (des)comprometimento, em que o falante pode assumir alguma responsabilidade

Já Aikhenvald (2004) acredita que a Evidencialidade e a Modalidade Epistêmica são categorias independentes. Essa visão, segundo Silva (2013), indica uma noção de disjunção na compreensão dessa relação entre Evidencialidade e Modalidade Epistêmica, que se deve ao fato de que há línguas em que a manifestação evidencial é expressa por unidades já gramaticalizadas, e, portanto, não há confusão entre as categorias (SILVA, 2013, p.57).

Gonçalves (2003), em seu estudo sobre o verbo *parecer*, já adota uma outra perspectiva. Para o autor, a Evidencialidade e a Modalidade Epistêmica são categorias que se sobrepõem em alguns contextos efetivos de uso da linguagem, sobretudo no que diz respeito à Modalidade Epistêmica e a Evidencialidade inferencial. Essa visão não se restringe apenas ao autor. Podemos destacar, como mencionamos anteriormente, o estudo mais recente de Olbertz e Hattner (2018) que assume a interseção existente entre as duas categorias, e discorre em seu estudo as noções semânticas expressas pelas duas.

De Haan (1997), por exemplo, defende uma visão mais radical no que concerne à relação entre as categorias da Evidencialidade e da Modalidade Epistêmica. O autor acredita que as expressões evidenciais são neutras; ou seja, não representam nenhum valor sobre o nível de comprometimento do falante com a verdade do conteúdo asseverado. Assim, uma categoria não afetaria a outra.

Há trabalhos que conceituam Modalidade e Evidencialidade como categorias independentes, como o de Pezatti *et al* (2003) e o de Silva (2013), que defendem que essas categorias compreendem domínios conceptuais diferentes, embora possam, no uso efetivo da linguagem, haver sobreposição de funções. Com base nisso, defendemos o pressuposto de que a Modalidade Epistêmica e a Evidencialidade fazem parte de categorias distintas, mas correlacionadas no que diz respeito aos seus usos reais nas diferentes práticas discursivas. A primeira diz respeito à atitude do falante sobre um determinado conteúdo, expressando graus de comprometimento; a segunda indica a fonte da informação ou o modo de obtenção da informação, podendo também expressar graus de envolvimento, dependendo da fonte utilizada (CASSEB-GALVÃO, 2001; DALL’AGLIO-HATTNER, 1995; CARIOCA, 2005; LUCENA, 2008; CARIOCA, 2009; SILVA, 2013; CALDAS, 2021; VIDAL, 2021).

Partindo do objetivo do nosso trabalho, que é descrever e analisar, a partir da perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional (2008), os aspectos referentes ao nível Interpessoal, Representacional e Morfossintático da Evidencialidade e da Modalidade Epistêmica em Termos de depoimentos nos casos de feminicídio, adotamos essa concepção porque acreditamos que, do ponto de vista do gênero jurídico, os marcadores evidenciais influenciam na validade das evidências expostas para a construção de provas, enquanto os modalizadores epistêmicos produzem efeitos de verdade ao que é proferido (ZOPPI-FONTANA; FAGUNDES, 2012), expressando, por meio dessas categorias, o grau de envolvimento e comprometimento dos envolvidos com as informações asseveradas.

No que diz respeito à noção de “efeitos de verdade”, assumimos que há uma forte correlação entre esta categoria discursiva e a noção de grau de comprometimento e envolvimento do falante, que, nas teorias funcionalistas apresentadas, constitui efeito pragmático decorrente do uso efeitos das marcas de Evidencialidade e de Modalidade Epistêmica. Vale ressaltar, no entanto, que o termo “efeito de verdade” não é um conceito que se origina nas teorias ligadas ao Funcionalismo linguístico, que é a vertente adotada nesta pesquisa. A noção de efeito de verdade é um conceito que incorporamos da Análise do Discurso, de Charaudeau (2013), e que serve de base para a construção de uma categoria de análise descrita no capítulo metodológico desta Dissertação. De acordo com Charaudeau (2013):

“Cada tipo de discurso modula seus efeitos de verdade de uma maneira particular. O discurso de informação modula-os segundo as supostas razões pelas quais uma informação é transmitida (por que informar?), segundo os traços psicológicos e sociais daquele que dá a informação (quem informa?) e segundo os meios que o informador

aciona para provar sua veracidade (quais são as provas?).” (CHARAUDEAU, 2013. p. 44)

Segundo Charaudeau (2013), os efeitos de verdade estão relacionados ao que o falante acredita ser verdadeiro. O autor afirma que este efeito surge da subjetividade do falante em sua relação com o mundo, criando uma adesão ao que pode ser avaliado como verdade, dado o fato de ser compartilhado com outras pessoas ou inscrito nas normas de reconhecimento do mundo. Sendo assim, por ter relação com as evidências, os julgamentos e a convicção do falante que busca dar credibilidade aos enunciados que profere, a análise dos efeitos de verdade, neste trabalho, está ligada à Evidencialidade e à Modalidade Epistêmica, que, como vimos, constituem marcas de instanciamento de graus de comprometimento do falante com os conteúdos asseverados, a depender do tipo de acesso ou do modo de obtenção da informação e da avaliação epistêmica indicada pelo falante.

3.2 Evidencialidade e Modalidade epistêmica na GDF

Na perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional (2008), a Evidencialidade é uma categoria linguística conceptual e funcional ligada à manifestação da fonte e do modo de obtenção da informação. A GDF não faz uma distinção rígida entre a expressão evidencial em itens lexicais ou gramaticais, mas, sim, atenta para sua funcionalidade, ou seja, observa as significações que os elementos evidenciais podem manifestar no uso linguístico. Nessa perspectiva, tendo em vista a organização *top-down* da Gramática Discursivo-Funcional, os elementos evidenciais podem atuar em escopos de diferentes camadas e níveis da organização linguística.

Na tipologia proposta na GDF por Hengeveld e Mackenzie (2008), a evidencialidade representa um domínio funcional expresso por meio de dois subsistemas: (i) o *sistema reportativo*, que atua no Nível Interpessoal, e (ii) o sistema evidencial “propriamente dito, que atua no Nível Representacional. Essa perspectiva de análise assume a Evidencialidade como um subdomínio da Modalidade, como previsto em Hengeveld (2004), que considera o domínio da modalidade sob duas orientações: (i) o alvo da avaliação modal e (ii) o domínio da avaliação modal. Todavia, essa proposta sofreu reformulações em Hengeveld e Dall’Aglio-Hattner (2015), que passaram a considerar a Evidencialidade uma categoria distinta da Modalidade,

definida a partir do nível⁹ de organização em que atua - o Interpessoal (pragmático) ou o Representacional (semântico).

De acordo com Hengeveld (2011), a Evidencialidade não é uma categoria unificada quanto à sua atuação na organização linguística, visto que ela se subdivide em subcategorias, como as categorias de tempo, modo e aspecto. Segundo Hengeveld e Dall’Aglío-Hattner (2015), há quatro subtipos que os elementos evidenciais podem se enquadrar na manifestação da Evidencialidade: a *Reportativa*, a *Inferência*, a *Dedução* e a *Percepção de Evento*. Podemos demonstrar a organização desses subtipos na arquitetura da GDF a partir do quadro 1 abaixo, retirado de Hengeveld e Dall’Aglío-Hattner (2015):

Quadro 1: Subtipos evidenciais segundo Hengeveld e Dall’Aglío-Hattner (2015)

NÍVEL	REPRESENTACIONAL			INTERPESSOAL
CAMADA	e	ep	p	C
SUBTIPO EVIDENCIAL	percepção de evento	dedução	inferência	reportatividade

Fonte: Dall’Aglío-Hattner (2018, p.102).

Em estudos mais recentes desenvolvidos por Hengeveld e Fischer (2018), os autores, ao analisarem a modalidade, o tempo e a Evidencialidade na língua A’ingae (Cofán), passam a reconhecer cinco subtipos evidenciais, desmembrando o subtipo *reportatividade*, em *reportatividade* e *citativa*, distinção já proposta por Aikhenvald (2014) ao analisar a Evidencialidade em línguas que manifestam o fenômeno por meios gramaticais. Em outras palavras, o que até então só poderia ser visto como um subtipo de evidência indireta denominada de reportatividade, passa a ser vista sob duas distinções: reportatividade e citativa. Miranda (2020; 2021) analisa esses dois subtipos evidenciais na língua portuguesa, objetivando uma descrição através de expressões lexicais da Evidencialidade. Essa ampliação é de extrema relevância na nossa pesquisa, haja vista que os Termos de depoimentos são de natureza relatada, o que significa dizer que há ocorrências *reportadas* e, propositalmente, *citadas* em nosso *corpus*.

De acordo com Hengeveld e Fisher (2018), a Evidencialidade *citativa* atua na camada do Ato Discursivo do Nível Interpessoal. Essa subcategoria marca um determinado enunciado

⁹ Os níveis de organização da GDF são descritos ao longo do capítulo 2.

que foi proferido por outro falante, fielmente como foi apresentado. Vejamos o exemplo (8) abaixo retirado dos autores, pertencente à língua A'ingae (Cofán):

(8) A'ingae Cofán
 Chigane afe='fa=ja **khen.**
 por favor. dar=1PLS=IMP QUOT
 “Por favor, deem-no para mim” (ela disse).

(Hengeveld; Fischer, 2018, p. 340)

No exemplo acima, a Evidencialidade citativa é marcada gramaticalmente: *khen* atua como marcador citativo. Vejamos em (9), adiante, um exemplo retirado do nosso *corpus*, em que a Evidencialidade citativa se manifesta por meio de um verbo de elocução e o conteúdo relatado no formato do discurso direto:

(9) Português
 A declarante **disse**: “venha aqui, chama ambulância, sua família e venha logo, pelo amor de Deus, que eu tô desesperada”.

(Inquérito 1, Termo de depoimento da mãe do acusado)

No exemplo (9) a citação é introduzida pelo verbo dicendi *disse*. Em ambos os exemplos ilustrados, observamos o uso da Evidencialidade citativa, em que há a reprodução fidedigna do Ato Discursivo proferido pelo falante original.

Como vimos no Quadro 1, a subcategoria evidencial *Reportativa* atua na camada do Conteúdo Comunicado¹⁰ (C) do Nível Interpessoal (manifestações pragmáticas) e indica que o falante está retransmitindo uma informação que foi dita por outrem. Nesse subtipo, o falante reconta a informação com suas próprias palavras, adaptando no discurso os tempos verbais e os elementos dêiticos (MIRANDA, 2020). Em outras palavras, é o que chamamos no português de discurso indireto. No estudo de Miranda (2020), a autora investiga a distinção entre *reportatividade* e a *citativa* em gêneros jornalísticos cuja relevância se mostra pertinente. Acreditamos que as palavras da autora, indicadas no trecho a seguir, aplicam-se ao gênero que estudamos, o jurídico, uma vez que a credibilidade atribuída às fontes é de interesse de nossa pesquisa:

“[...] evidenciais, especialmente reportativos e citativos, aparecem com grande recorrência, uma vez que se busca passar uma informação que seja entendida como

¹⁰ Tudo que o falante expressa na interação comunicativa com o ouvinte (SPERANÇA-CRISCUOLO, 2014).

confiável, sendo o evidencial uma importante estratégia para empregar essa confiabilidade; além de ser uma forma de o falante se descomprometer com determinadas informações.” (MIRANDA, 2020. p.1517)

Vejamos, abaixo, o exemplo (10), retirado de Dall’Aglío-Hattner (2018):

(10) Estudos feitos **dizem** que o produto não é cancerígeno. (DALL’AGLIO-HATTNER, 2018, p.101)

No exemplo acima, temos um Conteúdo Comunicado produzido por uma determinada fonte (estudos), sendo retransmitido pelo falante, o que caracteriza a subcategoria *reportatividade* da Evidencialidade introduzida pela unidade lexical *dizem*.

A *Inferência*, por sua vez, atua na camada do Conteúdo Proposicional¹¹ (p) do Nível Representacional e revela que uma determinada proposição foi inferida pelo falante com base no seu conhecimento de mundo. Vejamos, a seguir, o exemplo (11), ilustrado por Hengeveld e Mackenzie (2008) na língua pawnee:

(11) Pawnee (adaptado de HENGEVELD; MACKENZIE, 2008. p.155)
Tir-ra-ku:tik-Ø ku:ruks.
 INF-ABS-matar-PFV urso
 “Ele deve ter matado um urso.”¹²

No exemplo acima, vemos um Conteúdo Proposicional inferido com base no conhecimento prévio do falante. A evidência inferencial é marcada por meio do operador *tir*.

A *Dedução* atua na camada do Episódio¹³ (ep) do Nível Representacional, indicando que o falante deduz uma informação com base em uma evidência disponível na situação comunicativa. No trabalho de Silva (2020), que investiga se há marcas morfossintáticas para codificar a inferência e a dedução na língua portuguesa, o autor conclui que ambos são "cálculos mentais". Entretanto, enquanto na inferência esse cálculo mental é feito com base em um conhecimento prévio e internalizado do falante, na dedução a base para o cálculo mental são evidências perceptuais. O exemplo (12), abaixo, extraído de Dall’Aglío-Hattner (2018), ilustra um conhecimento deduzido baseado em evidências disponíveis para o falante:

(12) Estive olhando as fotos da Camila e **percebi** que ela varia os filtros de acordo com a cor da foto. (DALL’AGLIO-HATTNER, 2018, p. 102).

¹¹ Diz respeito aos construtos mentais, bem como conhecimentos e crenças ((DALL’AGLIO-HATTNER, 2015).

¹² “He must have killed a bear.” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p.155).

¹³ Um conjunto de Estado de Coisas, caracterizado por tempo, participantes e localização. (DALL’AGLIO-HATTNER, 2015)

Em (12), temos um exemplo de uma informação deduzida, introduzida pelo verbo *perceber*. O conhecimento é construído mentalmente a partir da capacidade perceptual do falante com base em evidências disponíveis nas fotos de Camila.

É importante destacar que os estudos recentes pautados na GDF são de grande importância para trabalhos que tratam da Evidencialidade. A distinção entre as categorias não é restrita, o que possibilita um leque de investigações. O trabalho de Silva (2020), por exemplo, revela que a codificação entre a inferência e a dedução acontece de forma diferente na língua portuguesa. Segundo o autor, a inferência apresenta mais possibilidades nas combinações morfossintáticas do que a dedução. Dados como esses são importantes porque constituem um material de apoio que serve como base para o estudo das subcategorias evidenciais, uma vez que trabalhar com a língua em uso pode levar o pesquisador a encarar ocorrências que são de difícil delimitação.

Por fim, a *Percepção de Evento* atua na camada do Estado de Coisas (e) do Nível Representacional e indica que um evento foi atestado pelo falante (DALL’AGLIO-HATTNER, 2015). Podemos avaliar esse subtipo evidencial no exemplo (13), retirado de Silva e Silva (2022):

(13) “Fui à janela para ver se sabia o que se passava, mas apenas vi o filho do senhor a fechar o portão.” (SILVA; SILVA, 2022)

No exemplo acima, podemos observar a ocorrência de um Estado de Coisas sendo atestada pelo falante através percepção sensorial da visão, expressa pelo verbo “ver”, o que qualifica a manifestação da Evidencialidade através do subtipo *Percepção de Evento*.

Para sintetizar o apanhado de categorizações concebido pela GDF, a seguir, apresentamos o Quadro 2, que organiza cronologicamente os estudos acerca da Evidencialidade na perspectiva da GDF, que resultaram em alterações em sua proposta tipológica original datada de 2008:

Quadro 2: A Evidencialidade na GDF

SUBCATEGORIA EVIDENCIAL	NÍVEL	CAMADA	CONTRIBUIÇÃO NA GDF
Reportatividade	Interpessoal	Conteúdo Comunicado (C)	Hengeveld; Mackenzie (2008); Hengeveld; Hattner (2015)
Inferência	Representacional	Conteúdo Proposicional (p)	Hengeveld; Mackenzie (2008); Hengeveld; Hattner (2015)
Percepção de Evento	Representacional	Estado de Coisas (e)	Hengeveld; Mackenzie (2008); Hengeveld; Hattner (2015)
Dedução	Representacional	Episódio (ep)	Hengeveld; Hattner (2015)
Citativa	Interpessoal	Ato discursivo (A)	Hengeveld; Fischer (2018)

Fonte: Elaborado pela autora com base em Bernardo (2023, p.87).

Com relação à Modalidade Epistêmica, nos estudos funcionalistas da linguagem, sobretudo no que diz respeito à Gramática Discursivo-Funcional (2008), a Modalidade é classificada tendo em vista dois parâmetros, conforme Hengeveld (2004): o *alvo modal*, que diz respeito à parte do enunciado modalizado, e o *domínio semântico*, que diz respeito ao tipo de avaliação que é feita no enunciado modalizado. Do ponto de vista do domínio semântico, a Modalidade pode ser classificada em: *facultativa (ou dinâmica)*, *deôntica*, *volitiva*, *epistêmica* e *evidencial*.

A Modalidade facultativa (ou dinâmica) está relacionada às capacidades intrínsecas ou adquiridas. A Modalidade deôntica concerne ao que é moral, socialmente admitido, podendo expressar uma obrigação. A Modalidade volitiva diz respeito ao que o falante deseja. A Modalidade epistêmica está relacionada ao conhecimento que o falante possui sobre o mundo, bem como sua opinião ou crença acerca de determinado conteúdo. Por fim, a Modalidade evidencial diz respeito à fonte da informação contida no enunciado.

Além do critério relativo ao domínio da avaliação modal, Hengeveld (2004) e Hengeveld e Mackenzie (2008) o consideram, ainda, como dissemos, o critério alvo da avaliação modal, que subdivide as Modalidade em: i) *orientada para o participante* - localizada

na camada das *Propriedades Configuracionais* (f) e diz respeito à relação entre um participante em um evento e a potencial realização desse evento; ii) *orientada para o evento* - localizada na camada do *Estado de coisas* (e) e concerne ao estatuto de realidade de um evento, sem que o falante assuma a responsabilidade por essa avaliação; e iii) *orientada para a proposição* - localizada na camada do *Conteúdo Proposicional* (p) e se refere ao grau de comprometimento do falante em relação à proposição que ele apresenta. Entretanto, Hengeveld (2011) propõe uma atualização do modelo, acrescentando um quarto alvo: *a modalidade orientada para o episódio*, que até então era vista como um subtipo de Modalidade - a Modalidade epistêmica objetiva.

No que concerne ao *domínio da avaliação modal*, assim como atentamos no início do capítulo, a Gramática Discursivo-Funcional (2008), ancorada em Hengeveld (2004), propõe cinco tipos de Modalidade: facultativa, deôntica, volitiva, epistêmica e evidencial. Vejamos os exemplos (14), (15), (16) e (17), retirados de Hengeveld e Mackenzie (2008):

(14) Eu devo comer.¹⁴

(15) João deseja ser jovem de novo.¹⁵

(16) Provavelmente, Sheila está doente.¹⁶

(17) Aparentemente, ele está provavelmente vivendo no Condado de Lanark, na Escócia.¹⁷

A ocorrência (14) indica a Modalidade deôntica orientada para o participante, pois expressa uma obrigação que se instaura sobre o falante que deve realizar o evento indicado na predicação. Em (15), a Modalidade volitiva orientada para o participante expressa aquilo que é desejável em relação ao participante do evento descrito na situação. Em (16), vemos um caso de Modalidade epistêmica orientada para a proposição, em que o falante revela seu grau de comprometimento em relação ao conteúdo expresso na proposição, avaliando o construto mental “Sheila está doente” em termos de seu valor de verdade e grau de probabilidade com base no conhecimento que tem, por exemplo, da assiduidade da pessoa. Já em (17), temos a Modalidade evidencial orientada para a proposição, que, em nossa pesquisa, consideramos como uma categoria independente da Modalidade. Neste caso, o advérbio *aparentemente* denota uma inferência do falante, com base em alguma evidência, a respeito do fato expresso por ele na proposição.

¹⁴ “I must eat.” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 213).

¹⁵ “John wants to be young again.” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 212).

¹⁶ “Probably Sheila is ill.” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 151).

¹⁷ “Apparently he is probably living in Lanarkshire.” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 152).

O Quadro 3 abaixo representa como a GDF distribui os subtipos modais:

Quadro 3: Distribuição dos subtipos modais na GDF

NIVEL	REPRESENTACIONAL			
CAMADA	f	e	ep	p
SUBCATEGORIA MODAL	Deôntica, Facultativa e Volitiva orientada para o participante	Deôntica, Facultativa e Volitiva orientada para o evento	Epistêmica orientada para o episódio (objetiva)	Epistêmica orientada para a proposição (subjativa)

Fonte: MIRANDA e HATTNER (2019, p.196)

A Modalidade epistêmica, que é o foco de nossa pesquisa, está relacionada com aquilo que se sabe sobre o mundo (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008). Na teoria, ela subdivide-se em Modalidade epistêmica *objetiva* e *subjativa*, assim como descrito na Quadro 3 apresentada anteriormente.

Conforme Hengeveld (2011), a Modalidade epistêmica objetiva atua na camada do Episódio, que pode conter um conjunto de *Estado de coisas* tematicamente coerentes ou apenas um *Estado de coisas*. Com relação à Modalidade epistêmica subjativa, o autor explica que ela atua na camada do Conteúdo Proposicional, e representa o valor de verdade de uma proposição. Essa subdivisão é objeto de pesquisas de linguistas como Olbertz e Hattner (2018), que tentam comprovar que a distinção entre as duas é linguisticamente relevante.

A preocupação em diferenciar as Modalidade epistêmica subjativa e objetiva é tema de várias publicações sobre a GDF. Na descrição do modelo, Dall’Aglio Hattner e Hengeveld (2016) afirmam que a Modalidade epistêmica subjativa se relaciona com as crenças, isto é, manifesta o (des)comprometimento do falante com a verdade do conteúdo asseverado. Já a Modalidade epistêmica objetiva está relacionada com a possibilidade de ocorrência dos eventos. Nas palavras de Hengeveld (2017), “neste tipo de Modalidade, uma situação é avaliada objetivamente em termos de sua probabilidade de ocorrência em termos do que é conhecido sobre o mundo” (HENGEVELD, 2017, p.20. tradução nossa).

Para diferenciar os subtipos modais epistêmicos, Hengeveld (1988), baseado em Lyons (1977), propõe cinco parâmetros para reconhecer a Modalidade epistêmica subjativa:

- i) “Proposições subjetivamente modalizadas não podem ser questionadas” (HENGEVELD, 1988, p.236)¹⁸
- ii) “Proposições subjetivamente modalizadas não podem ser hipotetizadas” (HENGEVELD, 1988, p.236)¹⁹
- iii) “A modalidade subjetiva pode ser formulada apenas em termos positivos” (HENGEVELD, 1988, p.236)²⁰
- iv) “A modalidade subjetiva está vinculada ao momento da fala” (HENGEVELD, 1988, p.237)²¹
- v) “A fonte da modalização subjetiva é o falante” (HENGEVELD, 1988, p.237)²²

É importante destacar que o critério iii) está ligado à circunstância de que proposições negativas anulam o grau de comprometimento do falante com a verdade (NARROG, 2012, p.34). Sobre este fator, Olbertz e Hattnher (2018) afirmam:

“em espanhol e português, a negação nunca abrange o auxiliar modal epistêmico; antes, a única forma possível de negação com modais epistêmicos, sejam eles subjetivos ou objetivos, é a negação interna, ou seja, a negação do conteúdo. Portanto, a incompatibilidade da negação do marcador modal com a subjetividade não pode ser testada no contexto dos auxiliares modais nessas línguas.” (OLBERTZ; HATTNHER, 2018, p.145).²³

Olbertz e Hattnher (2018) propõem outro critério de diferenciação dos subtipos modais epistêmicos, que diz respeito à alternativa de paráfrase das expressões epistêmicas por complementos. Em outras palavras, expressões da modalidade objetiva são impessoais, assim podemos complementar com *é possível/provável*; enquanto na Modalidade subjetiva, o falante mostra sua responsabilidade com a verdade explicitamente, podendo complementar com *X pensa/acredita* (OLBERTZ; HATTNHER, 2018, p.149).

Nesse sentido, a partir da visão funcionalista da Gramática Discursivo-Funcional, a Modalidade epistêmica objetiva funciona como modalizador de probabilidade, explicitando noções de existência; já a Modalidade epistêmica subjetiva expressa graus de certeza, revelando o nível de comprometimento do falante com a verdade do conteúdo asseverado.

¹⁸ “Subjectively modalized propositions cannot be questioned” (HENGEVELD, 1988, p.236)

¹⁹ “Subjectively modalized propositions cannot be hypothesized” (HENGEVELD, 1988, p.236)

²⁰ “The subjective modality can only be formulated in positive terms” (HENGEVELD, 1988, p.236)

²¹ “The subjective modality is linked to the moment of speech” (HENGEVELD, 1988, p.237)

²² “The source of subjective modalization is the speaker” (HENGEVELD, 1988, p.237)

²³ “in Spanish and Portuguese, negation never encompasses the epistemic modal auxiliary; rather, the only possible form of negation with epistemic modals, whether subjective or objective, is internal negation, that is, the negation of content. Therefore, the incompatibility of modal marker negation with subjectivity cannot be tested in the context of modal auxiliaries in these languages.” (OLBERTZ; HATTNHER, 2018, p.145).

Outro ponto importante é a semelhança entre a Modalidade epistêmica subjetiva e a evidencialidade inferida, sobretudo no uso dos auxiliares modais. Assim como apontamos na seção anterior, esta discussão é de extrema relevância para nossa pesquisa, uma vez que trabalhamos com as duas categorias. Olbertz e Hattner (2018), ancoradas na GDF, buscam parâmetros que ajudem a diferenciá-las linguisticamente, visto que a discussão da semelhança entre as duas não é recente.

Dall’Aglia Hattner e Hengeveld (2016, p.8), por exemplo, concluem que o verbo “dever” não é modal, mas sim evidencial, visto que, do ponto de vista dos autores, marcam uma inferência do falante que resulta em um Conteúdo Proposicional. Olbertz (1998) afirma, sobre o mesmo verbo, que a epistêmica subjetiva é igual a Evidencialidade inferida, posicionamento que vem a ser alterado nos estudos recentes que já mencionamos de Olbertz e Hattner (2018), ao realizar um estudo comparativo entre o português e o espanhol. Já De Haan (1999) acredita que há uma relação entre as duas categorias, entretanto, para o autor são distintas, haja vista que a Modalidade epistêmica subjetiva tem como maior característica o compromisso do falante, enquanto a Evidencialidade inferida resulta de um processo de raciocínio que o falante faz com neutralidade em relação a um conteúdo.

Baseadas nessas discussões sobre as categorias, Olbertz e Hattner (2018) propõem um teste com vistas a diferenciar a modalidade epistêmica subjetiva e a Evidencialidade inferida. O método consiste em substituir o auxiliar modal por uma expressão lexical da Evidencialidade, como o advérbio *aparentemente*. Assim, as autoras postulam que “se esta paráfrase não tem efeito sobre o significado da proposição, podemos concluir que o modal serve para expressar uma inferência” (OLBERTZ; HATTNER, 2018, p.160).²⁴ Entretanto, é importante destacar que, nos usos reais, essas categorias podem se sobrepor, o que não será um problema em nossa análise, pois o Funcionalismo é uma perspectiva linguística, que, embora adota categorizações, compreender que as categorias linguísticas não são rígidas, e sim fluidas, o que não anula a necessidade de tentarmos contemplar uma distinção entre elas na investigação, estabelecendo parâmetros que as diferencie.

Ante o exposto, assumimos, em nossa pesquisa, os subtipos evidenciais apresentados nesta seção a partir da organização tipológica da GDF, sob o viés hierárquico dos escopos de atuação (níveis e camadas), empregando as ampliações propostas por Hengeveld e Hattner

²⁴ “if this paraphrase has no effect on the meaning of the proposition, we may conclude that the modal serves to express an inference.” (OLBERTZ; HATTNER, 2018, p.160).

(2015) e Hengeveld e Fisher (2018). Assim, com base nesses autores, reconhecemos as seguintes subcategorias evidenciais em nossa análise: *Citativa, Reportatividade, Dedução, Inferência e Percepção de Evento*. Com relação à Modalidade Epistêmica, adotamos a tipologia proposta por Hengeveld e Mackenzie (2008), assumindo as reformulações sugeridas por Olbertz e Hattnher (2018) acerca da Modalidade Epistêmica objetiva e subjetiva.

3.3 Síntese do capítulo

Neste capítulo, apresentamos as conceituações que definem e delimitam a Evidencialidade e a Modalidade Epistêmica. Inicialmente, vimos como a Linguística, de modo geral, define os dois domínios, e como esses estudos podem apresentar semelhanças entre si. Em seguida, apresentamos os conceitos e categorias da Evidencialidade e da Modalidade Epistêmica sob a ótica da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), arcabouço teórico adotado nesta pesquisa.

Na seção 3.1, compreendemos que, na Linguística, os trabalhos que se debruçam a definir o conceito de Evidencialidade podem ser classificados em três diferentes abordagens: i) a Evidencialidade como uma categoria de expressão gramatical; ii) a Evidencialidade como uma categoria semântica de expressão lexical; e iii) a Evidencialidade como uma categoria cognitivo-pragmática. Vimos que, desde os primeiros estudos da Evidencialidade, as pesquisas revelam e assumem, de modo geral, dois tipos de modo/fonte de obtenção da informação: evidência direta (por meios sensoriais ou não) e indireta (inferidas e reportadas) (WILLET, 1988; AIKHENVALD, 2004; CHAFE, 1986; CRYSTAL, 1991; DALL'AGLIO-HATTNHER, 2001).

Com relação à Modalidade Epistêmica, compreendemos que os estudos linguísticos possuem muitas semelhanças no que diz respeito à conceituação desta categoria. De modo geral, todas as acepções apontam que a ME está relacionada ao eixo do conhecimento, indicando noções de crença e saber, além de poder revelar o grau de comprometimento do falante (LYONS, 1977; PALMER, 1986; HENGEVELD, 1988, 2004). Contudo, vimos que há pesquisas que compreendem a EV e a ME como domínios inseparáveis, concebendo-as como parte do escopo uma da outra. Apesar de acreditarmos na correlação entre as duas, assumimos, na nossa pesquisa, que a Evidencialidade e a Modalidade Epistêmica constituem domínios diferentes, porém correlacionados no uso efetivo da linguagem.

Na seção 3.2, vimos que a GDF concebe a Evidencialidade como uma categoria linguística que manifesta a fonte ou modo de obtenção de uma informação. A partir disso, discorreremos sobre os subtipos evidenciais propostos neste modelo de gramática, sendo eles: *Reportatividade*, *Dedução*, *Inferência* e *Percepção de Evento*. Contudo, nos estudos mais recentes de Hengeveld e Fisher (2018), os autores inseriram, com base em Aikhenvald (2014), o subtipo evidencial *Citativa*. Com relação à Modalidade Epistêmica, discutimos que Hengeveld (2011) classifica-a como uma categoria que se subdivide em objetiva e subjetiva, em a primeira atua na camada do Episódio (ep), indicando noções de probabilidade; e a segunda atua na camada do Conteúdo Proposicional (p), expressando o conhecimento do falante. Por fim, apresentamos como Olbertz e Hattner (2018) propõem diferenciar esses subtipos modais na língua.

No capítulo seguinte, apresentamos a metodologia de nossa pesquisa. Primeiramente, caracterizamos o gênero “Termo de depoimento”, o qual escolhemos para constituir nosso *corpus*. Em seguida, expomos os critérios utilizados para a constituição e a delimitação do *corpus* da pesquisa., para, em seguida, apresentarmos os procedimentos de coleta dos dados e as categorias de análise propostas de acordo com o modelo da GDF.

4 METODOLOGIA

Para a análise e descrição dos aspectos referentes ao nível Interpessoal, Representacional e Morfossintático da Evidencialidade e da Modalidade Epistêmica em Termos de depoimentos de inquérito policial nos casos de feminicídio, assumimos os postulados teórico-metodológicos investigativos do Funcionalismo linguístico, que define que a língua sofre alterações condicionadas por fatores cognitivos e contextuais originados na construção dos argumentos, o que é pressuposto pela abordagem teórica da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008). Esse modelo de gramática preconiza que a língua deve ser analisada a partir de situações reais de uso, partindo de uma investigação que integre os diferentes níveis que compõem a comunicação linguística - o nível Representacional (das motivações semânticas), o Interpessoal (das motivações interativas) e o nível Morfossintático. Ademais, como discutimos no capítulo teórico acerca da Evidencialidade e da Modalidade Epistêmica, assumimos as reformulações sugeridas por pesquisadores funcionalistas no que concerne à categorização desses domínios semânticos na perspectiva da GDF, a saber: Hengeveld (2011), Hengeveld e Hattnher (2015), Hengeveld e Fisher (2018). e Olbertz e Hattnher (2018).

Para a quantificação dos dados, utilizamos, na análise de frequência e na investigação das tendências de uso, o *programa SPSS versão 7.5 (Statistical Package for Social Science)*, que é um programa desenvolvido para as ciências humanas, para a análise quantitativa dos dados, com vistas à verificação da frequência de uso das marcas evidenciais e modais epistêmicas, bem como à análise da relação (grau de relevância) entre as variáveis aplicadas a partir do cruzamento estatístico entre elas.

Nas seções seguintes, apresentamos uma breve exposição sobre o gênero Termo de depoimento e sua atuação dentro da esfera jurídica, bem como demonstramos como constituímos e delimitamos o *corpus* de nosso estudo. Em seguida, explicamos os procedimentos referentes à coleta e à análise dos dados e descrevemos as categorias de análise utilizadas e em nosso estudo.

4.1 Caracterização do *corpus* da pesquisa: gênero Termo de depoimento

O gênero Termo de depoimento faz parte de um dos procedimentos que compõe o inquérito policial. Para entendermos com mais clareza como se dá a seleção dos Termos de depoimento, precisamos compreender as fases que constituem o processo de inquérito.

De acordo com o Código de Processo Penal (CPP)²⁵, o inquérito policial diz respeito a um procedimento investigatório realizado pela Polícia Judiciária, que é instaurado quando ocorre uma infração penal, com o objetivo de apurar provas e indícios, para que o Ministério Público ou a vítima possa dar seguimento à ação penal contra o criminoso. Para tanto, há uma série de diligências devem ser seguidas, uma delas é a apuração dos depoimentos das partes envolvidas, que é o gênero foco de nossa pesquisa. Apesar de constituir uma peça importante para a decisão final do juiz, o inquérito não pode ser a única fonte para a condenação, pois o art.155 da Lei n. 11.690/2008 prevê que deve ser levado em consideração uma prova originada em juízo para que, em conjunto, possa formar a convicção do juiz.

O Código de Processo Penal, de acordo com o Art. 6º, prevê que, inicialmente, as autoridades, ao tomarem conhecimento de uma determinada infração penal, devem comparecer ao local do ocorrido e tomar medidas para que o estado das coisas seja preservado até que os responsáveis pela perícia criminal cheguem para inspeção de provas. Por conseguinte, os peritos criminais devem liberar a coleta dos objetos que comprovem os fatos criminais, dada sua importância na identificação do autor do crime. Após a apreensão dos objetos úteis às provas, o presente artigo prevê que as autoridades devem coletar todas as provas que sejam úteis ao conhecimento dos fatos, como, por exemplo, realizar a oitiva das testemunhas. Sobre essa fase, Gonçalves e Reis (2019) apontam:

“Das provas citadas, a mais comum, existente em praticamente todos os inquéritos policiais, é a **oitiva das testemunhas**. Ao contrário do que ocorre após o início da ação penal, na fase do inquérito não existe limite no número de testemunhas que a autoridade pode ouvir. O defensor do indiciado pode acompanhar os depoimentos, mas não pode fazer reperguntas às testemunhas. O Ministério Público também pode acompanhar as inquirições (art. 26, IV, da Lei n. 8.625/93). No caso de prisão em flagrante, devem ser ouvidas ao menos duas testemunhas por ocasião da lavratura do auto (art. 304 do CPP)” (GONÇALVES; REIS, 2019. p.73-74).

É nesta fase que são gerados os Termos de depoimento das testemunhas. De acordo com o Art. 9º do CPP, todas as peças do inquérito policial são escritas ou datilografadas e acompanhadas da rubrica das autoridades responsáveis. Assim, essas peças são reduzidas a Termos. As perguntas feitas às testemunhas são alusivas às relações que essas pessoas têm com o acusado e a vítima; à sua atuação no momento da ocorrência do crime; e o que era de conhecimento sobre as partes envolvidas.

²⁵ Plataforma *online* da CPP disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De13689Compilado.htm

Posteriormente, o Art. 6º prevê que a próxima etapa é a oitiva do(a) ofendido(a). No caso do crime de feminicídio (Lei n. 13.104/2015), não contamos com este Termo de depoimento, a não ser que se trate de uma tentativa do delito. A última coleta de depoimento desta etapa é o interrogatório do indiciado. Segundo Gonçalves Reis (2019, p.75), o interrogatório do inquirido é realizado de acordo com o modelo realizado no interrogatório judicial (Art. 185), não sendo obrigatória a presença de um defensor. Nesse sentido, são os Termos de depoimentos citados nesta etapa que nos interessam - depoimento das testemunhas e do acusado.

Para concluir, resumidamente, as últimas etapas do inquirido policial previstas no Art. 6º é o reconhecimento de pessoas e objetos pela vítima e pelas testemunhas que presenciaram o delito, com a finalidade de indicar o autor do crime. Por conseguinte, deve-se encaminhar o exame de corpo delito para que sejam encontrados vestígios que ajudem a constituir as provas incriminatórias. A próxima etapa é encaminhar o indiciado para o processo datiloscópico. Por fim, as autoridades devem averiguar a vida do indiciado, no que concerne à sua condição econômica, familiar e social. Além disso, nesta etapa, deve-se verificar o estado de ânimo do indiciado antes, durante e depois do crime, buscando compreender se há fatores que contribuíram para seu temperamento. Deve-se absorver, também, informações acerca da existência de filhos, com os respectivos dados identificatórios destes.

Encerradas as diligências, “a autoridade policial deve elaborar um relatório descrevendo as providências tomadas durante as investigações. Esse relatório é a peça final do inquirido, que será então remetido ao juízo.” (GONÇALVES; REIS, 2019. p.84). Assim, esse documento acompanha todo o processo e serve de base, juntamente com outras provas adquiridas em juízo, para a sentença final do juiz.

É importante destacar que, como dissemos anteriormente, as oitivas das testemunhas são realizadas por uma Autoridade Judicial, e reformuladas em forma de texto nos Termos de depoimentos por um(a) Escrivão(a). Isso significa que estamos lidando com um gênero constituído através de citações indiretas e diretas, o que chamamos neste trabalho, respectivamente, de Reportatividade e Citativa. Assim, os Termos de depoimentos são de natureza relatada, que é uma característica típica do gênero. Sabendo disso, analisamos o *corpus* a partir do ponto de vista do(a) Escrivão(a), apoiando-nos na natureza semântica e elementos do contexto, e não nos restringindo à natureza formal do texto, uma vez que entendemos que o que está escrito é constitui uma tentativa de representação das palavras dos depoentes, e não a interpretação de quem as escreve.

4.2 Constituição e delimitação do *corpus* da pesquisa

Ante o exposto, assumimos uma abordagem qualitativa e quantitativa de análise neste estudo. Para tanto, a constituição do nosso *corpus* de análise foi feita a partir da compilação de Termos de depoimentos das testemunhas e dos suspeitos/acusados realizados nos inquéritos policiais de dois casos de feminicídio ocorridos no Ceará, sendo o primeiro de 2018 e o segundo de 2019.

Inicialmente, elaboramos um Ofício para nos dirigirmos às Varas do Júri, localizadas no Fórum Clóvis Bevilacqua, em Fortaleza, para conseguirmos os Termos de depoimento. Recorremos à 1ª Vara do Júri, onde foi marcada uma reunião com o Juiz para a liberação das peças. Entretanto, não tivemos sucesso na tentativa, pois as peças de crimes hediondos, como feminicídio, enquadrado na Lei 13.104/2015, são em sua grande maioria cuidadosamente protegidas, já que é dever do âmbito jurídico resguardar a identidade e a integridade dos envolvidos. Diante dessa situação, recorremos à 3ª Vara. Depois de nos deslocarmos algumas vezes até o Fórum para que nosso Ofício fosse analisado, conseguimos ter acesso aos Termos de depoimentos para compormos nosso *corpus*. A 3ª Vara do Júri da Comarca de Fortaleza disponibilizou dois inquéritos policiais de casos de feminicídio já julgados e sentenciados. Devido ao fato de o feminicídio ter sido datado como crime recentemente, em 09 de março de 2015, ainda são poucos os casos que são julgados como tal.

Diante disso, conseguimos coletar, no que denominamos de Inquérito 1, o total de sete Termos de depoimentos, sendo eles, com relação à vítima: o irmão, a mãe, a irmã, a amiga/vizinha e a filha; e com relação ao acusado: a mãe, a irmã e o próprio acusado. Para compreendermos melhor o contexto de análise das ocorrências que são utilizadas na seção posterior, temos de compreender o contexto situacional do Inquérito 1. Neste crime, há um homem, o qual denominamos de Fulano²⁶, acusado de matar, por asfixia, sua namorada, por motivo de ciúmes, segundo ele. Nesse cenário, os depoentes explicam sua relação com os envolvidos e como era a relação dos dois. Além disso, discorrem para a Autoridade questionadora onde estavam na hora do acontecimento e como tomaram ciência do crime de feminicídio.

Com relação ao Inquérito 2, compilamos o total de quatro Termos de depoimento, sendo três dos policiais presentes no alto da prisão em flagrante e o depoimento do indiciado. Uma vez que o crime foi atestado pelos policiais e assumido pelo réu, não há necessidade de colher depoimentos de familiares ou outros indivíduos. Neste inquérito, o indiciado Fulano é acusado

²⁶ Nome anônimo utilizado para manter o sigilo identitário dos envolvidos.

de matar, com um objeto perfurante, sua mulher, com quem era casado e tinha filhos. Nesse cenário, o acusado assume-se como autor do crime, declarando legítima defesa durante uma discussão. Ademais, os policiais explicam o que viram ao chegar na cena do crime e como chegaram à conclusão do marido ser o autor do delito.

A escolha pela construção de um *corpus* próprio deveu-se ao objetivo desta investigação, pois o gênero selecionado para análise compõe as peças dos processos, que são de natureza sigilosa dos membros jurídicos, uma vez que há a obrigatoriedade de preservar a imagem da vítima. Com relação ao sigilo identitário dos envolvidos, resolvemos esse problema trocando, na análise das ocorrências, os nomes reais por Fulano(a) e, quando possível, pela relação de parentesco. Desse modo, sabendo que os processos são compostos por vários gêneros jurídicos, a preferência em investigar a Evidencialidade e a Modalidade Epistêmica nos depoimentos deve-se às características desse gênero textual, uma vez que os participantes envolvidos apresentam seu testemunho acerca dos eventos e dos fatos, podendo-se (des)comprometer com a veracidade deles, demonstrando seus valores de verdade e graus de certeza na construção dos depoimentos.

4.3 Procedimentos de coleta e análise dos dados

No que concerne aos procedimentos metodológicos gerais de análise, levamos em consideração os seguintes passos:

- a) Leituras de fundamentação teórico-metodológica;
- b) delimitação e constituição do *corpus* de análise: tendo em vista que a nossa proposta é analisar Evidencialidade e Modalidade Epistêmica em Termos de depoimento de inquérito policial nos casos de feminicídio; nesta etapa, realizamos um recorte dos depoimentos proferidos pelas testemunhas e suspeitos/acusados e selecionamos as categorias de análise nas amostras textuais;
- c) identificação e análise das ocorrências coletadas a partir da leitura das amostras textuais e da construção de tabelas expositivas com informações relevantes acerca das manifestações linguísticas da Evidencialidade e da Modalidade Epistêmica no *corpus*;
- d) análise quantitativa e qualitativa dos dados coletados a partir da teoria adotada;
- e) sistematização dos resultados e escrita da dissertação.

4.4 Categorias de análise

Para a análise e descrição dos dados coletados, utilizamos categorias que correspondem aos objetivos de nossa pesquisa e que dizem respeito aos diferentes níveis e camadas da

organização da Gramática Discursivo-Funcional (2008). Para tanto, subdividimos as categorias em: a) categoria do Componente Contextual²⁷, b) categorias do Nível Interpessoal, c) categorias do Nível Representacional e d) categorias do Nível Morfossintático. Vejamos cada uma delas no item seguinte.

4.4.1 Categoria do Componente Contextual

Como explicamos anteriormente, nos inquéritos policiais, são apurados depoimentos de pessoas que possuam alguma relação social com a vítima ou com o indiciado pelo crime de feminicídio. Ademais, é possível, ainda, que sejam apurados depoimentos de pessoas sem relação direta com as partes envolvidas na situação, como, por exemplo, um policial que tenha estado no local do crime e que possa contribuir para a apuração dos fatos e para a construção de provas e de evidências testemunhais. Diante disso e considerando o objetivo de verificar os condicionamento contextuais que motivam a manifestação das marcas evidenciais e modalizadoras epistêmicas em Termos de depoimento de inquérito policial em casos de feminicídio, estabelecemos como categoria contextual o *tipo de relação social* que os depoentes estabelecem com a vítima ou com o acusado pelo crime, que pode ser: a) relacionado à vítima, família, amigo(a) ou vizinho(a); b) relacionado ao acusado, família, amigo(a) ou vizinho(a); e c) sem relação social direta com as partes envolvidas.

Nossa escolha se deve ao fato de que ao analisarmos o *corpus* da pesquisa, deparamo-nos com depoimentos que representam diferentes posicionamentos acerca dos fatos. Esses depoimentos variam no que concerne à argumentação, uma vez que os discursos são dotados de diferentes perspectivas a respeito do crime, a depender de parâmetros ligados à relação social do depoente com a vítima ou com o indiciado, como, por exemplo, o grau de parentesco, o grau de intimidade, ou a relação de hierarquia estabelecida entre as partes, o que pode influenciar no posicionamento das testemunhas, como aponta Connolly (2014), ao conceber o texto como algo dinâmico, que, portanto, sofre influências que o modificam a partir das relações que se estabelecem entre os participantes da interação situacional.

4.4.2 Categorias do Nível Interpessoal

Como vimos, no capítulo 2, que o Ato Discursivo é constituído a partir das motivações conceptuais, capturadas na intenção comunicativa do Falante. Assim, de acordo com Hengeveld

²⁷ É preciso destacarmos que a categoria relativa ao Componente Contextual (*tipo de relação social*) não faz parte das categorias dispostas na Gramática Discursivo-Funcional. Contudo, essa categoria foi escolhida com base no gênero textual analisado e na sua relevância para a nossa investigação.

e Mackenzie (2008), temos uma “força motriz” que está por trás do Componente Gramatical. Com base nesse pressuposto, adotamos como categoria, no nível Interpessoal, o *tipo de Ilocução*, uma vez que a Ilocução é uma das maneiras de representar as intenções comunicativas do Falante. Para os autores, a Ilocução pode manifestar-se por meios lexicais, como verbos performativos e, também, por meio de ilocuições prontas, denominadas de “sentenças-tipo”. Há uma variedade de forças ilocucionárias, tais como: Declarativa, Interrogativa, Imperativa, Proibitiva, Optativa, Imprecativa, Exortativa, Comissiva, Admoestativa, Supplicativa, Mirativa (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 71-72). Entretanto, em vista da natureza do gênero Termo de depoimento, utilizaremos como categoria analítica apenas a *sentença-tipo declarativa* e os *verbos performativos*, uma vez que um de nossos objetivos é descrever e analisar as propriedades interpessoais da Modalidade Epistêmica e da Evidencialidade presentes em Termos de depoimento de inquérito policial em casos de feminicídio.

4.4.3 *Categorias do Nível Representacional*

As categorias de análise definidas neste item buscam atender ao objetivo da presente pesquisa em relação à descrição das propriedades representacionais que caracterizam o uso das expressões evidenciais e modalizadoras epistêmicas em Termos de depoimento de inquérito policial em casos de feminicídio. Buscamos, particularmente, observar que tipo de domínio semântico é mais recorrente no *corpus* investigado e como a correlação entre os domínios funcionais da Evidencialidade e da Modalidade Epistêmica atuam na construção de efeitos de verdade decorrentes das provas, das evidências, dos julgamentos, das convicções e dos graus de comprometimento que o falante revela em seus depoimentos.

Primeiramente, distinguimos o *Domínio Semântico*, que, no caso de nossa investigação, subdivide-se em dois: Domínio Semântico da Evidencialidade e Domínio Semântico da Modalidade Epistêmica.

Com relação à Evidencialidade, levamos em conta os *tipos e acessos evidenciais*, de acordo com o que propõe a Gramática Discursivo-Funcional (2008), considerando as atualizações dos estudos mais recentes, como Hengeveld e Fisher (2018). Tendo em vista isso, assumimos a seguinte tipologia evidencial: a *Citativa* atua no nível Interpessoal na camada do Ato Discursivo e revela que um falante reproduz um enunciado que foi proferido por outro, numa tentativa de citação fielmente do conteúdo enunciado. A *Reportatividade* atua no nível Interpessoal na camada do Conteúdo Comunicado, revelando que o Falante profere um Conteúdo Comunicado que foi produzido por outrem. A *Inferência* atua no nível Representacional, e se difere por atuar na camada da Proposição, indicando que o conteúdo

proposicional foi inferido com base no conhecimento de mundo do falante. A *Dedução*, introduzida por Hengeveld e Hattner (2015), que atua na camada do Episódio, indica que um Episódio foi deduzido com base em evidências disponíveis no contexto. Já a *Percepção de Evento* atua na camada do Estado de coisas e revela que o Falante atestou um evento por meio da percepção sensorial.

Já com relação à Modalidade Epistêmica, de acordo com Gramática Discursivo-Funcional (2008), pode ser subdividida em duas orientações distintas: *objetiva* e *subjativa*. A epistêmica objetiva é orientada para o Episódio e diz respeito à avaliação objetiva de uma realidade com base em um conhecimento compartilhado. A epistêmica subjativa recai sobre a Proposição e está relacionada ao comprometimento do Falante com o que é dito, manifestando sua avaliação subjativa no que diz respeito à verdade de Proposição.

Por fim, consideramos, ainda, a categoria relativa aos *Graus dos efeitos de verdade*, que é uma proposta de nossa pesquisa com a finalidade de atender ao nosso objetivo de correlacionar a Evidencialidade e a Modalidade Epistêmica com os efeitos de verdade em Termos de depoimentos de inquérito policial nos casos de feminicídio. Essa categoria discursiva, definida em Charaudeau (2013) como sendo o que o falante acredita ser verdadeiro conforme o modo como modula seu discurso, tendo em vista o que informa, que aspectos sociais e cognitivos atuam no contexto e que meios utiliza para atingir seus propósitos comunicativo, resulta, em nossa análise, dos subtipos evidenciais e modais expressos nos Termos de depoimentos investigados, o que tem forte relação com o grau de comprometimento dos depoentes com o conteúdo de seus enunciados. A partir disso, consideramos que os efeitos de verdade constituem uma categoria gradativa, definida em níveis, do mais alto grau ao mais baixo, passando pelo grau médio. No grau alto de efeito de verdade, avalia-se as informações como certas e apresenta-se evidências perceptuais para respaldar a argumentação. No grau médio de efeito de verdade, avalia-se as informações como prováveis e apresenta-se evidências inferidas ou deduzidas para fundamentar a argumentação. No grau baixo de efeito de verdade, revelam-se as opiniões subjetivas ou o desconhecimento do depoente, citando-se ou reportando-se informações pertencentes a outras fontes.

4.4.4 Categoria do Nível Morfossintático

Levando em conta o objetivo de analisar as propriedades morfossintáticas que caracterizam a Evidencialidade e a Modalidade Epistêmica em nosso corpus, definimos, consideramos as seguintes categorias: *meios de expressão* (verbo, substantivo, adjetivo, advérbio e preposição) - ou seja, a classe gramatical por meio da qual a marca evidencial e

modal epistêmica podem manifestar-se nos textos analisados; a *camada morfossintática* (Expressão Linguística, Oração, Sintagma e Palavra) e a *posição do item evidencial ou modal* (inicial, medial e final) na oração e que ocorre.

Para resumir as categorias apresentadas, elaboramos o quadro 4, abaixo, o qual utilizamos na análise das ocorrências de Evidencialidade e de Modalidade Epistêmica em Termos de depoimentos em casos de feminicídio.

Quadro 4: Ficha de análise das ocorrências

Processo: 1				
Ocorrência (n° 1): Fulano disse para Fulana na frente de todo mundo da família que iria deixar as filhas dela órfãs...				
Componente Contextual	Tipo de relação social	Vítima (x) família (x) amigo () vizinho () Especificar: irmão	Acusado () família () amigo () vizinho () Especificar:	() Sem Relação
Nível Interpessoal	Tipo de Ilocução	Verbo performativo () Sentença-tipo declarativa (x)		
Nível Representacional	Domínio semântico	Modalidade epistêmica ()	Evidencialidade (x)	
	Modalidade epistêmica	Objetiva ()	Subjetiva ()	
	Tipos e acessos evidenciais	Citativa () Reportatividade (x) Inferência () Dedução () Perc. de Evento ()		
	Graus dos efeitos de verdade:	alto () médio () baixo (x)		
	Meios de expressão	Verbo (x) Substantivo () Adjetivo () Advérbio () Preposição ()		

Nível Morfossintático		
	Camada morfossintática	Expr. linguística (x) Oração () Sintagma () Palavra ()
	Posição do item evidencial ou modal	PI () PI+N () PM (x) PM-N () PM+N () PF () PF-N ()

Elaborado pela autora.

4.5 Síntese do capítulo

Neste capítulo, mostramos, na seção 4.1, os aspectos que caracterizam o *corpus* da nossa pesquisa, cujo gênero é o “Termo de depoimento”. Explicamos que o presente gênero faz parte de uma das fases do Inquérito Policial, que é instaurado quando ocorre um crime. No que tange a esta pesquisa, o crime instanciado nos inquéritos é o de feminicídio, referente a Lei n.º 13.104/2015. Os termos de depoimentos são coletados na fase chamada de “*oitiva das testemunhas*”, em que são apurados os depoimentos de familiares, pessoas próximas da vítima e do acusado e/ou policiais; e no “*interrogatório do acusado*”, em que o acusado do crime de feminicídio conta sua versão dos fatos. A transcrição das falas dos depoentes é feita por um escrivão que atua no caso, e assim, após apuradas, servem de base para o julgamento final do juiz.

Na seção 4.2, discorreremos sobre a constituição e a delimitação do *corpus* da pesquisa. Inicialmente, elaboramos um Ofício e levamos às Varas do Júri para conseguirmos ter acesso aos Inquéritos Policiais. A partir disso, a 3ª Vara do Júri da Comarca de Fortaleza disponibilizou dois Inquéritos, sendo o Inquérito 1 de 2018 e o Inquérito 2 de 2019. No Inquérito 1, retiramos o total de sete termos de depoimentos, e no Inquérito 2, quatro termos. Explicamos, ainda, que os dados foram mantidos em sigilo em nossa análise, para que possamos manter a integridade e o anonimato dos envolvidos. Assim, as partes das ocorrências que contém o nome dos depoentes foram trocadas por fulano(a), sicrano(a), etc.

Na seção 4.3, explicitamos os procedimentos utilizados na coleta e na análise dos nossos dados. Primeiramente, após as leituras de fundamentação teórica, delimitamos e constituímos nosso *corpus* de análise. Em seguida, identificamos as ocorrências que contém marcas de Evidencialidade e Modalidade Epistêmica, e após isso, construímos um quadro com as categorias selecionadas, para, assim, prosseguimos com a análise das ocorrências coletadas. Na análise quantitativa, utilizamos o programa SPSS (*Statistical Package for Social Science, versão 7.5 para Windows*). Com as análises feitas, sistematizamos os dados.

Por fim, na seção 4.4, explicitamos as categorias de análise definidas a partir da fundamentação teórica adotada, sendo elas: Categoria do Componente Contextual (tipo de relação social), Categoria do Nível Interpessoal (tipo de ilocução), Categorias do Nível Representacional (domínio funcional, subtipo da Modalidade Epistêmica, tipos e acessos evidenciais e graus dos efeitos de verdade) e Categorias do Nível Morfossintático (meios de expressão, camada morfossintática e posição do item). Ao final, demonstramos o quadro utilizado na análise das ocorrências.

No próximo capítulo, demonstramos os resultados obtidos na descrição e na análise da Modalidade Epistêmica e da Evidencialidade em termos de depoimentos em casos de feminicídio.

5 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DA MODALIDADE EPISTÊMICA E DA EVIDENCIALIDADE EM TERMOS DE DEPOIMENTO EM CASOS DE FEMINICÍDIO

No presente capítulo, apresentamos os resultados obtidos na análise da Modalidade Epistêmica e da Evidencialidade nos termos de depoimentos em casos de feminicídio. A discussão dos dados segue a proposta hierárquica da Gramática Discursivo-Funcional, abordagem teórico-descritiva que orienta este estudo. Nesse sentido, discutimos os resultados levando em conta as categorias contextuais, interpessoais, representacionais e morfossintáticas, nessa ordem.

Esta organização hierárquica, além de explicitar o modelo de gramática adotado, também tem como foco salientar a sobreposição dos níveis e camadas propostos pela GDF, assim demonstrando que os níveis mais altos (pragmático e semântico) refletem condicionamentos conceituais e contextuais e que, ao mesmo tempo, tais fatores condicionam os níveis da codificação morfossintática.

Ademais, as categorias propostas estão relacionadas ao objetivo geral da pesquisa, que, como vimos, descrever e analisar, a partir da perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional (2008), os aspectos referentes ao nível Interpessoal, Representacional e Morfossintático da Evidencialidade e da Modalidade Epistêmica em termos de depoimentos nos casos de feminicídio. Tendo em vista isso, na primeira seção deste capítulo, apresentamos a análise das categorias do Componente Contextual, analisando o domínio funcional (evidencialidade e modalidade epistêmica) e a inter-relação desses domínios com a relação social dos depoentes. Em seguida, apresentamos a análise das categorias referentes ao nível Interpessoal, focalizando na inter-relação dos domínios funcionais com o tipo de Ilocução (verbos performativos e sentença tipo declarativa). Após isso, discutimos as categorias do nível Representacional, considerando os domínios funcionais, os tipos de modalidade epistêmica (objetiva e subjetiva), os tipos e acessos evidenciais, os graus de efeitos de verdade e a correlação entre esses graus com os subtipos modais epistêmicos e evidenciais. Por fim, discorremos sobre as categorias do nível Morfossintático, levando em conta os meios de expressão evidenciais e modais, a camada morfossintática em que o item modal ou evidencial atua (Expressão Linguística, Oração, Sintagma e Palavra) e a posição do item modal ou evidencial na Expressão Linguística.

5.1 Análise e discussão dos resultados do Componente Contextual: inter-relação entre domínio funcional e tipo de relação social

Nos inquéritos policiais em casos de feminicídio, nos termos de depoimentos das testemunhas e do acusado, é feita a apuração de indícios e de provas testemunhais que comprovem (ou não) a realização do crime por parte do acusado. Defendemos a hipótese de que a manifestação da Evidencialidade e da Modalidade Epistêmica é motivada por fatores cognitivos e contextuais originados na construção dos argumentos nos quais as marcas evidenciais e modalizadoras são utilizadas. Nesse sentido, as marcas epistêmicas e evidenciais são imprescindíveis para que as partes jurídicas cheguem a uma conclusão, uma vez que os modalizadores epistêmicos indicam o grau de comprometimento e envolvimento dos depoentes com os fatos; e os evidenciais indicam a fonte das informações ou o modo de obtenção das informações prestadas em depoimento.

Com base nisso, a categoria contextual dos tipos de relação social descreve a relação dos participantes com a vítima ou o acusado nos depoimentos de crimes de feminicídio, conforme Conolly (2014). Para a constatação da consumação do crime por parte do acusado e a determinação da continuação do inquérito, são recolhidos testemunhos referentes às partes envolvidas (vítima e acusado), além do testemunho de policiais, em casos de prisões em flagrante. Diante disso, na totalidade do *corpus*, apuramos os seguintes participantes: i) testemunhos de familiares e amigos (as) das vítimas; ii) testemunhos de familiares do acusado e do próprio acusado em interrogatório; e iii) testemunhos sem relação com a vítima ou com o acusado, no caso, policiais que relatam acerca do que presenciaram ao chegar à cena do crime.

A distribuição das relações sociais encontradas no *corpus* está descrita na Tabela 01, a seguir, observando a inter-relação das partes envolvidas no crime de feminicídio com a utilização dos domínios semânticos analisados - a Evidencialidade e a Modalidade Epistêmica - nos depoimentos prestados na fase dos inquéritos policiais:

Tabela 1 - Relação entre Domínio semântico e Tipo de relação social

Domínio semântico	Tipo de relação social					Total
	Vítima (família)	Vítima (amiga)	Acusado	Acusado (família)	Sem relação (policial)	
Modalidade Epistêmica	14 37,8%	6 16,2%	3 8,1%	14 37,8%	0 0,0%	37 100%
Evidencialidade	43 39,4%	11 10,1%	12 11,0%	21 19,3%	22 20,2%	109 100%
Total	57 39,0%	17 11,6%	15 10,3%	35 24,0%	22 15,1%	146 100%

Fonte: Elaborado pelo SPSS, com base na análise da autora.

Os resultados quantitativos presentes na tabela 1, analisados horizontalmente, apontam que o uso da Evidencialidade se sobrepõe ao uso da Modalidade Epistêmica em todos os depoimentos, totalizando 109 ocorrências evidenciais contra 37 ocorrências de modais epistêmicos. No caso dos usos evidenciais, os familiares das vítimas fazem maior uso de marcas ligadas à fonte da informação, totalizando 39,4%, ao passo que familiares do acusado representam 19,3%. A tabela mostra (na última linha) que o grau de parentesco pode ser relevante, pois a frequência de uso aumenta (tanto para a vítima como para o acusado) com relação às marcas modais e evidenciais. O acusado, por outro lado, quase não utiliza marcas epistêmicas em seu depoimento, porém usa expressões evidenciais.

Os dados quantitativos corroboram com nossa hipótese de que o contexto da relação social dos depoentes com os envolvidos no crime de feminicídio influencia na construção discursiva no que diz respeito ao uso das marcas evidências e das marcas epistêmicas. Essa noção já é preconizada por Conolly (2014), que, a partir da perspectiva da GDF, assegura que o contexto é algo dinâmico, cujas propriedades relevantes entre o Falante e o Ouvinte, na interação comunicativa, se destacam para a interpretação dos fenômenos linguísticos (OLIVEIRA; PRATA; BASTOS, 2020, p. 33).

Considerando nossos dados, podemos observar que, no caso dos parentes das vítimas, que depõem com o propósito de “fazer justiça”, as marcas evidenciais parecem prestar-se a fundamentar o discurso com informações pautadas em fatos presenciados ou amplamente compartilhados cujas fontes, por estarem explícitas, podem ser facilmente atestadas, confrontadas. Por outro lado, no caso do depoimento dos familiares do acusado, a frequência menor de uso de estratégias evidenciais, cerca de 19,3% da totalidade do *corpus*, parece indicar que os depoimentos dos parentes do acusado apresentam menor quantidade de marcas textuais explícitas para indicação da fonte e do modo de obtenção das informações, o que pode sugerir, de um lado, uma tentativa de descomprometimento por parte desses depoentes, e, por outro lado, resultar em um discurso com baixa credibilidade.

Podemos notar, também, que há uma negação dos evidenciais nos depoimentos, como atestamos em ocorrências que continham, por exemplo, o sentido de “*não presenciêi*” e “*não escutei*”. A ocorrência (1), a seguir, é um exemplo de depoimento em que há a negação de um evidencial por parte de um familiar do acusado:

(1) [...] às vezes, a nora ia passar o final de semana na casa de Fulano, e outros, ele ia passar na casa dela; a declarante *nunca presenciou ou escutou* agressões da parte do filho à

Fulana, que só escutava boatos de que ele era muito ciumento. (Inquérito 1, Termo de depoimento da mãe do acusado)

Na ocorrência (1) acima, a mãe do acusado nega ter presenciado ou escutado agressões do filho à vítima do crime por meio do advérbio de negação *nunca*. A ocorrência revela a inserção de palavras indicadoras de evidencialidade dentro de um escopo de negação. Esse fator anulária, segundo Willet (1988), o uso de *presenciou* e *ouviu* como manifestação lexical da evidencialidade, e, portanto, não faria parte das ocorrências coletadas para análise. Todavia, achamos pertinente inseri-la em nossa discussão, haja vista que essas expressões são recorrentes nos termos de depoimentos dos familiares do acusado e revelam o descomprometimento desses depoentes com o conteúdo de seus enunciados.

O fator da negação é discutido por De Haan (1999) ao discorrer sobre os parâmetros semânticos que diferem a Evidencialidade da Modalidade Epistêmica. O autor afirma que este é um dos critérios para diferenciá-las, uma vez que a Evidencialidade não ocorre em cláusulas que tomam a negação por escopo, já a Modalidade Epistêmica sim (MIRANDA; HATTNER, 2019, p. 192).

As ocorrências (2) e (3) ilustram, respectivamente, um exemplo de Evidencialidade no depoimento de um familiar da vítima e um exemplo de Evidencialidade no depoimento de um familiar do acusado:

(2) [...] a declarante foi até a casa dele e ao chegar o local estava escuro, pois não tinha luz e a declarante teve que ligar a lanterna do celular; que **presenciou** a mãe deitada no sofá com um lençol nas pernas. (Inquérito 1, Termo de depoimento da filha da vítima)

(3) [...] a declarante nem chegou a ver Fulana; que **nem sabia** que a mesma teria ido até lá; que só **viu** o filho sozinho no portão antes de sair de casa. (Inquérito 1, Termo de depoimento da mãe do acusado)

Em (2), apesar do verbo evidencial *presenciou* fazer parte de uma construção de discurso indireto, caracterizando uma evidencialidade reportativa, a filha da vítima em seu depoimento se coloca como fonte primária da percepção do Estado de Coisas, ao asseverar que presenciou sua mãe “deitada no sofá com um lençol nas pernas” ao chegar na cena do crime. Em (3), a mãe do acusado, antes de se colocar como fonte evidencial em “viu”, utiliza o modalizador epistêmico em “*nem sabia* que a mesma teria ido até lá” para se descomprometer com o episódio do crime. Assim, o uso do verbo evidencial “viu”, que estabelece a mãe como fonte da percepção do Estado de Coisas, atua como estratégia de desvinculamento com o ocorrido por meio do que se diz em “*não sabia que a nora estava lá, pois só viu o filho*”.

No caso do uso da Modalidade Epistêmica, temos um resultado diferente do uso dos evidenciais. Horizontalmente, os dados apontam um empate entre os dados referentes aos familiares da vítima e aos familiares do acusado, com 14 ocorrências, totalizando 37,8% de frequência de uso da modalidade epistêmica nos depoimentos com relação ao crime de feminicídio. Em segundo lugar, temos a quantidade de 6 ocorrências das amigas das vítimas, o que totaliza em 16,2%. Nessa relação social, se compararmos ao uso da evidencialidade, podemos perceber que as amigas das vítimas, ao depor nos inquéritos, utilizam maior número de Modalidade Epistêmica do que de Evidencialidade, com 10,1%. Esse dado pode indicar que, se levarmos em conta a natureza semântica dos domínios analisados, as amigas das vítimas tendem a revelar mais o que sabem ou acreditam saber (Modalidade Epistêmica), do que o que atestaram ou inferiram/deduziram (Evidencialidade).

Levando em consideração esses dados e entendendo que os crimes de feminicídio provém de uma conjectura de violências que o antecedem, se observarmos os resultados obtidos nos depoimentos prestados pelas amigas das vítimas, os dados apontam que o cenário de violência sofrido pelas vítimas era testemunhado “restritamente”, ou, pelo menos, inferido pelos familiares, mas, em sua maioria, mantinha-se no conhecimento das amigas das vítimas, confidenciado a elas pelas vítimas do crime.

Para compreendermos melhor a manifestação dos fenômenos nesse contexto, vejamos, a seguir, as ocorrências (4), (5) e (6) que exemplificam, respectivamente, a Modalidade Epistêmica no depoimento dos familiares da vítima, dos familiares do acusado e das amigas da vítima:

(4) [...] a declarante não gostava de Fulano pois ele era muito ciumento e muito rigoroso com a mãe, que a mãe não podia fazer nada sem ele, que **sabia** que a mãe queria terminar o relacionamento e que ele não aceitava. (Inquérito 1, Termo de depoimento da filha da vítima)

(5) [...] a declarante **tinha conhecimento** que o casal discutia e que o irmão apresentava comportamento agressivo por causa da droga e que já quis agredir a mãe. (Inquérito 1, Termo de depoimento da irmã do acusado)

(6) [...] também ameaçava a filha do casal [...] a depoente pedia para a vítima denunciar porém a mesma **acreditava** que ele iria mudar. (Inquérito 1, Termo de depoimento da amiga da vítima)

Em todas as ocorrências acima, percebemos o discurso indireto dos depoimentos, aspecto composicional característico do gênero em análise. Entretanto, ainda conseguimos perceber que as depoentes utilizam Modalidade Epistêmica para confirmar aspectos pessoais

da relação entre a vítima e o acusado, o que constitui informações importantes na construção de provas testemunhais que indiquem o acusado como autor do crime.

Um fator importante a se destacar na tabela 01 é a categoria dos depoentes “sem relação”, ligada aos depoimentos dos policiais conduzidos no momento da apuração dos crimes de feminicídio no local do ocorrido. Nessa categoria, não há ocorrências de usos da Modalidade Epistêmica, apenas da Evidencialidade, com 22 ocorrências, equivalente a 20,2% do total do *corpus*. Uma vez que policiais não tem relação com as partes envolvidas (vítimas e acusados), seus discursos devem ser neutros, o que não dá espaço para noções de crenças, saberes e opiniões - significados ligados à Modalidade Epistêmica. Sendo assim, depoentes dessa categoria discorrem estritamente acerca do que presenciaram, uma vez que suas tarefas são assegurar que as leis sejam cumpridas ou esclarecer as informações coletadas integralmente, com fontes explícitas, o que é manifestado pela Evidencialidade.

Para compreendermos melhor isso, os exemplos (7) e (8) ilustram, respectivamente, um caso de Evidencialidade relatada de fonte explícita e Evidencialidade Percepção de Evento com o depoente policial como fonte:

(7) [...] encontrava-se de serviço na VTR 16113, com o CB PM Sicrano e SD PM Beltrano, se deslocando ao Barroso quando foram acionados por populares na avenida jornalista tomás coelho, por volta das 21h30min, **os quais** relataram que uma senhora havia sido lesionada por facadas pelo marido dela. (Inquérito 2, Termo de depoimento de um policial do caso)

(8) [...] dirigiram ao local e encontraram a vítima Fulana (32 anos) na calçada **visivelmente** lesionada, com três facadas no corpo. (Inquérito 2, Termo de depoimento de um policial do caso)

Em (7), o depoente policial reporta a informação recebida indicando como fonte “os populares”, referente textualmente retomado por meio do pronome *os quais*. Em geral, nas ocorrências dessa categoria, quando se trata de uma Evidencialidade Reportativa, os policiais depoentes indicam explicitamente a fonte, ainda que não seja especificada a identificação dos populares. Isso denota o comprometimento com a veracidade dos relatos e, principalmente, com a ação do cumprimento da Lei. Já em (8), o policial se coloca como fonte do Estado de Coisas por meio do advérbio *visivelmente*. O Estado de Coisas asseverado é apresentado como atestado pela visão, o que, no caso do gênero Termo de depoimento, respalda os fatos apresentados, além de garantir a credibilidade do depoimento, uma vez que a fonte garantida é uma autoridade policial, que não tem relação social direta com os envolvidos no caso e que, pela investidura do cargo, tem o compromisso legal de descrever os fatos como foram por ele atestados.

Na seção a seguir, discorreremos acerca dos resultados do Nível Interpessoal.

5.2 Análise e discussão dos resultados do Nível Interpessoal: inter-relação entre tipo de Ilocução e Domínio funcional

A análise do tipo de Ilocução correlacionada ao domínio funcional – Evidencialidade e Modalidade Epistêmica – está diretamente ligada à distinção proposta por Hengeveld e Mackenzie (2008), que concebem a Ilocução como uma camada pertencente ao Nível Interpessoal, que diz respeito à intenção comunicativa do Falante, sendo responsável por capturar as propriedades formais e lexicais presentes nela.

Como explicamos na fundamentação teórica, a Ilocução pode ser identificada na forma lexical, por meio de verbos performativos, ou na forma mais abstrata, por meio de sentenças-tipo. Em nossa análise, constatamos a presença de alguns verbos performativos e, com relação às sentenças-tipo, devido à natureza do gênero “Termo de depoimento”, que possui um caráter declarativo, já que é composto por depoimentos, constatamos apenas o tipo de Ilocução *declarativa*. Na tabela 2, a seguir, podemos compreender como essa categoria manifesta-se na totalidade do *corpus*:

Tabela 2 - Relação entre o Domínio semântico e Ilocução

Domínio semântico	Ilocução		Total
	Verbo performativo	Sentença Tipo Declarativa	
Modalidade Epistêmica	0 0%	37 100%	37 100%
Evidencialidade	10 9,2%	99 90,8%	109 100%
Total	10 8,2%	136 91,8%	146 100%

Fonte:Elaborado pelo SPSS, com base na análise da autora.

Na tabela 2 acima, podemos verificar que a sentença-tipo declarativa ocorre em 91,8% das ocorrências, o que representa o padrão ilocucionário mais recorrente comparado aos verbos performativos, que apresentam apenas 8,2% do total, considerando a totalidade das ocorrências. Esse resultado, já esperado, demonstra que a Ilocução declarativa nos depoimentos tem relação

com a natureza discursiva do gênero em que depoentes relatam aquilo que sabem acerca do crime de feminicídio.

Todavia, no caso do domínio semântico da Evidencialidade, constatamos que as estratégias evidenciais se manifestam não apenas por sentenças-tipo declarativa, com 90,8% do total, mas, também, por meio de verbos performativos, com 8,2%. De acordo com Maciel (2008, p. 2), no caso dos gêneros jurídicos, os verbos performativos indicam que o dizer é fazer; isto é, o caráter performativo dos verbos vai além da descrição de um Estado de Coisas, pois carrega intrinsecamente no enunciado a realização de uma ação – um ato de fala. Ferran (1999, p. 58) enxerga nos verbos performativos um papel ainda mais importante “verbo é, de tal maneira, o núcleo da eficácia jurídica e que sem o verbo não há Direito”. Assim, embora os depoentes relatem, nos depoimentos, mais acerca do que atestaram/souberam de algum modo sobre o crime investigado, observamos casos em que o dizer se configura como fazer. Vejamos, nas ocorrências (9) e (10), respectivamente, um exemplo de Evidencialidade manifestada por meio de sentença-tipo declarativa e uma expressa por meio de verbo performativo:

(9) [...] quando entrou viu Fulana em cima do sofá, que quando o depoente **viu** a irmã, a mesma já estava com os lábios e os olhos roxos e o rosto todo inchado. (Inquérito 1, Termo de depoimento do irmão da vítima)

(10) [...] quiseram chamar uma ambulância, porém Sicrana não **deixou dizendo** que a ambulância iria demorar e que deveriam socorrer logo a vítima. (Inquérito 1, Termo de depoimento da filha da vítima)

Na ocorrência (9), temos o depoimento do irmão da vítima, que narra sua chegada à cena do crime cometido pelo cunhado contra a irmã. A manifestação evidencial é expressa pelo verbo “ver”, e se trata de um exemplo cuja força ilocucionária expressa utilizada para marcar a Percepção de evento é sentença-tipo *declarativa*. Na ocorrência (10), temos um depoimento do mesmo inquérito; entretanto, a depoente, a filha da vítima, relata uma atitude da mãe do acusado com relação à prestação de socorro à vítima – sua mãe. Nesse caso, o verbo “deixar” assume uma função pragmática de realização da ação que significa, já que denota a ação de “não permitir” que a ambulância fosse contactada para socorrer a vítima, alegando-se que não chegaria a tempo de prestar socorro. A anteposição do verbo “deixar” antes do verbo evidencial indicador de Reportatividade coloca em destaque o “fazer” associado ao enunciado reportativo

da depoente, contribuindo para reforçar a natureza argumentativa do relato em relação à atitude negativa da mãe do acusado no que refere ao socorro à vítima de feminicídio.

No que tange ao domínio da Modalidade Epistêmica, todas as marcas modais epistêmicas são expressas por sentenças-tipo declarativas. Não foram encontrados verbos performativos relacionados à manifestação da ME. Para compreendermos essa inexistência de verbos performativos correlacionados à manifestação modal, vejamos a reflexão de Maciel (2008, p. 4) sobre os textos jurídicos:

É aqui que a teoria semiótica do texto se constitui em um aporte muito significativo para a percepção do papel do verbo utilizado na linguagem do Direito. No contexto situacional em que é produzido, considerado no plano do conteúdo e da expressão, o texto jurídico é, além das palavras que o compõem e das ideias que exprime, ação manifestada pelo verbo. (MACIEL, 2008, p.4)

Se levarmos em conta esta reflexão, podemos considerar que, nos gêneros jurídicos, as ações são manifestadas pelos verbos, o que nos traz ao que foi dito anteriormente, sobre o “dizer = fazer.” Nesse modo, a performatividade dos verbos está intrinsicamente ligada a significados mais concretos/reais dos atos de fala, não apenas às declarações abstratas. Entretanto, o gênero “Termo de depoimento” possui, como já defendemos, caráter declaratório, e quando se trata da manifestação da ME, os verbos modais utilizados nos depoimentos expressam noções de conhecimento/saber, o que justificaria a natureza mais abstrata do uso desses verbos, se comparado aos verbos performativos, que implicam um “fazer”. Vejamos abaixo, nas ocorrências (11) e (12), exemplos de Modalidade Epistêmica expressa por meio da sentença-tipo declarativa:

(11) [...] a declarante vem recebendo ligações de números desconhecidos e que a declarante **não sabe** quem é. (Inquérito 1, Termo de depoimento da mãe do acusado)

(12) [...] a declarante **tem conhecimento** que mesmo depois do natal ele ligava ameaçando a mãe da declarante. (Inquérito 1, Termo de depoimento da filha da vítima)

Nas ocorrências (11) e (12) acima, os verbos que manifestam a Modalidade Epistêmica estão inseridos em sentenças-tipo declarativas. Apesar da ME estar sendo sinalizada por itens lexicais diferentes, é possível afirmar que, por indicarem significados ligados ao conhecimento (ou ao desconhecimento) e à probabilidade da ocorrência de Estados de Coisas no mundo, é de se esperar que, diferentemente do que ocorre com a Evidencialidade, em que observamos a utilização de verbos performativos como meios de expressão da Ilocução dos enunciados em que evidenciais ocorrem, no caso da ME, isso não é possível, já que verbos performativos

sinalizam a realização de uma ação expressa ou descrita pelo sujeito que fala, o que implica não apenas conhecimento, mas um comportamento.

Na seção adiante, apresentamos os resultados referentes ao Nível Representacional.

5.3 Análise e discussão dos resultados do Nível Representacional

No decorrer do capítulo 2, vimos que o Nível Representacional está relacionado ao âmbito das representações semânticas (HENGEVELD, MACKENZIE, 2008). Com isso, pretendemos descrever as manifestações semânticas que são expressas pela Evidencialidade e pela Modalidade Epistêmica em termos de depoimentos. Com o propósito de atender nosso objetivo de analisar esses domínios funcionais no que diz respeito às propriedades representacionais, buscamos selecionar categorias que estivessem relacionadas ao nosso foco de análise, além de contemplar o gênero “Termo de depoimento” nos casos de feminicídio. Sob esse ponto de vista, propomos analisar as seguintes categorias: i) Domínios funcionais (Modalidade Epistêmica e Evidencialidade); ii) Tipos e acessos evidenciais; iii) Subtipos da Modalidade Epistêmica; e iv) Graus dos efeitos de verdade.

Tendo em vista essas categorias, a seção seguinte apresenta a descrição e a análise dos domínios funcionais da Evidencialidade e da Modalidade Epistêmica.

5.3.1 Domínios funcionais da Modalidade Epistêmica e da Evidencialidade

Em nossa pesquisa, vimos que os domínios da Evidencialidade e da Modalidade Epistêmica estão correlacionados desde as primeiras pesquisas que buscaram encontrar uma definição restrita para ambas. De todo modo, esses domínios constituem propriedades conceituais distintas, ainda que possam relacionar-se no uso efetivo da linguagem. Como explicamos, a Evidencialidade está ligada à manifestação da fonte do conhecimento e/ou do modo de obtenção da informação, e a Modalidade Epistêmica está situada no eixo do conhecimento do Falante, podendo manifestar noções de crenças, saberes e opiniões. Em nosso *corpus*, identificamos a presença dos dois domínios cognitivo-funcionais, com diferença de percentual entre eles. Vejamos a tabela 3 abaixo:

Tabela 3 – Domínio funcional da Modalidade Epistêmica e da Evidencialidade

	Domínio Funcional		Total
	Modalidade Epistêmica	Evidencialidade	
Contagem	37	109	146
Porcentagem %	25,3%	74,7%	100%

Fonte: Elaborado pelo SPSS, com base na análise da autora.

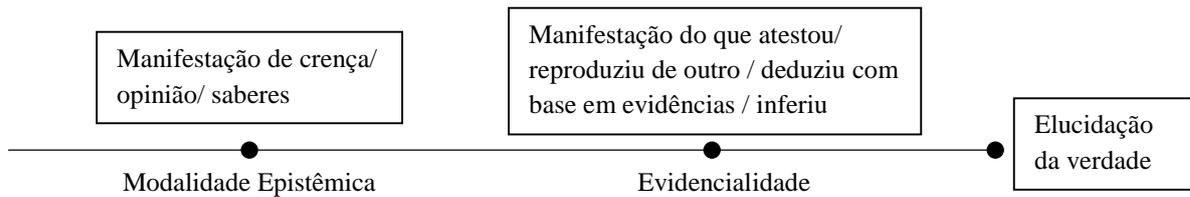
No *corpus*, encontramos um total de 146 ocorrências: 74,7% correspondem à expressão da Evidencialidade, e 25,3% equivalem à manifestação de Modalidade Epistêmica nos termos de depoimento analisados. Os dados corroboram com nossa hipótese de que as testemunhas e os acusados que depõem tendem a expressar mais marcas evidenciais, isto é, se levarmos em conta o que está preconizado nos Arts. 342 e 343 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, o depoente dos inquéritos policiais deve falar a verdade sobre os fatos, podendo ser punido se não o fizer, o que implicaria, a nosso ver, a predominância de marcas ligadas à manifestação de “provas” e “evidências”:

afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete em processo judicial, ou administrativo, inquérito policial, ou em juízo arbitral. Pena - reclusão, de três a quatro anos, e multa. (Art.342 da CPP)²⁸

Diante disso, é esperado que nos termos de depoimentos de casos de feminicídio, os depoentes façam mais uso de estratégias evidenciais em seus depoimentos, do que de marcas de Modalidade Epistêmica, uma vez que, se inserirmos os dois domínios em uma “escala de elucidação da verdade dos fatos”, a Evidencialidade possui um grau mais alto de “aproximação da verdade dos fatos”, em contrapartida à ME, que está em um grau mais baixo, uma vez que se situa na expressão de opiniões e saberes, e não no que foi visto/ ouvido/ deduzido com base em evidências. Para didatizar, propomos, na Figura 9, a seguir, uma escala que ilustra a relação entre os domínios funcionais da ME e da EV para a elucidação da verdade em termos de depoimento:

²⁸ Plataforma *online* do Código Penal disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De13689Compilado.htm

Figura 9 - Escala de Elucidação da verdade



Fonte: Elaborado pela autora.

As ocorrências (13) e (14), adiante, exemplificam a expressão da EV e da ME nos termos de depoimentos dos casos de feminicídio analisados. A partir dessas ocorrências, podemos compreender a escala proposta pela autora. No primeiro caso, a mãe do acusado do crime de feminicídio explica sua chegada à cena do crime, na casa do filho, onde encontrou sua nora morta. No segundo caso, o acusado do crime de feminicídio explica o motivo que teria motivado a realizar o ato contra a vítima. Vejamos:

(13) [...] a declarante entrou na residência de Fulano quando viu a vítima Fulana desacordada no sofá [...] a declarante ficou sem acreditar e começou a orar. (Inquérito 1, Termo de depoimento da mãe do acusado)

(14) [...] soube da traição de Fulana novamente e começou a pensar em fazer algo com ela, porém não tinha coragem de consumir. (Inquérito 1, Termo de depoimento do acusado)

A ocorrência (13) demonstra um caso de Evidencialidade atestada pelo Falante (Percepção de Evento), pelo uso do verbo perceptual “ver”. Se compararmos com a ocorrência (14), que mostra um caso de Modalidade Epistêmica expresso pelo verbo de cognição “saber”, podemos perceber que a primeira ocorrência apresenta um significado mais consistente com relação ao que podemos configurar mais próximo da ocorrência de um Estado de Coisas, uma vez que a depoente – mãe do acusado – se coloca como fonte do que atestou, cumprimento, supostamente, com a verdade, como obrigada a Lei. Em contrapartida, o verbo “saber”, na segunda ocorrência, traz consigo uma significação menos “confiável”, uma vez que consiste em uma informação que diz respeito ao conhecimento interno do depoente, usados para justificar a motivação para a realização do crime. No tópico 5.3.4 desta seção, retomaremos esta discussão quando formos discutir a categoria efeito de verdade.

Outro aspecto a se destacar em relação aos dados é que algumas das ocorrências da ME não são completamente separáveis da EV, embora assumamos que a Evidencialidade e a Modalidade Epistêmica constituam domínios conceituais diferentes (CASSEB-GALVÃO,

2001; DALL'AGLIO-HATTNER, 1995; LUCENA, 2008; CARIOCA, 2005; CARIOCA, 2009; SILVA, 2013). Em nosso *corpus*, encontramos ocorrências em que as categorias se relacionam na construção do sentido efetivo do enunciado. Vejamos as ocorrências (15) e (16) adiante:

(15) [...] a declarante pedia socorro **dizendo que achava** que o filho tinha feito uma loucura. (Inquérito 1, Termo de depoimento da mãe do acusado)

(16) [...] a declarante **não sabe** quem foi que pegou em Fulana e **informou** que ela ainda estava viva. (Inquérito 1, Termo de depoimento da filha da vítima)

Em (15), atestamos que o uso evidencial reportativo de *dizendo* está relacionado ao uso do verbo de cognição *achava*, que expressa Modalidade Epistêmica, para constituir o sentido do trecho em destaque. Na ocorrência (16), por outro lado, observamos o uso do verbo “saber” combinado com o advérbio de negação, indicando o desconhecimento da declarante em relação ao fato expresso na proposição. Ademais, é interessante observar que esta ocorrência ilustra a função reportativa de verbos de elocução com sentido marcado (“informar”) nos depoimentos analisados. Gonçalves (2003), um dos autores que discorre sobre a interdependência semântica dos domínios funcionais da ME e da EV, aponta, em seu trabalho sobre o verbo “parecer” em usos reais, casos em que a Modalidade Epistêmica e a Evidencialidade podem se relacionar ou se sobrepor em alguns contextos. Na ocorrência (15), por exemplo, o verbo “achar” pode assumir, além de valor epistêmico ligado à noção de crença, sentido inferencial ou dedutivo, interpretação suscitada tanto por aspectos ligados ao contexto precedente (pedir socorro) como pelo fato de o conteúdo da proposição ocorrer em uma oração encaixada no verbo de elocução com função reportativa (“dizer”), introdutor do discurso indireto. Na ocorrência (16), por sua vez, as marcas epistêmica e evidencial estão em oração separadas, mas relacionadas por meio da conjunção aditiva. Neste caso, a declarante revela, primeiramente, seu desconhecimento, para, em seguida, indicar uma informação apresentada no formato de discurso indireto.

Vejamos, ainda, as ocorrências (17) e (18) adiante:

(17) [...] a depoente **sabia** pela vítima que Fulano continuou ligando e que passava a semana se drogando e na sexta-feira ligava para a mesma ir vê-lo. (Inquérito 1, Termo de depoimento da amiga da vítima)

(18) [...] por volta das 21hs30min da noite a composição foi acionada por *uma popular* que abordou a viatura e **passou a narrar** que uma senhora havia sido lesionada a faca pelo marido e indicou o local onde o fato havia ocorrido. (Inquérito 2, Termo de depoimento do policial)

Na ocorrência (17), a depoente, que é amiga da vítima, fala acerca do relacionamento do casal, indicando que a informação apresentada em depoimento foi repassada a ela pela própria vítima, que é apontada como fonte do conhecimento, o que revela uma tentativa de descomprometimento por parte da declarante em relação ao fato apresentado. Observamos, nessa ocorrência, mais um caso da inter-relação entre ME e EV, uma vez que temos um verbo epistêmico indicador de conhecimento (ME), mas cuja fonte do conhecimento não é a depoente, mas a vítima, uma terceira pessoa. Em (18), temos o depoimento do policial que atendeu ao crime. Em sua fala, ele explica como chegou ao conhecimento do caso, indicando uma terceira pessoa (no caso, uma popular) como fonte da informação reportada em seu discurso. Trata-se, nesse caso, de um relato de segunda mão dentro do próprio relato do policial. Esse uso evidencial reportativo assume a função pragmática de indicar o descomprometimento do policial, que, ao se distanciar do conteúdo reportado, assume, nos termos da Lei, seu papel de relatar os fatos tal como ocorreram, indicando as fontes da informação reportadas.

Na seção adiante, apresentamos os resultados referentes à Modalidade Epistêmica objetiva e subjetiva.

5.3.2 Modalidade Epistêmica objetiva e subjetiva

Como vimos na seção anterior, das 146 ocorrências coletadas em nosso *corpus*, 37 são expressões da Modalidade Epistêmica. No capítulo teórico, compreendemos que a ME pode ser subdividida, de acordo com a teoria da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), em objetiva e subjetiva. Nossa hipótese inicial sobre a análise desta categoria era de que os termos de depoimento apresentassem tanto ocorrências de ME objetiva como de ME subjetiva, com predominância desta última, uma vez que o Termo de depoimento se destina à coleta de informações de testemunhas que possam contribuir para a elucidação da verdade dos fatos, o que implicaria não apenas na avaliação objetiva dos eventos narrados, mas, também, na avaliação subjetiva acerca dos eventos e dos acontecimentos. Com relação à frequência de uso, a tabela 4, a seguir, detalha o comportamento funcional das MEs objetiva e subjetiva em nossa amostra textual:

Tabela 4 – Modalidade Epistêmica Objetiva e Subjetiva

	Modalidade Epistêmica		
	Objetiva	Subjetiva	Total
Contagem	1	36	37
Porcentagem %	2,7%	97,3%	100%

Fonte: Elaborado pelo SPSS, com base na análise da autora.

Podemos perceber, na tabela 4 acima, que das 37 ocorrências coletadas da ME, 97,3% correspondem à ME subjetiva, enquanto apenas 2,7%, uma única ocorrência, é de ME objetiva. Se levarmos em consideração os postulados de Hengeveld (1988, 1989), Dall’Aglío-Hattner e Hengeveld (2016), os Falantes dos termos de depoimentos de inquéritos policiais tendem a expressar, a partir de marcas modais da ME, mais o que acreditam e pensam, expressando noções de (des)comprometimento, do que conhecimentos/informações acerca de situações prováveis. Vejamos, abaixo, na ocorrência (19), o único caso de Modalidade Epistêmica objetiva:

(19) [...] a declarante tinha conhecimento que o irmão apresentava comportamento agressivo por causa da droga e que já quis agredir a mãe; que não sabia de agressões do irmão à Fulana mas **provavelmente** ele seria capaz. (Inquérito 1, Termo de depoimento da irmã do acusado)

Na ocorrência acima, a irmã do acusado de crime de feminicídio depõe sobre as agressões que o irmão cometera contra a vítima, sua cunhada. Neste depoimento, a depoente avalia como provável as agressões à vítima, que levaram à sua morte. Nesse sentido, vemos que o uso de *provavelmente* ilustra a expressão de Modalidade Epistêmica objetiva. Segundo Hengeveld (2011), a ME objetiva atua na camada do Episódio (ep) e indica a probabilidade de ocorrência de um Estado de Coisas ou de um conjunto de Estado de Coisas. Diante disso, em (19) o marcador modal se refere ao ep de cometer agressões à vítima. Se utilizarmos o método de paráfrase²⁹ proposto por Olbertz e Hattner (2018), conseguimos alterar a expressão epistêmica destacada por *é possível*, e assim teremos o mesmo sentido de probabilidade proposto pelos autores, o que confirma nossa análise.

Com relação à expressão da Modalidade Epistêmica subjetiva, que representou a maior frequência da ME no *corpus*, conseguimos caracterizar a subjetividade dos Falantes em diferentes acepções semânticas. A ME subjetiva, como estratégia textual-discursiva, demonstra, nos termos de depoimento, sentidos ligados às crenças, aos conhecimentos e às opiniões

²⁹ Ver seção 3.2 deste documento.

subjetivas dos depoentes. Vejamos essas significações que a ME subjetiva expressa nos exemplos (20), (21) e (22), respectivamente:

(20) [...] a depoente pedia para a vítima denunciar porém a mesma **acreditava** que ele iria mudar. (Inquérito 1, Termo de depoimento da amiga da vítima)

(21) [...] a declarante não gostava de Fulano pois ele era muito ciumento e muito rigoroso com a mãe, que a mãe não podia fazer nada sem ele, que **sabia** que a mãe queria terminar o relacionamento e que ele não aceitava. (Inquérito 1, Termo de depoimento da filha da vítima)

(22) [...] Fulana tinha medo de apanhar e temia por suas filhas, mas que **achava** que ele não tinha coragem fazer algo pior. (Inquérito 1, Termo de depoimento da amiga da vítima)

Em (20), a depoente explica que a vítima, sua amiga, não denunciava o companheiro dela pelo fato de acreditar na mudança de comportamento do acusado. O verbo epistêmico subjetivo *acreditava* introduz um construto mental atribuído à vítima pela declarante. Além do sentido de crença, o enunciado assume função pragmática de expectativa, assim como postulado por Hengeveld (2011), expresso na camada do Conteúdo Proposicional (p).

Diferentemente de (20), a ocorrência (21) expressa outra noção semântica ligada ao campo da subjetividade. Nesta ocorrência, a filha da vítima de feminicídio expressa o sentido proposto por Dall’Aglio-Hattner e Hengeveld (2016), em que a ME subjetiva indica o comprometimento do Falante, que explicita o conhecimento que tem em relação ao conteúdo expresso na Proposição. Por outro lado, o método de caracterização das MEs objetiva e subjetiva a partir da paráfrase sugerido por Olbertz e Hattner (2018) não se aplica a essa ocorrência, uma vez que, se substituirmos *sabia* por *pensava/acreditava*, o sentido da proposição não será o mesmo.

Por fim, em (22), o verbo *achava*, indicador de ME subjetiva, expressa a suposta opinião da vítima, que é apresentada no próprio Ato Discursivo da depoente, que acaba descomprometendo-se com o conteúdo da Proposição. Nesta ocorrência, o ato de substituir o item epistêmico *achava* por *pensava* funciona, assim como sugerido por Olbertz e Hattner (2018). De todo modo, como dissemos anteriormente, trabalhar com a língua em uso é compreender que a teoria é apenas uma tentativa de descrição da língua, já que outros fatores pragmáticos estão envolvidos na interação comunicativa, o que pode levar a idiosincrasias.

Na seção adiante, apresentamos os resultados referentes aos subtipos da Evidencialidade.

5.3.3 Tipos e acessos evidenciais

A Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008) prevê cinco subtipos evidenciais presentes nas línguas naturais. Em nossa pesquisa, partimos da hipótese de que as marcas evidenciais que se manifestam em depoimentos de inquérito policial nos casos de feminicídio caracterizam-se como meios linguísticos lexicais que operam em diferentes camadas do enunciado (Estados de coisas, Episódio, Proposição, Conteúdo Comunicado e Ato Discursivo) e indicam diferentes graus de comprometimento das testemunhas e dos acusados com o conteúdo de seus enunciados, com predominância de marcas Reportatividade e Citativa. Vale ressaltar que, na investigação do *corpus*, procuramos analisar as propriedades interpessoais, representacionais e morfossintáticas das marcas evidenciais lexicais presentes nos termos de depoimentos. A tabela 5, abaixo, ilustra como se deu essa distribuição dos subtipos evidenciais em nossa amostra textual:

Tabela 5 – Tipos e acessos evidenciais

	Subtipos evidenciais					Total
	Citativa	Reportatividade	Inferência	Dedução	Percepção de evento	
Contagem	5	70	4	11	19	109
Porcentagem %	4,5%	64,9%	3,6%	9,9%	17,1%	100%

Fonte: Elaborado pelo SPSS, com base na análise da autora.

Na tabela acima, podemos perceber que o subtipo *Reportatividade* aparece com maior frequência, totalizando 64,9% do total das ocorrências. Em segundo lugar, temos a *Percepção de Evento*, com 17,1%; seguida pelo subtipo *Dedução*, com 9,9%. A *Citativa* aparece com 4,5% e, em último lugar, a *Inferência*, com 3,6%.

Com relação ao subtipo evidencial *Reportatividade*, já considerávamos que seria o mais frequente no que concerne ao uso das marcas evidenciais nos termos de depoimentos analisados. Esse gênero, como vimos, caracteriza-se pela sua natureza relatada, uma vez que é constituído pela narração de fatos e de conhecimentos das testemunhas que depõem com o compromisso de elucidar a verdade dos fatos, o que é recontado pelo escrivão do inquérito policial no termo redigido por escrito. O resultado equivalente à *Citativa*, embora em menor frequência de ocorrência, revela que sua marcação no uso linguístico da escrita dos depoimentos não é arbitrária, uma vez que ela é utilizada, nas ocorrências coletadas, com o propósito de reproduzir enunciados pejorativos, na tentativa de representar fielmente a fala reproduzida por

outro, como podemos verificar nas ocorrências (23) e (24), a seguir, em que distinguimos o uso reportativo do citativo:

(23) [...] que **tinha conhecimento** através de Fulana que Fulano fazia ameaças à Fulaninha **dizendo** que qualquer dia iria dar umas **“porradas”** nela porque a adolescente se metia demais. (Inquérito 1, Termo de depoimento do irmão da vítima)

(24) [...] Fulana **dizia** que Fulano a ameaçava **dizendo** que se ela não fosse dele não seria de mais ninguém. (Inquérito 1, Termo de depoimento da amiga da vítima)

As ocorrências (23) e (24), acima, apresentam casos peculiares de uma (Le) que contém um subtipo evidencial coocorrendo dentro de outro subtipo evidencial. Na ocorrência (23), temos um caso de EV *Reportatividade* – em que o irmão da vítima retransmite um Conteúdo Comunicado (C) produzido pelo acusado de crime de feminicídio, a partir do verbo evidencial “dizendo”. Entretanto, na transcrição do depoimento do declarante, o escrivão destaca a palavra pejorativa entre aspas, indicando que o termo utilizado pertence ao depoente, configurando assim um marcador de EV *Citativa* na palavra destacada. Além disso, vemos que há um uso da ME em correlação com a reportativa, marcado na expressão *tinha conhecimento*. Isto significa que essa marca está, na estrutura gramatical, na parte mais externa. Assim, o Conteúdo comunicado está dentro do Conteúdo proposicional.

Em (24), a declarante conta, em seu depoimento, que a vítima confidenciava a ela as ameaças que o acusado fazia à mulher assassinada. Neste trecho, observamos o uso, primeiramente, de uma evidencialidade *Reportatividade* para indicar a fala da vítima (relato de segunda mão), e de uma segunda *Reportatividade* (de terceira mão), pertencente à primeira e não separável, para recontar o enunciado produzido pelo acusado à vítima. Neste caso, temos um relato de terceira mão dentro de um relato de segunda mão, que, por sua vez, estão inseridos dentro do próprio Ato Discursivo da depoente.

A coocorrência de um subtipo evidencial dentro de outro, de modo que não possa ser analisado separadamente, uma vez que pertencem à mesma Expressão Linguística, já é apontada como possibilidade por Hengeveld e Hattnher (2015), que afirmam ser “semanticamente possível³⁰” essa combinação (HENGEVELD; HATTNHER, 2015, p. 504. tradução nossa). Sobre isso, os autores explicam:

Se for verdade que evidencialidade não é uma categoria, mas na verdade cobre quatro subcategorias diferentes aplicadas em diferentes camadas da estrutura

³⁰ “Of course, such a sentence overloaded with evidentiality distinctions is unnatural for various reasons. The point here is that it is semantically possible.” (HENGEVELD, HATTNHER, 2015. p.504)

gramatical, esperamos que seja possível para duas ou expressões mais evidenciais de diferentes subcategorias, ou seja, diferentes em termos de suas propriedades de escopo, para coocorrer em uma única expressão.³¹ (HENGEVELD; HATTNER, 2015, p.504. tradução nossa)

No que tange aos marcadores evidenciais de *Percepção de Evento*, *Dedução* e *Inferência*, percebemos que, no primeiro subtipo, os declarantes tendem a expressar o que atestaram sobre um determinado Estado de coisas (e), que, em sua maioria, tem relação com a cena do crime de feminicídio, cujo efeito de sentido em muito pode contribuir para a elucidação da verdade dos fatos por parte do juiz. A *Dedução* e a *Inferência*, por sua vez, podem dar indícios evidenciais sobre os fatos e eventos ligados ao crime, uma vez que deduções apresentam, na camada do Episódio (ep), fatos que antecederam o ocorrido, podendo apresentar informações que não eram de conhecimento dos investigadores; enquanto inferências trazem conhecimentos internos dos falantes que também podem ser relevantes para a elucidação da verdade dos fatos. Vejamos, em (25), (26) e (27), respectivamente, marcas que ilustram os subtipos *Percepção de Evento*, *Dedução* e *Inferência*:

(25) [...] a declarante ligou às 13h10 para Sicrana, mãe de Fulano, e esta informou que não estava em casa, mas que antes de sair **viu** a mãe da declarante chegando na casa de Fulano, porém não a viu saindo. (Inquérito 1, Termo de depoimento da filha da vítima)

(26) [...] e a vítima também estava de capacete e o interrogado **concluiu** que alguém a tinha ido deixar lá, já que ela não tinha moto. (Inquérito 1, Termo de depoimento do acusado)

(27) [...] que Fulana não gritou; que saiu, mas não sabia que ela tinha morrido. **Desconfiava** que tinha acontecido algo com Fulana, pois não conseguia falar com ninguém da família. (Inquérito 1, Termo de depoimento do acusado)

Em (25), no depoimento da filha da vítima do crime de feminicídio, a declarante explica que, ao notar o sumiço da mãe, ligou para a mãe do acusado para saber de notícias. A ocorrência apresenta uma *Percepção de Evento* atribuída à mãe do acusado, que é apontada como fonte de uma informação atestada por meio da visão. O verbo perceptual “ver” indica como a mãe do acusado atestou o Estado de Coisas (“a vítima entrar na casa do seu filho”) e, ao mesmo tempo, configura uma evidência que pode contribuir para a elucidação dos fatos.

Em (26), há uma marca de EV manifestada pelo subtipo *Dedução*, em que o depoente, que é o próprio acusado do crime de feminicídio, explica como chegou à conclusão de que a

³¹“If it is true that evidentiality is not one category but actually covers four different subcategories applying at different layers of grammatical structure, we expect it to be possible for two or more evidential expressions from different subcategories, i.e., different in terms of their scope properties, to co-occur in a single expression.” (HENGEVELD; HATTNER, 2015, p.504.)

vítima estava traindo-o. Como explicamos no referencial teórico, a Evidencialidade deduzida se constitui a partir de um evento percebido na situação comunicativa, que leva a elaboração de um Episódio, por meio de raciocínio dedutivo. Hattner (2018) considera a relação entre Evidencialidade e tempo como uma característica importante na distinção entre as subcategorias evidenciais *Dedução* e *Percepção de Evento*. Segundo a autora, na *Dedução*, o evento percebido (que serve de input para a dedução do Falante) é sempre anterior ao evento deduzido, o qual, por sua vez, é localizado no tempo em relação ao momento da fala (tempo absoluto). Já na *Percepção de Evento*, há uma simultaneidade entre a ocorrência do evento e a percepção do Falante (tempo relativo). Na ocorrência, o depoente percebe o Estado de Coisas (e) “*estava de capacete*” e, em seguida, deduz o Episódio (ep) “*alguém a tinha ido deixar lá*”. Nesse caso, a *Dedução* é utilizada como estratégia evidencial de descomprometimento do falante, uma vez que serve de base para justificar a motivação do crime de feminicídio – a dedução implícita de uma suposta traição.

Por fim, na ocorrência (27), vemos uma ocorrência de EV inferida. O depoente – acusado do crime de feminicídio – ao ser questionado sobre ter matado propositalmente a vítima, infere uma suspeita de que algo poderia ter acontecido depois do estrangulamento. A *Inferência* do Conteúdo Proposicional (p) é marcada pelo verbo “*desconfiava*”, o que também parece denotar uma tentativa de descomprometimento em relação à atitude de violência do acusado, uma vez que este apresenta uma informação, que, embora incerta, levanta outros indícios acerca da morte da companheira.

Na seção adiante, apresentamos os resultados referentes aos Graus dos efeitos de verdade.

5.3.4 Graus dos efeitos de verdade

A análise da categoria *graus dos efeitos de verdade* parte do objetivo de analisar a relação entre Evidencialidade, Modalidade Epistêmica e o grau de comprometimento das testemunhas e dos acusados com o conteúdo de seus enunciados em termos de depoimentos de inquérito policial sobre casos de feminicídio. Diante disso, partimos da hipótese de que as marcas evidenciais e os modalizadores epistêmicos manifestam diferentes graus de comprometimento dos depoentes com o conteúdo de seus enunciados, podendo, do ponto de vista jurídico, indicar, a depender da qualidade da fonte da informação, do modo de obtenção

da informação e do grau de certeza expresso no enunciado, a validade dos eventos e dos fatos apresentados para a construção das provas, e, do ponto de vista discursivo, afetar os efeitos de verdade pretendidos nos termos de depoimentos relacionados a crimes de feminicídio.

Nesse sentido, como dissemos no capítulo metodológico, a construção dessa categoria se relaciona com a noção dos níveis de comprometimento das testemunhas, já pressuposto pela GDF, e com a noção de efeito de verdade sugerida por Charaudeau (2013). Em nosso *corpus*, no que diz respeito à tendência de uso, os graus dos efeitos de verdade manifestam-se da seguinte forma:

Tabela 6 – Graus dos efeitos de verdade e Domínio Semântico

		Graus dos efeitos de verdade			
		alto	médio	baixo	Total
Domínio Semântico	Modalidade Epistêmica	15 10,3%	11 7,5%	11 7,5%	37 25,3%
	Evidencialidade	47 32,2%	5 3,4%	57 39%	109 74,7%
Total		62 42,5%	16 11%	68 46,5%	146 100%

Fonte: Elaborado pelo SPSS, com base na análise da autora.

Com relação à ME, a tabela 6 revela que o grau *alto* do efeito de verdade é o mais frequente, com 10,3% do total. Os níveis *médio* e *baixo* aparecem no *corpus* com a mesma quantidade, o equivalente a 7,5% de frequência de uso. Como vimos, a Modalidade Epistêmica expressa o nível de comprometimento do falante e situa-se no eixo do conhecimento. Miranda e Hattnher (2019, p.192) afirmam que, “como aponta Hengeveld (2004), essa indicação da atitude proposicional do enunciador é feita pela categoria modal, estando a modalidade epistêmica relacionada ao que o falante sabe em relação ao mundo real”. Assim, os efeitos de verdade, manifestam, nesse domínio semântico, o posicionamento da testemunha a partir do que ele afirma saber ou não saber sobre os fatos que norteiam o crime de feminicídio. As ocorrências (28), (29) e (30) ilustram, respectivamente, os graus *alto*, *médio* e *baixo* dos efeitos de verdade, manifestados na ME, encontrados nos termos de depoimento de casos de feminicídio:

(28) [...] o acusado era agressivo com a irmã e que era muito ciumento, que **sabe** que a irmã nunca fez boletim de ocorrência em desfavor do referido. (Inquérito 1, Termo de depoimento da irmã da vítima)

(29) [...] o depoente pegou a bolsa de Fulana e percebeu que estava sem a carteira de dinheiro e sem o celular e **acha** que o acusado levou. (Inquérito 1, Termo de depoimento do irmão da vítima)

(30) [...] Fulaninha perguntou se a mãe estava no local; que a declarante disse que **não sabia** pois tinha chegado naquele instante. (Inquérito 1, Termo de depoimento da mãe do acusado)

Na ocorrência (28), a depoente, irmã da mulher assassinada, explica, em depoimento, como era a relação da vítima com o acusado do crime de feminicídio. Para tanto, a declarante usa o verbo “saber” para expressar um conhecimento, revelando alto grau de efeito de verdade com o fato narrado. Para Charaudeau (2013), o efeito de verdade é tudo aquilo que o falante acredita ser verdadeiro e que pode ser avaliado à medida em que o conhecimento asseverado seja compartilhado/comprovado por outras pessoas. No caso da ocorrência (28), a alegação da declarante acerca do fato de sua irmã nunca ter feito boletim para registrar as agressões do acusado é algo que pode ser entendido como compartilhado, já que pode ser verificado. Na ocorrência (29), o depoente, irmão da vítima, utiliza o verbo “achar” para sugerir que o responsável pelo sumiço do celular e da carteira da vítima seria o acusado do crime de feminicídio, indicando, assim, uma noção de probabilidade de que os objetos tenham sido roubados pelo acusado. Ao mesmo tempo, observamos, ainda, que essa ocorrência do verbo *achar* permite uma outra interpretação, além da leitura modal epistêmica: de evidencial indicador de dedução, ou seja, trata-se da dedução de uma informação a partir de indícios contextuais disponíveis ao declarante no local do crime. De todo modo, tanto a leitura modal epistêmica como a leitura evidencial de Dedução favorecem a interpretação da ocorrência como um exemplo do grau médio de efeito de verdade, já que consiste em uma alegação apresentada como provável, e não certa. A ocorrência (30) sugere um grau baixo de efeito de verdade, uma vez que a mãe do acusado afirma não saber se a vítima do crime de feminicídio estava na casa de seu filho. A utilização da negação junto ao verbo “saber” indica o desconhecimento da declarante em relação ao conteúdo proposicional, expressando um grau baixo comprometimento.

Com relação à EV, os dados da tabela 6 mostram que, diferentemente da ME, o grau baixo de efeito de verdade é o que se sobressai em relação aos outros graus, com 39% dos casos. Em segundo lugar, percebemos o grau alto, com 32,2%. O grau de efeito de verdade médio aparece em poucos casos, com 3,4%. Como dissemos, os graus dos efeitos de verdade estão

relacionados ao comprometimento das testemunhas com o conteúdo de seu enunciado. Esse comprometimento diz respeito àquilo que o depoente acredita que possa ser verdadeiro ou àquilo que é apresentado como sendo compartilhado ou passível de constatação. No caso dos evidenciais, percebemos que os depoentes tendem a expressar, nos depoimentos sobre os casos de feminicídio, informações relatadas de fontes externas a eles (relatos de segunda mão ou de terceira mão), o que demonstra uma tentativa de distanciamento da responsabilidade do que dizem. Ao construir seu depoimento pautado no “ouvir-dizer”, o depoente se descompromete com o conteúdo dos enunciados, deixando a responsabilidade da interpretação das informações reportadas aos advogados das partes envolvidas e ao juiz do caso. Ademais, é importante que se destaque o papel da fonte da informação para a construção dos posicionamentos³² dos “atores” do julgamento, posto que a qualidade da fonte reportada tem relevância para a credibilidade da informação. Ressalta-se, ainda, que, ponto de vista jurídico, esse dizeres, muitas vezes, são confrontados com outros dizeres, com indícios e com provas materiais, para que se garanta, de um lado, a elucidação da verdade dos fatos, e, de outro lado, o direito constitucional do acusado ao contraditório e à ampla defesa.

Faller (2006) explica que a evidência utilizada pelo Falante no seu discurso interfere no grau de certeza que ele tem sobre o que está proferindo. Podemos perceber isso nas ocorrências (31), (32) e (33) a seguir:

(31) [...] sobre os fatos ocorridos tem a dizer que desde que a irmã Fulana começou o relacionamento com Fulano o mesmo era muito controlador... a depoente já viu a vítima com vários hematomas (Inquérito 1, Termo de depoimento da irmã da vítima)

(32) [...] a declarante pede pelo amor de deus que Fulaninha fosse até lá pois **tudo indicava** que Fulano tinha feito uma loucura com sua mãe. (Inquérito 1, Termo de depoimento da mãe do acusado)

(33) [...] muitas das vezes em conversa com a irmã, a mesma **informava** que ele não teria coragem de matá-la, pois já tinha tido várias oportunidades e não o fez. (Inquérito 1, Termo de depoimento da irmã da vítima)

Em (31), a depoente afirma que já viu sua irmã, vítima de feminicídio, com hematomas causados pelo acusado. Ao se colocar como fonte do Estado de Coisas atestado por meio da visão, a declarante se compromete com a verdade do seu enunciado, estabelecendo, assim, um

³² Fontana e Fagundes (2012) destacam que esses posicionamentos são antagônicos, e as marcas evidenciais constituem os meios linguísticos para a construção desses posicionamentos. De um lado, há a posição que considera a evidencialidade em sentido restrito, observando a forma dos enunciados e sua relação com a fonte evidencial. De outro lado, há a posição que considera a evidencialidade em sentido amplo, atentando para as circunstâncias da enunciação, os papéis dos participantes e a qualidade das fontes apresentadas.

grau alto de efeito de verdade. Em (32), a mãe do acusado, ao ligar para a filha da vítima e orientá-la a ir até o local do crime, usa o sintagma “*tudo indicava*” para sugerir a probabilidade de ocorrência do Episódio (e) descrito na situação, indicando um grau médio de efeito de verdade, uma vez que não anula a possibilidade de efetivação do (e) – “*feito uma loucura com sua mãe*”. Por fim, em (33), ao utilizar o verbo “*informava*” e indicar que a fonte da informação é outro Falante, no caso, a vítima de feminicídio, a declarante, irmã da vítima, distancia-se da responsabilidade com a verdade do Conteúdo Comunicado, deixando à avaliação da qualidade da informação às partes envolvidas no julgamento, o que pode suscitar diferentes posicionamentos discursivos, a depender das circunstâncias evocadas na construção da argumentação.

De Haan (1999) explica que o conhecimento expresso pela ME serve como apoio para a manifestação do grau de certeza do Falante com relação ao seu discurso, enquanto os usos evidenciais (EV) se distinguem pela sua função de indicar a fonte da informação veiculada, não indicando a certeza do Falante com o que ele profere. Entretanto, os casos acima, extraídos dos termos de depoimentos de casos de feminicídio analisados em nosso *corpus*, demonstram que tantos os usos evidenciais quanto os usos modais epistêmicos podem ser reveladores do posicionamento das testemunhas, podendo manifestar o comprometimento com a verdade dos enunciados em diferentes graus.

A seguir, discutimos como os graus descritos se manifestam nos tipos de ME.

5.3.4.1 Inter-relação entre Graus dos efeitos de verdade e Modalidade Epistêmica objetiva e subjetiva

A análise da Modalidade Epistêmica correlacionada aos graus dos efeitos de verdade é fundamental para compreendermos o envolvimento das testemunhas na construção de seus argumentos nos termos de depoimentos de casos de feminicídio, além de entendermos o grau de certeza que os depoentes e os acusados imprimem em relação aos indivíduos, aos eventos, aos fatos e às proposições relatados em depoimento. No que concerne à ME objetiva e subjetiva, podemos verificar como essas subcategorias foram manifestadas em nosso *corpus* na tabela 7, abaixo:

Tabela 7 – Relação entre Modalidade Epistêmica e Graus dos efeitos de verdade

Graus dos efeitos de verdade			
Alto	Médio	Baixo	Total

	Objetiva	Contagem	0	1	0	1
Modalidade		Porcentagem %	0%	2,7%	2,7%	2,7%
Epistêmica	Subjetiva	Contagem	15	10	11	36
		Porcentagem %	40,5%	27%	29,7%	97,3%
Total		Contagem	15	11	11	37
		Porcentagem %	49,5%	29,7%	29,7%	100%

Fonte: Elaborado pelo SPSS, com base na análise da autora.

Como vimos na seção 5.3.2, encontramos no *corpus* apenas uma ocorrência da Modalidade Epistêmica *objetiva* (ocorrência 19). A respeito dessa diferença de percentual na marcação da ME *objetiva* e *subjetiva*, Lyons (1977, p. 806) afirma que “é muito mais natural usar verbos modais para a modalidade subjetiva do que para a modalidade epistêmica *objetiva*”; ademais, toda informação passa, necessariamente, pelo filtro do Falante. Considerando que a modalidade epistêmica *objetiva* diz respeito à manifestação de graus de probabilidade do depoente em relação aos eventos narrados em termos de depoimento, avaliamos esse tipo de ocorrência como ligada ao grau *médio* de efeito de verdade, já que o depoente, ao avaliar a probabilidade de um Estado de Coisas, assim o faz, por um lado, como base no conhecimento que tem acerca do evento descrito na situação, mas, por outro lado, revelando suas dúvidas e incertezas.

No que concerne aos dados referentes à ME *subjetiva*, o grau alto de efeito de verdade aparece em maior número, com 40,5%. O grau baixo de efeito de verdade aparece em seguida, com 29,7%. O grau médio de efeito de verdade ocorreu com a frequência de 27% do total do *corpus*. Isso significa dizer que os depoentes acusados e testemunhas dos crimes de feminicídio tendem a expressar um maior comprometimento com a verdade, ainda que isso ocasione um grau de envolvimento maior desses participantes com o crime e/ou com os fatos que o antecederam. Cientes de seu papel para elucidação da verdade dos fatos e de seu dever de dizer a verdade nos termos da Lei, os depoentes buscam declarar o que sabem acerca do caso.

Para ilustrarmos a expressão dos graus de efeito de verdade na Modalidade Epistêmica *subjetiva*, vejamos as ocorrências (34), (35) e (36), que exemplificam, respectivamente, os graus alto, médio e baixo de efeito de verdade:

(34) [...] sobre os fatos ocorridos tem a dizer que a irmã mantinha um relacionamento de 10 anos com Fulano, mas **era de conhecimento** da depoente que Fulana terminou o relacionamento desde 25/12/2017. (Inquérito 1, Termo de depoimento da irmã da vítima)

(35) [...] que todos da família de Fulano tem medo do referido e **acredita** que a mãe dele teria omitido socorro. (Inquérito 1, Termo de depoimento do irmão da vítima)

(36) O depoente afirma que soube quando o corpo de sua irmã foi liberado pelo IML que a mesma estava com a parte de trás da cabeça [...] e **não sabe** o que Fulano usou para fazer isso; até hoje não tinha mais notícias de Fulano. (Inquérito 1, Termo de depoimento do irmão da vítima)

Conforme Hengeveld (2011), a ME *subjativa* apresenta o valor de verdade de uma Proposição. Como podemos observar nas ocorrências apresentadas, esse valor de verdade é expresso a partir de diferentes sentidos e graus de efeito de verdade. Em (34), a depoente, que é irmã da vítima do crime de feminicídio, afirma saber quando a irmã terminou o relacionamento com o acusado do crime, o que representa, do ponto de vista da construção do argumento, um grau alto de envolvimento da depoente com a “verdade” dos fatos. Em (35), a expressão modal subjativa marcada pelo verbo “acreditar” indica a crença do depoente em relação ao conteúdo da Proposição. Ao apresentar o conteúdo do enunciado como uma crença, baseada em suposições internas, o declarante “subjativiza” a “verdade” da Proposição, caracterizando, assim, o grau médio de efeito de verdade. Em (36), ao depor sobre o ferimento que a vítima apresentava na cabeça em decorrência da violência por ela sofrida, o depoente, irmão da vítima, nega saber o que o acusado teria usado para realizar o ato. Ao revelar seu desconhecimento, o declarante se afasta do fato narrado, contribuindo pouco para a elucidação da verdade dos fatos, o que caracteriza o que consideramos como grau baixo de efeito de verdade. Essa interpretação é reforçada por Narrog (2012, p.34), quando afirma que proposições em escopo de negação anulam o nível de comprometimento do Falante com a verdade dos enunciados.

A seguir, discutimos como os graus de efeito de verdade se relacionam com os subtipos de Evidencialidade.

5.3.4.2 Inter-relação entre Graus dos efeitos de verdade e Evidencialidade

Como vimos, os graus dos efeitos de verdade possuem relação com o comprometimento e o envolvimento dos “atores” que depõem nos termos de depoimentos em casos de feminicídio, o que afeta a validade das evidências apresentadas e os efeitos de verdade construídos nos depoimentos. No caso da manifestação da Evidencialidade, partimos da hipótese de que os marcadores evidenciais funcionam como meios linguísticos lexicais que operam em diferentes camadas do enunciado (Estados de Coisas, Episódio, Proposição, Conteúdo Comunicado e Ato Discursivo) e indicam diferentes graus de comprometimento das testemunhas e dos acusados

com o conteúdo de seus enunciados, o que tem relação com a construção de efeitos e sentidos que contribuem para elucidar a verdade dos fatos e dos acontecimentos nos casos de feminicídio. No que se refere a essa relação semântica da EV e dos graus de efeitos de verdade, a tabela 8, abaixo, demonstra a análise quantitativa dos dados em nosso *corpus*:

Tabela 8 – Relação entre Evidencialidade e Graus dos efeitos de verdade

		Graus dos efeitos de verdade			
		Alto	Médio	Baixo	Total
Tipo Evidencial	Citativa	0 0%	0 0%	5 4,5%	5 4,5%
	Reportatividade	18 16,2%	2 1,8%	50 46,8%	70 64,9%
	Inferência	2 1,8%	1 0,9%	1 0,9%	4 3,6%
	Dedução	9 8,1%	2 1,8%	0 0,0%	11 9,9%
	Percepção de Evento	13 11,7%	1 0,9%	5 4,5%	19 17,1%
	Total	42 37,8%	6 5,4%	61 56,8%	109 100%

Fonte: Elaborado pelo SPSS, com base na análise da autora.

Na tabela acima, verificamos que, na expressão dos cinco subtipos evidenciais, o baixo efeito de verdade aparece com maior frequência, com 56,8% do total. É interessante notar que, na EV *citativa*, só há ocorrências que manifestam baixo grau de verdade, o que representa 4,5% do total. Isso significa dizer que as marcas citativas, em especial nos termos de depoimentos, tendem a constituir uma estratégia discursiva de baixo comprometimento, o que é evidenciado pela reprodução fiel do enunciado reportado, como é possível verificar na ocorrência (37) a seguir:

(37) [...] que Fulana **disse**: “meu deus do céu, se ele tiver matado minha mãe, eu mando meu pai matar ele, ou eu mesma mato ele”. (Inquérito 1, Termo de depoimento da mãe do acusado).

Na ocorrência (37) acima, a mãe do acusado do crime de feminicídio retransmite a fala da filha da vítima ao ver sua mãe desmaiada na cena do crime. Nesse caso, o depoimento da declarante é transcrito por meio de uma EV *Citativa* em um Ato Discursivo, que, como afirma

Miranda (2020, p.1517), funciona como uma estratégia do Falante para se descomprometer com determinadas informações, configurando assim o baixo efeito de verdade, uma vez que a fonte primária do conteúdo asseverado não é a mãe do acusado.

O subtipo evidencial *Reportatividade* revela, em sua maioria, o grau baixo de efeito de verdade, com 46,8% das ocorrências reportadas. Esse percentual se justifica por dois aspectos elucidativos: i) o gênero “Termo de depoimento” se caracteriza por sua natureza reportativa, uma vez que os depoentes asseveram informações que contribuem para a construção das provas do crime e, em seguida, essas informações são transcritas em 3ª pessoa por um escrivão, que, legalmente, não pode se comprometer no termo, devendo, portanto, reportar as informações de forma fidedigna; e ii) a utilização da EV reportada serve como uma estratégia de descomprometimento do declarante com o conteúdo asseverado nos enunciados, prevalecendo, em nosso *corpus*, sentidos como: (i) *indicação de um conhecimento adquirido por meio de outra pessoa* e (ii) *retransmissão de uma informação cuja fonte é diferente do declarante*. Além disso, a *Reportatividade* também apresentou casos em que é possível aferir o grau alto de efeito de verdade. Vejamos as ocorrências (38) e (39), que exemplificam casos de EV *Reportatividade* que demonstram os graus baixo e alto de efeito de verdade, respectivamente:

(38) [...] Fulano **relatou** que hoje tinha agredido sua esposa e que tinha ingerido bebidas alcólicas, e que ao chegar em casa, sua companheira chamou-o de vagabundo. (Inquérito 2, Termo de depoimento do policial do caso)

(39) [...] Fulaninha retornou com um carro porém a declarante **informou** que a ambulância não tinha chegado e que levaram Fulana para o frotinha pois disseram que a vítima ainda estava com os sinais vitais. (Inquérito 1, Termo de depoimento da mãe do acusado)

Em (38), o declarante, que é um dos policiais do caso que conversou com o acusado no local do crime, em seu termo de depoimento, introduz, a partir do verbo de elocução “relatou”, um Conteúdo Comunicado (C) que foi originalmente transmitido pelo acusado. Essa ocorrência ilustra o o grau baixo de efeito de verdade, uma vez que se trata de um relato de 2ª mão em que o acusado é apresentado como a fonte da informação, cuja qualidade pode ser questionada. Em (39), a mãe do acusado, que é a declarante, informa, em depoimento, que “*a ambulância não tinha chegado*” para socorrer a vítima. Nesse caso, a EV reportativa ilustra o grau alto de efeito de verdade, uma vez que a fonte da informação é a própria declarante, que, em depoimento, assume a responsabilidade pelo que diz. Neste caso, o Conteúdo Comunicado proferido pela

testemunha assume a forma reportativa no enunciado, dado o aspecto composicional do texto em que ocorre.

Com relação à *inferência*, como vimos, foram encontradas apenas 4 ocorrências no *corpus*, sendo 1,8% delas representativas do grau alto de efeito de verdade; e 0,9% do grau médio e baixo, o que corresponde a 1 ocorrência para cada subtipo de efeito de verdade. Ainda que a EV inferida seja resultado de processos mentais do Falante, os casos encontrados diferenciam-se no que diz respeito à proximidade com a elucidação da verdade dos fatos, pela indicação das fontes utilizadas. A ocorrência (27), retomada a seguir, codifica, por exemplo, uma inferência que ilustra o grau médio de efeito de verdade, pois, apesar da fonte ser o próprio declarante, o verbo “desconfiava” indica a incerteza do declarante em relação ao fato enunciado; por outro lado, não anula a probabilidade de ocorrência do que é expresso na Proposição.

(27) [...] que Fulana não gritou; que saiu, mas não sabia que ela tinha morrido. **Desconfiava** que tinha acontecido algo com Fulana, pois não conseguia falar com ninguém da família. (Inquérito 1, Termo de depoimento do acusado)

As ocorrências (40) e (41), exemplificam, respectivamente, inferências que demonstram os graus alto e baixo de efeito de verdade:

(40) [...] a declarante bateu várias vezes na porta da casa do filho chamando por Fulana; que ninguém respondia; que a declarante foi para sua casa porém **sentiu** uma intuição de voltar. (Inquérito 1, Termo de depoimento da mãe do acusado)

(41) [...] Afirma que o motivo do crime foi por ciúmes, por vingança por causa das traições de Fulana e a família dela já **imaginava** que isso fosse acontecer; que antes só tinha cometido roubo de bicicletas, há mais de dez anos. (Inquérito 1, Termo de depoimento do acusado)

Na ocorrência (40), temos um caso de EV inferida que se caracteriza pelo grau alto de efeito de verdade, em que a Proposição é introduzida a partir do verbo sensorial “sentir” que assume o sentido abstrato de “ter uma intuição ou intuir”. A fonte evidencial do Conteúdo Proposicional (p) é a própria declarante, mãe do acusado do crime de feminicídio, que explica como descobriu a morte da nora na casa do seu filho.

Em (41), percebemos que o depoente, o acusado do crime, atribui um Conteúdo Proposicional a outrem – a família da vítima. Essa ocorrência exemplifica uma tentativa do depoente de se afastar da responsabilidade do crime, comprometendo a vítima, que é acusada de adultério, e a família da vítima, que “já imaginava que o crime pudesse ocorrer”, dada as

traições da mulher ao marido. Nesta ocorrência, observamos o grau baixo de efeito de verdade, pois a atribuição de uma inferência à família da mulher assassinada constitui uma tentativa de desqualificar a vítima, culpabilizando-a por seu próprio assassinato. Por outro lado, o declarante, ao usar o argumento do “adultério”, numa tentativa clara de responsabilizar a vítima por sua atitude, acaba confessando o crime de feminicídio.

O subtipo evidencial *Dedução*, também, apresenta, assim como a inferência, poucos casos. De 11 ocorrências, 8,1% manifestam o grau *alto* do efeito de verdade, e 1,8%, o grau *médio*; enquanto não há registros do grau baixo. Sabemos que a EV Deduzida codifica, linguisticamente, um evento percebido pelo Falante na situação comunicativa e um deduzido. Neste caso, não é esperado que esse tipo de EV expresse o grau baixo de efeito de verdade, uma vez que a testemunha é, em geral, a própria fonte do Episódio (ep) deduzido e descrito na situação comunicativa. Para compreendermos isso, vejamos as ocorrências (26), aqui retomada, e (42), que exemplificam a Evidencialidade Deduzida nos graus alto e médio do efeito de verdade, respectivamente:

(26) [...] e a vítima também estava de capacete e o interrogado **concluiu** que alguém a tinha ido deixar lá, já que ela não tinha moto. (Inquérito 1, Termo de depoimento do acusado)

(42) [...] a declarante pede pelo amor de deus que Fulaninha fosse até la pois **tudo indicava** que Fulano tinha feito uma loucura com sua mãe. (Inquérito 1, Termo de depoimento da mãe do acusado)

Na ocorrência (26) vemos um caso de EV Dedução. O acusado, para justificar o motivo da agressão à vítima, apresenta deduções sobre um possível caso de traição. Assim, na ocorrência, ele demonstra sua conclusão a partir da evidência disponível de que a vítima não tinha moto, embora usasse capacete. Nesse sentido, ao se colocar como fonte e apresentar uma informação pautada em uma evidência disponível na situação descrita no depoimento, acreditamos que a ocorrência ilustra o alto grau de efeito de verdade.

Na ocorrência (42), a declarante, mãe do acusado do crime de feminicídio, deduz que seu filho “*tinha cometido uma loucura*”, indicando, metaforicamente, um atentado contra a vida da vítima. O pronome indefinido “tudo” é a marca linguística que sugere que a mãe do acusado teve indícios para deduzir o Episódio descrito na situação. Tal ocorrência ilustra o grau médio do efeito de verdade, pois embora o depoimento indica que o acusado, filho da declarante, tenha cometido o ato de violência contra a vítima, , há uma certa “descredibilidade” com relação ao que é dito, já que a dedução é baseada em evidências não explicitadas pela testemunha em seu depoimento. Ademais, por se tratar da mãe do acusado, é importante

observar que o uso da palavra “loucura” como complemento de “cometer” pode, ainda, sugerir que o ato do filho foi impensado, intempestivo, o que poderia representar uma tentativa da mãe de amenizar a responsabilidade de seu filho.

Por fim, com relação à Evidencialidade do tipo *Percepção de Evento*, a tabela 8 mostra que o grau alto do efeito de verdade se sobrepõe aos demais, com 11,7% do total. O grau baixo aparece em segundo lugar com 4,5% das ocorrências, enquanto o grau *médio* ocorre em apenas 0,9%. Os dados relacionados ao grau alto já eram esperados em nosso *corpus*, uma vez que as marcas evidenciais de Percepção de Evento apresentam Estados de Coisas (e) que foram atestados pelas testemunhas, que se apresentam como fonte da informação. Vejamos as ocorrências (43) e (44), que ilustram, a EV do tipo *Percepção de Evento* nos graus alto e baixo, respectivamente:

(43) [...] a declarante já **presenciou** uma agressão por parte de Fulano no natal, inclusive ele empurrou a declarante quando esta foi intervir na briga do casal. (Inquérito 1, Termo de depoimento da filha da vítima)

(44) [...] O depoente afirma que é irmão de Fulana e sua irmã teve um relacionamento com Fulano por 14 anos [...] a filha de 15 anos de nome Fulaninha, foi quem **viu** a mãe no chão levando chutes e socorreu a mãe. (Inquérito 1, Termo de depoimento do irmão da vítima)

Em (43), a filha da vítima do crime de feminicídio conta, em depoimento, que já esteve presente durante uma agressão do acusado contra a vítima. A depoente, nesse caso, compromete-se com a informação, pois se apresenta como fonte do evento atestado, exprimindo grau alto de efeito de verdade. Em (44), por outro lado, o depoente, irmão da vítima de feminicídio, atribui a percepção de um Estado de Coisas à filha da vítima (“a mãe no chão levando chutes”). Neste caso, temos a coocorrência entre EV Reportatividade e a EV Percepção de Evento (esta incluída no relato do declarante), tal como proposto por Hengeveld e Hattner (2015). Esta ocorrência exemplifica o grau baixo do efeito de verdade ligado à Percepção de Evento, uma vez que o declarante, ao atribuir uma percepção a outra pessoa, descompromete-se com o conteúdo da informação e, ao fazer isso, coloca a informação sob questionamento ou, ao menos, levanta a necessidade de confrontar seu depoimento com outros depoimentos.

Para compreendermos melhor a manifestação dos graus dos efeitos de verdade no que diz respeito à sua manifestação, propomos abaixo, no Quadro 5³³, uma escala da EV e da ME, baseada nos resultados apresentados nas seções anteriores:

Quadro 5 – Graus dos efeitos de verdade na ME e na EV

SUBTIPO DA EV OU DA ME	NÍVEL	CAMADA	ESTRATÉGIA TEXTUAL-DISCURSIVA	GRAU DO EFEITO DE VERDADE
Evidencialidade do tipo <i>Percepção de Evento</i>	Representacional	Estado de Coisas (e)	Informação atestada pelo depoente por meio sensorial	Alto
Modalidade Epistêmica subjetiva	Representacional	Conteúdo Proposicional (p)	Informação avaliada pelo depoente como certa	Alto
Evidencialidade do tipo <i>Dedução</i>	Representacional	Episódio (ep)	Informação deduzida pelo depoente com base em evidências	Alto
Modalidade Epistêmica objetiva	Representacional	Episódio (ep)	Informação avaliada pelo depoente como provável ou possível	Médio
Evidencialidade do tipo <i>Inferência</i>	Representacional	Conteúdo proposicional (p)	Informação inferida pelo depoente com base no seu conhecimento prévio	Médio
Evidencialidade do tipo <i>Reportatividade</i>	Interpessoal	Conteúdo Comunicado (C)	Informação de outrem retransmitida por meio do discurso indireto pelo depoente	Baixo
Evidencialidade do tipo <i>Citativa</i>	Interpessoal	Ato Discursivo (A)	Informação de outrem fielmente retransmitida pelo depoente	Baixo

³³ O quadro trata-se de uma proposta feita tendo em vista a frequência de ocorrência atestada nos dados quantitativos do desta pesquisa, e, sendo assim, possibilitamos a indicação de tendências de uso no que diz respeito à correlação entre forma e função.

Modalidade Epistêmica subjetiva	Representacional	Conteúdo proposicional (p)	Informação avaliada pelo depoente como desconhecida	Baixo
---------------------------------	------------------	----------------------------	---	-------

Fonte: Elaborado pela autora com base nas ocorrências coletadas.

O Quadro 5, acima, é uma proposta da nossa pesquisa para qualificarmos a análise dos efeitos de verdade, sendo, assim, resultado da observação dos dados analisados a partir de nossa investigação acerca das categorias da EV e da ME em Termos de depoimento em casos de feminicídio. A organização da figura segue o modelo *top-down*, que parte do grau mais alto de verdade (com a Percepção de Evento) para o mais baixo (com a Modalidade Epistêmica subjetiva). É importante destacar que a organização das categorias na figura está de acordo com a frequência de uso observada no *corpus*, o que permite propor uma generalização relativa à tendência de uso no que diz respeito à atuação dos evidenciais e modais no contexto discursivo investigado.

Na seção adiante, apresentamos os resultados referentes ao Nível Morfossintático.

5.4 Análise e discussão dos resultados do Nível Morfossintático

Nesta seção, tratamos dos aspectos referentes ao Nível Morfossintático, com base no sistema de organização gramatical da GDF (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008). Objetivamos descrever e analisar as propriedades formais que dizem respeito a esse nível, expressas pelos domínios lexicais da Evidencialidade e da Modalidade Epistêmica nos termos de depoimentos presentes nos inquéritos policiais de casos de feminicídio. Para alcançarmos nosso propósito, selecionamos as seguintes categorias quanto à manifestação das marcas modais e evidenciais: i) meios de expressão; ii) camada morfossintática; e iii) posição do item modal ou evidencial.

Tendo em vista as categorias expostas acima, apresentamos, nas subseções a seguir, a análise quantitativa dos dados referentes a cada uma delas.

5.4.1 Meios de expressão

Os estudos sobre a Evidencialidade e a Modalidade Epistêmica mencionados na nossa fundamentação teórica apontam que esses domínios funcionais podem ser expressos por diferentes classes de palavras, o que chamamos aqui de *meios linguísticos de expressão*. A

tabela 9 revela os dados ligados a essa categoria. Como esperado, o verbo constitui o meio de expressão mais frequente em nosso *corpus*. Vejamos:

Tabela 9 – Meios de expressão da EV e da ME

		Meios de expressão			
		Verbo	Advérbio	Preposição	Total
Domínio	Modalidade	37	0	0	37
	Epistêmica	25,3%	0%	0%	25,3%
Semântico	Evidencialidade	99	5	5	109
		67,8%	3,4%	3,4%	74,7%
Total		136	5	5	146
		93,2%	3,4%	3,4%	100%

Fonte: Elaborado pelo SPSS, com base na análise da autora.

Na tabela 9, o verbo é a classe gramatical mais frequente de expressão da Evidencialidade, com 67,8%, e da Modalidade Epistêmica, com 25,3%, considerando-se o universo total das ocorrências. As classes do advérbio e da preposição aparecem com 3,4% cada uma, sendo ambas relacionadas à expressão da Evidencialidade. Embora a tabela mostre o percentual de 25,3% de manifestação verbal para a Modalidade Epistêmica, é importante ressaltar que essa frequência diz respeito à totalidade de ocorrências no *corpus*, o que inclui as marcas de Evidencialidade. Em outras palavras, o que queremos reforçar é que a expressão da ME em nossos dados se dá exclusivamente por meio da classe verbal. Os substantivos e adjetivos, que pontuamos na metodologia de nosso trabalho, não foram encontrados em nosso *corpus*, e, portanto, não os inserimos na tabela.

O verbo como meio de manifestação da EV, em nosso *corpus*, tende a tomar por escopo as categorias semânticas Estado de Coisas e Conteúdo Comunicado de uma Proposição ou de um Ato Discursivo. Destaca-se, ainda, que, na classe semântica do verbo, encontramos verbos perceptuais (ex.: *ver, ouvir e sentir*) e elocutivos (ex.: *dizer, informar, relatar e confirmar*). No que diz respeito ao verbo como meio de expressão da ME, destacamos, semanticamente, verbos modalizadores epistêmicos indicadores de conhecimento e crença (ex.: *saber, acreditar, etc*) como os mais recorrentes. As ocorrências (45) e (46) representam, respectivamente, um exemplo de EV manifestada por um verbo elocutivo e um exemplo de ME expressa por um verbo epistêmico:

(45) [...] também estava na calçada a cunhada da vítima/irmã do infrator Sicrana, a qual **confirmou** que seu irmão tinha discutido com a vítima e que ele tinha dado facadas nela. (Inquérito 2, Termo de depoimento do policial do caso)

(46) [...] a depoente **soube** que no natal de 2017 o referido agrediu Fulana na frente de todos; que era comum Fulano dizer que se ela deixasse ele, iria matá-la ou filha do casal, Fulaninha de 4 anos. (Inquérito 1, Termo de depoimento da irmã da vítima)

Em (45), o depoente, que é o policial presente no caso de feminicídio, retransmite o Conteúdo Comunicado (C) cuja fonte é irmã do infrator. Para tanto, o verbo de elocução “confirmou” é meio linguístico utilizado para encaixar o (C) no Ato Discursivo proferido pelo policial em seu depoimento. Em (46), a ME é expressa pelo verbo epistêmico “soube”, que indica o conhecimento da depoente, que, nesse caso, é a irmã da vítima do crime de feminicídio. Em ambos os casos, tanto na ME quanto na EV, os verbos aparecem no passado perfectivo. Acreditamos que esse aspecto ligado ao tempo e ao modo do verbo tem relação com o fato de que, no gênero “Termo de depoimento”, os relatos recontam eventos situados no tempo passado (passado recente) e tratam, majoritariamente, de acontecimentos reais, que dizem respeito às circunstâncias do crime de feminicídio.

É importante destacar que, no âmbito da manifestação da Modalidade Epistêmica, encontramos, ainda, um outro tipo de verbo – o verbo suporte. A ocorrência (47) indica um caso desse tipo de verbo encontrado no *corpus*:

(47) [...] a declarante **tomou conhecimento** que a irmã de Fulana fez acusações à declarante de que passou a mão na cabeça do filho. (Inquérito 1, Termo de depoimento da mãe do acusado)

Em (47), a testemunha é a mãe do acusado de crime de feminicídio, que explica que soube que a irmã da vítima a acusou de ter acobertado o crime. Na ocorrência, o verbo suporte manifesta o sentido de “soube” e é o meio linguístico utilizado para expressar a ME.

Com relação aos advérbios, esta classe é utilizada apenas para a manifestação da Evidencialidade. Nesse caso, o advérbio, em nosso *corpus*, serve para expressar a EV Percepção de Evento. Vejamos, na ocorrência (48), um caso de advérbio marcando a EV:

(48) [...] que entraram na casa, encontraram Fulano, **visivelmente** embriagado, e ele confirmou que tinha ingerido bebida alcóolica hoje e que deram voz de prisão. (Inquérito 2, Termo de depoimento do policial do caso).

Na ocorrência (48), o advérbio “visivelmente” qualifica o Estado de Coisas (*o fato de fulano está embriagado no momento do crime*) como uma informação atestada pelo policial no local do crime.

No que concerne ao uso da preposição, vimos na tabela 9, que, nos termos de depoimento analisados, essa classe de palavras é utilizada para marcar apenas a Evidencialidade. Se utilizarmos a nomenclatura da Gramática Tradicional, atentamos que as preposições são divididas em essenciais, acidentais e locuções prepositivas. No caso do nosso *corpus*, a manifestação da EV é marcada por preposições acidentais, isto é, que estão exercendo outras funções na língua além da função canônica de ligar elementos oracionais; o que, na perspectiva do Funcionalismo, chamamos de gramaticalização. Assim, as preposições acidentais aparecem, nos termos de depoimentos, como meios de expressão para a indicação da EV Reportatividade (ex.: *segundo, conforme*), assim como encontramos, ainda, locuções prepositivas com a mesma função (ex.: *de acordo com*). A ocorrência (49) apresenta uma ocorrência que ilustra a preposição acidental, a mais recorrente no *corpus*:

(49) [...] Fulana foi levada para UPA do Jangurussu, sem previsão de alta e será transferida para o IJF, **segundo** informações repassadas aos policiais pela equipe de atendimento na unidade hospitalar. (Inquérito 2, Termo de depoimento do policial do caso)

Na ocorrência (49), a preposição acidental serve para indicar que o Conteúdo Comunicado que o antecede trata-se de uma informação reportada de fonte definida.

Na seção adiante, apresentamos os resultados referentes à camada morfossintática na qual se manifestam a Evidencialidade e a Modalidade Epistêmica.

5.4.2 Camada morfossintática

Como vimos no capítulo metodológico, a Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008) descreve os domínios funcionais considerando o seu escopo de atuação na Expressão Linguística. Assim, como dissemos, analisamos a camada morfossintática na qual os modalizadores epistêmicos e as marcas evidenciais aparecem nos termos de depoimento de casos de feminicídio. A tabela 10, abaixo, apresenta a frequência de uso da EV e da ME de acordo com as camadas morfossintáticas consideradas em nossa pesquisa:

Tabela 10 – Camada Morfossintática da EV e da ME

Camada Morfossintática

		Expressão Linguística	Oração	Sintagma	Total
Domínio Semântico	Modalidade	26	11	0	37
	Epistêmica	17,8%	7,5%	0%	25,3%
	Evidencialidade	70	21	18	109
		47,9%	14,4%	12,3%	74,7%
Total		96	32	18	146
		65,8%	21,9%	12,3%	100%

Fonte: Elaborado pelo SPSS, com base na análise da autora.

A camada da Expressão Linguística (Le) aparece em maior número em ambos domínios funcionais, considerando-se 17,8% para a ME e 47,9% para a EV na totalidade das ocorrências coletadas no *corpus*. Em segundo lugar, temos a camada da Oração (Cl), com 7,5% para a ME e 14,4% para a EV. A camada do Sintagma (Xp) apresenta 12,3% para a EV, com nenhum registro para a ME. A camada Palavra não foi registrada em nossos dados para nenhuma das categorias.

A manifestação da Evidencialidade na Expressão Linguística (Le) se caracteriza, nos termos de depoimentos de casos de feminicídio analisados, como estruturas morfossintáticas que contém mais de uma oração. Na maioria das nossas ocorrências, as Expressões Linguísticas são compostas por dois subtipos evidenciais que coocorrem ao mesmo tempo, assim como exemplificamos na seção anterior³⁴. No caso da Modalidade Epistêmica, essas estruturas estão ligadas à subordinação de orações. Vejamos as ocorrências (50) e (51) que exemplificam, respectivamente, casos da EV e da ME no contexto morfossintático de Expressões Linguísticas:

(50) [...] *a família de Fulana estava questionando que outros vizinhos de Fulano ouviram gritos de socorro de Fulana e a família dele não foi socorrê-la.* (Inquérito 1, Termo de depoimento da mãe do acusado)

(51) [...] *ao chegar viu que tinha muita gente no local e que ainda acreditavam que Fulana estava com os sinais vitais.* (Inquérito 1, Termo de depoimento da irmã do acusado)

Em (50), na Expressão Linguística (Le), temos um caso de Evidencialidade Percepção de Evento (Cl₂) ocorrendo dentro de uma Reportatividade (Cl₁). Nesse caso, (Cl₁) é composta por um Sintagma Nominal (Xp₁) do tipo Indivíduo, que codifica a fonte da informação, um Sintagma Verbal (Xp₁), uma Palavra Gramatical, uma conjunção integrante, a qual a (Cl₂) está encaixada – o Conteúdo Comunicado (C) de (Cl₁), que é composta por um Sintagma Nominal (Xp₂) do tipo Indivíduo, que designa a fonte da Percepção do Evento (e), uma Palavra

³⁴ Ver subseção 5.3.3.

Verbal(Xw_1) e o Estado de Coisas (e), um Sintagma Nominal (Xp_3), com função argumental, já que constitui o objeto direto do verbo.

Em (51), verificamos outra Expressão Linguística. Na Expressão Linguística (Le), temos, na manifestação da Modalidade Epistêmica, uma (Cl_1), que é composta por uma Palavra Verbal (Xw_1) com sentido de crença, que atua como modalizador epistêmico, uma Palavra Gramatical (Xw_2), uma conjunção integrante, a qual a (Cl_2) está encaixada, indicando a Proposição modalizada.

Com relação à Oração (Cl), a EV se caracteriza, em nosso *corpus*, por estruturas menos complexas, assim como a ME, que são compostas por unidades canônicas do português na ordem Sujeito>Verbo>Objeto. Nos termos de depoimentos, as Orações caracterizam o subtipo evidencial Percepção de Evento e Reportatividade. Vejamos a ocorrência (52) adiante, que exemplifica esse contexto morfossintático ligado à manifestação da EV:

(52) [...] a depoente **presenciou** o referido agredindo Fulana. (Inquérito 1, Termo de depoimento da irmã da vítima)

Em (52) a Oração (Cl_1) ilustra a expressão da EV. Ela é composta por uma Palavra (Xw_1), que indica fonte da percepção do estado de coisas (e), uma Palavra Verbal (Xw_2), que atua como marca da EV Percepção de Evento, e um Sintagma (Xp_1) que atua como estado de coisas (e). Morfossintaticamente, temos uma expressão de ordem canônica do português $S>V>O$.

A ocorrência (53) aqui retomado, mostra a ME expressa na forma de uma Oração:

(53) [...] **soube** da traição de Fulana novamente e começou a pensar em fazer algo com ela, porém não tinha coragem de consumir. (Inquérito 1, Termo de depoimento do acusado)

Nesse caso (53), o declarante do conteúdo modal é oculto. A Oração (Cl_1) é iniciada com o marcador da ME, uma Palavra Verbal (Xw_1), e um Sintagma Nominal (Xp_1) que faz parte da Proposição da Oração, que tem função sintática de objeto indireto do verbo, e uma Palavra adverbial (Xp_2) que indica que o Estado de Coisas “traição de Fulana” se repetiu. Nesta ocorrência, temos, morfossintaticamente, Verbo>Objeto>advérbio.

No que concerne à categoria Sintagma (Xp), em nosso *corpus*, verificamos que a Evidencialidade pode-se manifestar através de Sintagmas Preposicionais e Sintagmas Verbais. É importante destacar que o subtipo evidencial característico da utilização desses Sintagmas é

a *Reportatividade*, que marca semanticamente uma informação repassada. Vejamos, abaixo, as ocorrências (54) e (55), que exemplificam as duas formas de utilização dos Sintagmas evidenciais:

(54) [...] **de acordo com** Fulaninho, irmão da depoente, Sicrana chamou um carro, onde colocaram a vítima. (Inquérito 1, Termo de depoimento da irmã da vítima)

(55) [...] sobre os fatos ocorridos **tem a dizer** que a mãe saiu de casa por volta das 13h30hrs (Inquérito 1, Termo de depoimento da filha da vítima)

Em (54), temos um Sintagma Preposicional (Xp) seguido de uma Palavra Nominal (Nw₁), que indica a fonte da informação responsável pelo Conteúdo Comunicado (C). Em (55), temos o Sintagma Verbal (Xp) constituído por uma locução verbal, em que a primeira Palavra Verbal indica as categorias tempo e modo, incluindo a noção de aspecto, e a segunda Palavra Verbal é o predicado de significação plena, núcleo, no nível Interpessoal, da EV Reportatividade. Esse Sintagma verbal faz parte de uma Expressão Linguística cujo Conteúdo Comunicado (C) apresenta-se na forma de uma Oração encaixada.

Na seção adiante, apresentamos os resultados referentes à categoria posição do item modal e evidencial.

5.4.3 Posição do item modal ou evidencial

Como vimos na fundamentação teórica, as unidades linguísticas são distribuídas na língua em posições estruturalmente organizadas, podendo ocupar, segundo a GDF, a posição inicial (p^I) e expandir-se para direita (p^{I+N}), a posição medial (p^M), podendo expandir-se para a esquerda (p^{M-N}) e para a direita (p^{M+N}), e a posição final (p^F), podendo expandir-se para a esquerda (p^{F-N}). Uma vez que essa organização pode ser motivada por fatores cognitivos e contextuais, nossa hipótese é que as marcas de Evidencialidade e de Modalidade Epistêmica nos termos de depoimento de casos de feminicídio ocorram, mais frequentemente, em posição medial, entre a fonte da informação e o conteúdo semântico, conforme defendem Pezatti e Fontes (2010). A tabela 11, a seguir, demonstra a frequência de uso ligada a esta categoria morfossintática em nosso *corpus*:

Tabela 11 – Posição do item na EV e na ME

		Posição do item modal ou evidencial							Total
		p^{I+N}	p^I	p^{M-N}	p^M	p^{M+N}	p^F	p^{F-N}	
Domínio	Modalidade	10	2	0	19	6	0	0	37
	Epistêmica	6,8%	1,4%	0%	13%	4,1%	0%	0%	25,3%
Semântico	Evidencialidade	10	4	0	92	3	0	0	109
		6,8%	2,7%	0%	63%	2,1%	0%	0%	74,7%
Total		20	6	0	111	9	0	0	146
		13,7%	4,1%	0%	76%	6,2%	0%	0%	100%

Fonte: Elaborado pelo SPSS, com base na análise da autora.

Os resultados acima revelam que a posição medial (p^M) ocorre com maior frequência em nosso *corpus*, tanto com relação à EV quanto no que se refere à ME, com o total de 76%. Em segundo lugar, vemos a posição inicial expandida para a direita (p^{I+N}) com 13,7%. Em terceiro lugar, temos a posição medial expandida para a direita (p^{M+N}), com 6,2%. Em seguida, temos a posição inicial (p^I) com 4,1%. A posição medial à esquerda (p^{M-N}), a final (p^F) e sua expansão à esquerda (p^{F-N}) não apresentaram nenhuma ocorrência em nosso *corpus*.

Os dados da tabela 11 demonstram a preferência pela ordem direta. Além disso, corroboram com a hipótese de Fontes e Pezatti (2011), para quem o português brasileiro tem preferência pela estrutura canônica do predicado medial. Assim, nos termos de depoimento, há uma tendência para a distribuição dos constituintes na posição (sujeito > predicado > objeto), invertendo-se essa ordem em situações específicas cujas motivações podem ser de natureza funcional ou estrutural.

No caso da posição medial (p^M), que aparece com maior frequência no *corpus*, a EV apresenta um percentual de 63%, enquanto a ME totaliza 13%. No caso dos evidenciais, a distribuição ocorre quando o item evidencial é colocado entre a fonte da informação e o conteúdo asseverado. Na Modalidade Epistêmica, a marcação medial acontece quando o item modal se coloca entre o asseverador do conteúdo proposicional e a proposição. Vejamos, nas ocorrências (56), um caso de EV, e (5), que retomamos aqui, de ME em posição medial, respectivamente:

(56) [...] uma irmã de Fulano **disse** que eles não tinham nada a ver com o que aconteceu e disse que sempre acontecia dele brigarem em casa. (Inquérito 1, Termo de depoimento do irmão da vítima)

(5) [...] a declarante **tinha conhecimento** que o casal discutia e que o irmão apresentava comportamento agressivo por causa da droga e que já quis agredir a mãe. (Inquérito 1, Termo de depoimento da irmã do acusado)

Em (56), vemos a expressão do subtipo evidencial Reportatividade, que prevê em sua estrutura uma fonte da informação (explícita) e um Conteúdo Comunicado (C) reportado. Nesse caso, o item evidencial em destaque aparece na posição medial (p^M), entre a fonte da informação (*irmã de Fulano*) e o Conteúdo Comunicado (C). Em (5), a testemunha indica uma informação que faz parte de seu conhecimento. Nesta ocorrência, o item modal epistêmico aparece ocupando a posição medial (p^M), entre o asseverador (*a declarante*) e o Conteúdo Proposicional.

Em relação à posição inicial expandida para a direita (p^{I+N}), os dados mostram que, no caso da Evidencialidade, essa distribuição ocorre da seguinte forma: a marca evidencial se coloca anteposta à fonte da informação e ao conteúdo do enunciado. No caso das marcas epistêmicas, o item modal aparece anteposto ao asseverador e ao conteúdo asseverado. As ocorrências (57) e (58) demonstram, respectivamente, a (p^{I+N}) em relação à EV e à ME:

(57) [...] a última agressão **presenciada** pela depoente fora no natal de 2017, em que Fulano por motivo de ciúmes agrediu a vítima na frente de todos. (Inquérito 1, Termo de depoimento da amiga da vítima)

(58) [...] mas **era de conhecimento** da depoente que Fulana terminou o relacionamento desde 25/12/2017. (Inquérito 1, Termo de depoimento da irmã da vítima)

Na ocorrência (57), temos o subtipo evidencial Percepção de Evento que ocupa a posição (p^{I+N}): o item evidencial aparece anteposto à indicação da fonte da informação (*pela depoente*) e anteposto ao Estado de Coisas (*Fulano por motivo de ciúmes agrediu a vítima na frente de todos*) descrito na situação. Na ocorrência (58), o item que marca o conteúdo modal epistêmico de conhecimento/saber aparece em (p^{I+N}), anteposto ao asseverador do conteúdo e à Proposição modalizada. Em ambos os casos, tanto na EV quanto na ME, vemos que a ordenação natural dos constituintes, proposta por Pezatti (1992), em o argumento Sujeito, por geralmente designar um papel semântico Ativo, acaba ocupando a posição anterior ao predicado, isto é, à esquerda; o que não se observa nessas ocorrências. Em ambos os casos, a voz verbal parece constituir o fator motivador para a distribuição dos elementos na ordem em que se encontram.

A posição medial expandida para a direita (p^{M+N}) ocorre com maior frequência relaciona aos itens evidenciais, com 4,1%, e, apenas, 2,1% em relação às marcas modais. No que se refere à Evidencialidade, as marcas evidenciais estão em posição posterior ao predicado medial (p^M) e à fonte e anterior ao conteúdo do enunciado. No que concerne à Modalidade Epistêmica, a marca modal, que ocupa (p^{M+N}), também, aparece posteriormente ao predicado

medial (p^M) e ao declarante que assevera o conteúdo A ocorrência (59) demonstra a posição medial expandida para a direita (p^{M+N}) do item evidencial; e, por sua vez, a ocorrência (47), aqui retomado, ilustra a marca modal nesta posição:

(59) [...] a vítima, Fulana (x anos), estava em via pública, na composição conversou com a mesma e esta passou a **narrar** que seu marido de nome Fulano (x anos) havia lhe agredido com uma faca e o mesmo estava dentro de casa. (Inquérito 2, Termo de depoimento do policial do caso)

(47) [...] a declarante tomou **conhecimento** que a irmã de Fulana fez acusações à declarante de que passou a mão na cabeça do filho. (Inquérito 1, Termo de depoimento da mãe do acusado)

Em (59), o item evidencial em destaque se coloca depois do predicado medial (p^M) (*passou*) e posterior à fonte da informação (*esta*). A marca evidencial Reportatividade aparece antes do Conteúdo Comunicado (C), o que demonstra uma proximidade da posição canônica de ordenação estrutural dos itens linguísticos na Expressão Linguística. Na ocorrência (47), a marca modal epistêmica tem a função de complementar o sentido do verbo-suporte em posição medial (p^M).

Com relação à posição inicial (p^I), no que se refere à Evidencialidade, constatamos o total de 2,7% dos casos. Para a Modalidade Epistêmica, atestamos 1,4%. Esta posição é ocupada quando o item evidencial é anteposto à fonte da informação e ao conteúdo informacional. No que diz respeito à ME, esta posição ocorre quando a marca modal aparece anteposto ao conteúdo proposicional e ao asseverador do conteúdo. A ocorrência (60) demonstra a posição inicial (p^I) do item evidencial, e a ocorrência (28), retomada aqui, mostra essa posição com relação ao item modal:

(60) **Disse**: que é irmão da vítima e sua irmã teve um relacionamento com Fulano por 14 anos. (Inquérito 1, Termo de depoimento do irmão da vítima)

(28) [...] que **sabe** que a irmã nunca fez boletim de ocorrência em desfavor do referido. (Inquérito 1, Termo de depoimento da irmã da vítima)

Na ocorrência (60), o verbo destacado ocupa a posição inicial (p^I) da Oração, em que a fonte da informação (*irmão da vítima*) aparece posteriormente à marca evidencial e ao Conteúdo Comunicado. Por se trata de um gênero em que as falas das testemunhas são textualmente escritas por um escrivão, a posição inicial parece ter motivação composicional ligada à textualização do Termo de depoimento. Na ocorrência (28), o verbo epistêmico destacado ocupa a posição inicial (p^I), já que o asseverador do conteúdo proposicional se encontra elíptico.

Vimos, através dos dados apresentados, que a posição medial das marcas de Evidencialidade e de Modalidade Epistêmica tende a ser a ordem preferida nos termos de depoimentos analisados, conformando que a hipótese de Fontes e Pezatti (2011) em relação à preferência pela posição medial do prediaco em língua portuguesa. Isso, evidentemente, tem relação com o fato de o verbo ser o meio de expressão mais frequente em nosso *corpus*. Além disso, as posições mais periféricas ou mais externas à Oração são mais comuns de serem ocupadas por constituintes pragmáticos, extra-oracionais, como Antitema, conforme Dik (1985).

No capítulo seguinte, apresentamos as principais conclusões desta pesquisa, a partir da análise dos dados empreendida em nossa investigação.

6 CONCLUSÃO

O presente estudo investigou, a partir da perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), os aspectos formais e funcionais que caracterizam a manifestação da Evidencialidade e da Modalidade Epistêmica, entendendo-as como categorias distintas, mas relacionadas, em termos de depoimentos de inquérito policial nos casos de feminicídio.

O aporte teórico-metodológico da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008) foi utilizado, em nossa pesquisa, por constituir um modelo de descrição gramatical completo, que parte da intenção comunicativa do Falante para expressão das unidades da língua, considerando, na investigação efetiva da linguagem, diferentes níveis e camadas de organização linguística. Assim, a GDF proporcionou a compreensão dos aspectos contextuais, pragmáticos, semânticos e morfossintáticos presentes no *corpus* analisado, de modo que permitiu descrever, integradamente, essas propriedades funcionais e formais da expressão linguística, bem como dos fatores que governam ou condicionam a estrutura morfossintática.

Para a descrição e a análise dos aspectos contextuais, interpessoais, representacionais e morfossintáticos da Evidencialidade e da Modalidade Epistêmica, constituímos um *corpus* com termos de depoimentos de testemunhas e acusados presentes em dois inquéritos policiais de casos de feminicídio. A partir da questão norteadora da presente pesquisa, que concerne nos aspectos formais e funcionais que caracterizam a manifestação da EV e da ME em termos de depoimentos de inquérito policial em casos de feminicídio, selecionamos, com base na GDF, as seguintes categorias de análise: i) *categoria do Componente Contextual*; ii) *categoria do Nível Interpessoal*; iii) *categorias do Nível Representacional*; e iv) *categorias do Nível Morfossintático*. Buscamos, por meio dessas categorias, responder aos seguintes questionamentos centrais: Quais propriedades interpessoais, representacionais e morfossintáticas caracterizam as marcas evidenciais e os modalizadores epistêmicos em termos de depoimentos de inquérito policial nos casos de feminicídio? Qual a relação entre a escolha das fontes evidenciais e das marcas de modalidade epistêmica com o grau de comprometimento e os efeitos de verdade das testemunhas e dos acusados em termos de depoimentos de inquéritos policiais nos casos de feminicídio?

Para a análise quantitativa dos dados coletados no *corpus* referentes às categorias de análise, utilizamos o programa SPSS (*Statistical Package for Social Science, versão 7.5 para Windows*). Por meio desta ferramenta, obtivemos a frequência de uso e cruzamentos as

categorias de análise, o que nos proporcionou mais facilidade na construção da análise quantitativa e mais precisão na qualitativa dos dados a partir da teoria adotada.

No que tange à categoria do Componente Contextual, que diz respeito ao tipo de relação social dos depoentes com a vítima e o acusado, observamos que, no uso da Modalidade Epistêmica, os familiares das vítimas e do acusado tendem a utilizar esse domínio funcional com mais frequência do que os outros depoentes do inquérito (amigos, policiais e acusado). Nesse caso, como vimos, os familiares da vítima tendem a utilizar os marcadores modais para marcar o que sabem sobre os fatos que se relacionam ao crime de feminicídio, enquanto os familiares do acusado utilizam, com maior regularidade, a negação da Proposição, afirmando seu desconhecimento sobre os fatos, ainda que em algumas poucas ocorrências tenhamos notado parentes que revelam seu conhecimento acerca dos eventos que apontam para a culpabilidade do acusado, como, por exemplo, a irmã do suspeito do Inquérito 1. Com relação ao uso da Evidencialidade, notamos que a maior frequência de uso de marcas evidenciais se refere aos familiares da vítima. Nessa situação, essas testemunhas manifestam o que atestaram, ouviram de outra fonte, inferiram ou deduziram com base em evidências sobre os acontecimentos que se relacionam ao crime de feminicídio.

Quanto à categoria do Nível Interpessoal, que se refere à Ilocução, atestamos que a sentença-tipo declarativa é a mais recorrente no *corpus*, tanto no domínio da Evidencialidade, quanto da Modalidade Epistêmica, constituindo o padrão ilocucionário característico do gênero Termo de Depoimento. Além de ser o padrão não marcado da língua, a predominância da declaração diz respeito a circunstâncias da situação comunicativa em que os depoimentos são proferidos, como, por exemplo, o fato de as testemunhas serem obrigadas a depor e a dizerem o que sabem sobre o crime de feminicídio, tendo o compromisso com a veracidade dos fatos, sob a pena de punição conforme a Lei. Vale, ainda, destacar que encontramos, em nossos dados, verbos performativos como meios lexicais de manifestação da Ilocução ligada à Evidencialidade. Esse dado é bastante interessante, porque demonstra que a Evidencialidade pode combinar-se com verbos performativos que indicam ações dos participantes apontados nos depoimentos proferidos, o que não ocorre com a Modalidade Epistêmica, que diz respeito à avaliação da probabilidade de ocorrência de um Estado de Coisas ou às crenças e às opiniões dos depoentes.

No que concerne às categorias do Nível Representacional, verificamos que a Evidencialidade é mais frequente do que a Modalidade Epistêmica nos termos de depoimento analisados, constituindo a estratégia textual-discursiva mais utilizada no *corpus*. Constatamos que a *Reportatividade* se sobrepõe em relação aos outros subtipos. Isto se deve ao fato de que

os termos de depoimento são escritos por escritvães que retransmitem, no documento escrito, o que é falado pelos depoentes. Nesse sentido, é esperado que ocorram, mais frequentemente, marcas reportativas nesse gênero. Ademais, destaca-se que a Evidencialidade Reportatividade nos termos analisados constituir importante estratégia de descomprometimento e indicação das fontes relatadas. Com relação à Modalidade Epistêmica, observamos que o subtipo subjetivo é o mais frequente. Isso significa que as testemunhas dos termos de depoimentos de inquéritos policiais tendem a expressar, com mais frequência, o que sabem e o que acreditam saber, o que pode também ter relação com o grau de envolvimento dessas testemunhas com o crime de feminicídio.

Ainda no que refere ao Nível Representacional, analisamos os Graus dos efeitos de verdade, propondo um quadro que correlacionar a EV e a ME a essa categoria discursiva. Vimos que, na Modalidade Epistêmica, o grau alto é o mais frequente, o que parece indicar uma tendência de a Proposição ser apresentada como um conhecimento tido como certo pelo depoente. Quanto à Evidencialidade, o grau mais recorrente é o baixo, o que pode estar relacionado à intenção dos declarantes de se afastar da responsabilidade em relação ao conteúdo asseverado no enunciado. Verificamos, também, que o grau de efeito de verdade decorrente da marca de EV Reportatividade tem relação com a qualidade da fonte da informação apontada, podendo sugerir o grau alto de efeito de verdade. Analisamos, ainda, a inter-relação que esses graus possuem com os subtipos modais e evidenciais. Os marcadores modais indicadores de objetividade tendem a manifestar com maior frequência o grau médio dos efeitos de verdade, enquanto os indicadores de subjetividade tendem a expressar, quando indicam a certeza do declarante, o grau alto. Nos subtipos evidenciais, as citativas e as reportatividades caracterizam-se pelo grau baixo, enquanto as percepções de evento, pelo grau alto do efeito de verdade; e as deduções e as inferências, pelo grau médio de efeito de verdade. Isto é, ao marcar a informação como um relato de fonte externa definida, a testemunha se “isenta” da responsabilidade com relação ao enunciado, ao mesmo tempo, que “perspectiviza” a “verdade” dos fatos e dos acontecimentos, colocando-o sob a ótica de outro participante. Por outro lado, quando se coloca como fonte, a testemunha mostra-se comprometida com a “verdade” dos fatos, colaborando com evidências que podem ser interpretadas como relevantes para a elucidação do crime cometido.

No que concerne às categorias do Nível Morfossintático, a manifestação das classes gramaticais são motivadas por fatores não arbitrários, uma vez que demonstram, como vimos na análise, a escolhas usadas preferencialmente pelos depoentes nos termos de depoimento de casos de feminicídio, baseadas em fatores não apenas cognitivos, que podem exteriorizar o grau

de envolvimento dos participantes, mas também textuais e discursivos, atuando como ferramentas de organização do texto e como estratégia de marcação da informação destacada. Desta forma, atestamos que o verbo constitui a classe gramatical mais recorrente no *corpus* e que as marcas de Evidencialidade e de Modalidade Epistêmica são posicionados, preferencialmente, em posição medial, ou seja, entre a fonte da informação e o conteúdo asseverado. Constatamos, ainda, que as posições P¹ e P^F, bem como suas expansões, ocorrem com pouca ou nenhuma frequência em nossos dados, o que pode ter relação com o fato de essas ordenações modificarem a perspectivização natural dos constituintes no enunciado, alterando a correspondência entre o fluxo natural e o fluxo linguístico.

Destacamos, ainda, que nossa investigação sobre a Evidencialidade e a Modalidade Epistêmica em termos de depoimentos de inquiridos policiais dos casos de feminicídio reuniu informações relevantes não apenas para a ciência da linguagem, mas também para o campo Jurídico, uma vez que as marcas evidenciais e modais produzem efeitos de verdade e comprometimento com os relatos/fatos/acontecimentos apresentados pelas partes envolvidas no processo, contribuindo, desse modo, para uma compreensão dos posicionamentos discursivos (testemunhas e acusados) e dos valores de verdade instanciados no julgamento, além de contribuir na construção de provas para a constituição de um julgamento por parte do júri. Contudo, não podemos negar o quão desafiador é o trabalho com o gênero Termo de depoimento, uma vez que se trata de uma retextualização da fala dos depoentes. Desse modo, a análise do comprometimento dos envolvidos e dos graus de efeitos de verdade se mostraram de grande complexidade para chegarmos a conclusões que fidelizassem os discursos de primeira mão.

REFERÊNCIAS

- AIKHENVALD, A. Y. **Evidentiality**. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- ALVES, Rosângela Jovino. **Uma análise funcionalista da modalidade epistêmica e da evidencialidade em discursos políticos**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá, 2010.
- ANDERSON, L. B. Evidentials, paths of change and mental maps: typologically regular asymmetries. In: CHAFE, W.; NICHOLS, J. (Ed.). **Evidentiality: the linguistic coding of epistemology**. Norwood, New Jersey: Ablex Publishing Corporation, 1986.
- BERNARDO, K.S. **O uso dos recursos linguísticos de modalidade epistêmica e evidencialidade na construção discursiva das redações de nota máxima do Enem**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará, 2023.
- BYBEE, J. L. **Morphology**. A study of the relation between meaning and form. Amsterdam: Benjamins, 1985a.
- CALDAS, Jane Eyre Martins. **Gramaticalização e Evidencialidade: uma análise discursivo-funcional de verbos de percepção em Espanhol**. 2021. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Linguística) - Universidade Federal do Ceará, Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior.
- CARIOCA, Cláudia Ramos. **A manifestação da evidencialidade nas dissertações acadêmicas do português brasileiro contemporâneo**. 2005.
- CARRASCOSSI, Cibele Naidhig de Souza. **Gramaticalização e (inter) subjetivização na modalização em português: um estudo de pode ser**. 2011.
- CASSEB-GALVÃO, Vânia. **Evidencialidade e gramaticalização no português do Brasil: os usos da expressão diz que**. 2001. 231f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2001.
- _____. Gramática discursivo-funcional e teoria da gramaticalização revisitando os usos de [diski] no português brasileiro. **Filologia e Linguística Portuguesa**, 2011, 13.2: 305-335.
- CHAFE, W. Evidentiality in English conversation and academic writing. In: CHAFE, W.; NICHOLS, J. (Ed.). **Evidentiality: The linguistic coding of epistemology**. Norwood, New Jersey: Ablex Publishing Corporation, p.261-72, 1986
- CHAFE, W.; J. NICHOLSON. **Evidentiality: the Linguistic Coding of Epistemology**. Norwood: Ablex, 1986.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2013.
- CONNOLLY, J. H. The contextual component inside a dynamic implementation of the fdg model: structure and interaction. **Pragmatists**. Quarterly Publication of the International Association of Pragmatics (IPrA), v. 24, no. 2, pg. 229-248, 2014.
- CORACINI, M. J. **Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência**. São Paulo: Educ/Pontes, 1991

DALL'AGLIO-HATTNER, M. M. **A manifestação da modalidade epistêmica: um exercício de análise nos discursos do ex-presidente Collor**. Araraquara: UNESP, 1995. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara, 1995.

DALL'AGLIO-HATTNER, M. M.; HENGEVELD, K. A gramaticalização dos verbos modais no português brasileiro. **Revista de Linguística Portuguesa**, 2016. p. 1–14.

_____, M. M. A expressão lexical da evidencialidade: reflexões sobre a dedução e a percepção de evento. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 8, n. esp., p. 98-111, set. 2018.

DE HAAN, F. Evidentiality and epistemic modality: setting boundaries. **Southwest Journal of Linguistics**, v. 18, p. 83-101, 1999.

DE SOUZA, Edson Rosa Francisco. **Gramática funcional: da oração rumo ao discurso**. Domínios de Linguagem, ano 2, nº1, 2008. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/11475/6731>

DIK, C.S. **The theory of functional grammar**. Parte 1: The structure of the clause. Dordrecht: Foris Publication, 1989.

FALLER, M. **Evidentiality and epistemic modality at the Semantics**. Pragmatics interface, 2006.

FERRÁN, E. Las porciones de eficacia en el discurso jurídico de un contrato son ya términos? Una forma de seccionar el discurso jurídico. **IITF Journal**, v.10, n.1, 1999. p. 51-62.

FERREIRA, M. S. G. **Estratégias argumentativas na construção e negociação de evidencialidade no PROCON**. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007.

GIVÓN, T. __. From discourse to syntax: grammar as a processing strategy. In: GIVÓN, T. **Syntax and semantics: discourse and syntax**, v.12. Nova York: Academic Press, 1979.

GONÇALVES, S. C. L. **Gramaticalização, modalidade epistêmica e evidencialidade: um estudo de caso no português do Brasil**. 2003. 250f. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.

HENGEVELD, K. Illocution, mood and modality in a Functional Grammar of Spanish. **Journal of semantics**, v. 6, 1988, p.227-269.

_____. Mood and modality. In: BOOIJ, G.; LEHMANN, C.; MUGDAN, J. (Eds.). **Morphology: a handbook on inflection and word formation**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004. p.1190-1202.

HENGEVELD, K; MACKENZIE, J. Lachlan. **Functional Discourse Grammar: A typologically-based theory of language structure**. Oxford University Press, 2008.

_____. **Functional Discourse Grammar**. Oxford University Press, 2010.

HENGEVELD, K. The grammaticalization of tense and aspect. In: HEINE, B.; NARROG, H. (eds). **The Oxford Handbook of Grammaticalization**. Oxford: OUP. 2011. p. 580–594.

HENGEVELD, Kees; MACKENZIE, J. Lachlan. Grammar and context in functional discursive grammar. **Pragmatists**. Quarterly Publication of the International Association of Pragmatics (IPrA), v. 24, no. 2, pg. 203-227, 2014.

HENGEVELD, K.; HATTNER, Marize Mattos Dall'Aglio. Four types of evidentiality in the native languages of Brazil. **Linguistics**, v. 53, n. 3, p. 479-524, 2015.

HENGEVELD, K. A hierarchical approach to grammaticalization. In: HENGEVELD, K.; OLBERTZ, H.; NARROG, H. **The grammaticalization of tense, aspect, modality and evidentiality: A Functional Perspective**. Berlin: De Gruyter Mouton, 2017. p. 13-38.

HENGEVELD, K.; FISCHER, R. A'ingae (Cofán/Kofán) Operators. **Open Linguistics**, 4, p. 328-355, 2018.

HOFFNAGEL, J.C. A modalização epistêmica no processamento textual da fala. In: KOCH, I. G.V.; BARROS, K.S.M. (orgs.) **Tópicos em linguística do texto e análise da conversação**. Natal: EDUFRN, 1997.

LUCENA-SILVA, Izabel Larissa; NOGUEIRA, Márcia Teixeira. A expressão da evidencialidade no contexto de gêneros textuais. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 7, p. 130-147, jan./jun. 2017.

LYONS, John. **Semantics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

MACIEL, Anna Maria Becker. O verbo performativo na linguagem legal. **Anais do CELSUL**. Santa Catarina: UFFS, 2008.

MARINO NETO, Francisco. **A manifestação da modalidade epistêmica em narrativas orais**. 2006.

MIRANDA, N. S. **A configuração das arenas comunicativas no discurso institucional: professores versus professores**. 196f. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

MIRANDA, A.F.; HATTNER, M. M. A qualificação do conhecimento no tribunal do júri. **Revista do GELNE**, Natal/RN, Vol. 21 - Número 1: p. 191-205. 2019.

MIRANDA, A. F. A expressão da evidencialidade reportativa e da evidencialidade citativa na língua portuguesa. **Estudos Linguísticos (São Paulo. 1978)**, v. 49, n. 3, p. 1511-1528, 2020.

_____. **A expressão das evidencialidades reportativa e citativa no discurso jornalístico**. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", São José do Rio Preto, 2021.

NARROG, Heiko. **Modality, subjectivity, and semantic change: a cross-linguistic perspective**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

NEVES, Maria Helena de M. **Gramática de usos do português**. São Paulo: UNESP, 2000.

NEVES, Maria Helena de M. **Texto e Gramática**. São Paulo: Contexto, 2006.

NOGUEIRA, Márcia Teixeira. **A modalidade na norma oral popular da cidade de Fortaleza**. 2011.

NUYTS, J. Epistemic modal adverbs and adjectives and the layered representation of conceptual and linguistic structure. **Linguistics**, v.31, p.933-969, 1993

_____. Subjectivity as an evidential dimension in epistemic modal expressions. **Journal of Pragmatics**, n. 33, p. 383-400, 2001.

OLBERTZ, H; HATTNER, M.M.D. On objective and subjective epistemic modality again. IN: KEIZER, E; OLBERTZ, H (eds.). **Recent Developments in Functional Discourse Grammar**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2018. p.131-168

PALMER, F. R. **Mood and modality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

PEZATTI, E. G. **A ordem de palavras em português: aspectos tipológicos e funcionais**. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Araraquara, SP: Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 1992.

SANTOS, M. F. **Modalidade epistêmica e evidencialidade: um exercício de análise funcionalista em textos acadêmicos e em entrevistas com pesquisadores**. 2008. 92 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2008.

SILVA, Izabel Larissa Lucena. **A Expressão da Evidencialidade no português escrito do Século XX no contexto de gêneros textuais**. 2013. 224 f. Diss. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

SILVA, Vítor Henrique Santos. Padrões morfossintáticos da inferência e da dedução em língua portuguesa. **Estudos Linguísticos (São Paulo. 1978)**, v. 49, n. 1, p. 346-363, 2020.

VENDRAME, V. **Os verbos ver, ouvir e sentir e a expressão da evidencialidade em língua portuguesa**. 2010. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São José do Rio Preto, 2010

VENDRAME-FERRARI, Valéria. Verbos de percepção em construções evidenciais de acordo com o modelo da gramática discursivo-funcional. **Revista Linguística**, v. 8, n. 1, 2012.

VIDAL, Renata Pereira. **Usos evidenciais dos verbos de cognição em língua espanhola: uma análise Discursivo-Funcional**. 2021. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Linguística) - Universidade Federal do Ceará, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

WIELGOSZ, Małgorzata. Modalidade epistêmica e evidencialidade nos sermões católicos na língua portuguesa. **Studia Iberystyczne**, n. 13, p. 507-518, 2014.

WILLET, T. A cross-linguistic survey of the grammaticalization of evidentiality. **Studies in Language**, v. 12, n. 1, p. 51-97, 1988.

ZOPPI-FONTANA, Mônica Graciela; DE OLIVEIRA FAGUNDES, Valda. A evidencialidade e a construção de provas nos delitos de palavra: calúnia, difamação e preconceito racial. **Estudos da Língua (gem)**, v. 10, n. 1, p. 63-85, 2012.